

Estudos Universitários

Revista de Cultura da Universidade do Recife

3 JANEIRO-MARÇO 1963

ENSAIOS

- VAMIREH CHACON. Capitalismo, Socialismo e Cristianismo 5
FEDERICO GIL. Antecedentes da Revolução Cubana 15
ZVEDEI BARBU. Soviet Historiography and the Concept of Man (c/trad.) 31
LUIZ COSTA LIMA. Significação Presente do Conteudismo na Arte 55
ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. Inflação: Modelo Brasileiro 73 ✓
FRANCISCO A. BANDEIRA DE MELLO. Poema Didático 83
MARIA DO CARMO T. DE MIRANDA. Arte e Educação 85
JOMARD M. DE BRITO. Experiência de Renovação do Curso Pedagógico 93
JOSÉ RAFAEL DE MENEZES. Pedagogia do Estudo Dirigido, 99 ✓

DOCUMENTOS — ESTUDOS

- CALAZANS FERNANDES. Angola: Depoimento 107
MARCUS FREDERICO CORTEZ. Cinema e Educação 119 ✓
GADIEL PERRUCCI. Porque os Ricos não Fazem Greve 125
NELSON NOGUEIRA SALDANHA. Em Torno de um Ensaio sobre a
Moderna Idéia de Partido 131 ✓

RESENHAS

JURACY ANDRADE, ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, MARCOS
VINÍCIOS VILAÇA, LUIZ COSTA LIMA, OSMAN DE FREITAS, WILLIS LEAL,
FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO.

Ae: 208678
Ex: 8667405

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

REVISTA DE CULTURA DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

Reitor JOÃO ALFREDO GONÇALVES DA COSTA LIMA
Diretor

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Aluizio Bezerra Coutinho
Prof. Cecília Maria Domenica Sanioto Dilascio
Prof. Evaldo Bezerra Coutinho
Prof. Francisco de Albuquerque Barbosa
Prof. Guilherme de Albuquerque Martins
Prof. José Cavalcanti de Sá Barreto
Prof. Gilberto Osório de Oliveira Andrade
Prof. Luiz Maria de Souza Delgado
Prof. Luiz Ferreyra dos Santos
Prof. Luiz Osório de Siqueira Neto
Prof. Maria do Carmo Tavares de Miranda
Prof. Newton Lins Buarque Sucupira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. José Gláucio Veiga
Prof. Joel de Albuquerque Pontes
Prof. Rui da Costa Antunes

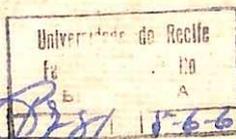
SECRETÁRIO-EXECUTIVO: Prof. Luiz Costa Lima

CORRESPONDENTE NA GUANABARA: Escritor Eduardo Portella

CORRESPONDENTE NA ESPANHA: Dr. Angel Crespo

RESUMOS EM FRANCÊS E INGLÊS: Jarbas Maciel, José Laurênio de Melo e G. Licari

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Orlando da Costa Ferreira



• ENSAIOS POR

VAMIREH CHACON (*Capitalismo, Socialismo e Cristianismo*), catedrático interino de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Recife.

FEDERICO GIL (*Antecedentes da Revolução Cubana*), professor de Ciência Política na Universidade de North Carolina, U. S. A.

ZVEDEI BARBU (*Soviet Historiography and the Concept of Man*, primeira publicação em inglês), professor de Psicologia Social na Universidade de Glasgow, Escócia.

LUIZ COSTA LIMA (*Significação Atual do Conteudismo na Arte*), instrutor da cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia da U. R.

✓ ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (*Inflação: o Modelo Brasileiro*), instrutor da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da U. R.

JOMARD MUNIZ DE BRITO (*Experiência de Renovação no Curso Pedagógico*), instrutor da cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes da U. R.

MARIA DO CARMO T. DE MIRANDA (*Arte e Educação*), catedrática por concurso de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes da U. R.

✓ JOSÉ RAFAEL DE MENEZES (*Pedagogia do Estudo Dirigido*), catedrático de Didática da Universidade da Paraíba.

VAMIREH CHACON

Capitalismo, Socialismo e Cristianismo: uma perspectiva heterodoxa

O TÍTULO DÊSTE ENSAIO já anda bastante surrado; transformou-se, desde há muito, num desbotado “cliché”. Se tornamos a usá-lo, é porque pretendemos dizer algumas coisas heterodoxas em relação à “sabedoria convencional”, na expressão de Galbraith, da direita e da esquerda, cristã ou budista.

Começamos insistindo num tema o qual expusemos a assistentes da JUC, na Guanabara, em outubro de 1961, reproduzido na revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife, em junho de 1961, sob o título “Transformações do Capitalismo e do Socialismo”. Aí apontamos algumas das principais mudanças dos dois sistemas, hoje com fisionomias bem diversas de antigamente, embora guardando características fundamentais, porém de qualquer modo fazendo com que a discussão a respeito, no Brasil, seja típica do século XIX. O que não surpreende, pois já dizia Agripino Grieco que as idéias continuam a chegar na América Latina de caravela, o que vale dizer, alguma décadas após sua superação nas matrizes econômicas e culturais das quais continuamos, infelizmente, satélites.

Voltamos agora ao assunto das

transformações do Capitalismo e do Socialismo, desta vez com novos documentos.

O primeiro, e mais interessante, dêles, é o “compte rendu” do Colóquio Internacional consagrado à Teoria marxista do Desenvolvimento, realizado pela UNESCO, em colaboração com a Academia Polonesa de Ciências e a Escola Prática de Altos Estudos de Paris, de 16 a 20 de abril de 1962 em Varsóvia, publicado pela revista *Perspectives Polonaises*, na capital polaca, em agosto-setembro do mesmo ano, páginas 5-28.

Uma das conclusões do referido debate, tirada por Kowalik, da Polônia, foi que, “Com efeito, a Teoria econômica tende, no Socialismo, para êste gênero de evolução que podemos igualmente notar nos países capitalistas”. Isto é, conforme Hilferding previa, “a Economia Política evoluiria para transformar-se numa espécie de Ciência se consagrando à riqueza dos povos”. Haveria uma “desideologização” dos estudos econômicos nas etapas mais altas de Desenvolvimento, onde as soluções tendem, cada vez mais, a ser técnicas.

Tanto assim que Khruschchiov, em

discurso no XXII Congresso do PC da URSS, em 1961, insistia na adoção de técnicas oriundas de países capitalistas.

Com efeito, êle diz textualmente: “Não será um pecado aprendermos com os melhores exemplos dos capitalistas e acelerar a construção e o início do funcionamento de novas emprêsas”. “Devemos elevar a signaficação do lucro, da rentabilidade. Para melhor cumprir os planos, devem ser dadas às emprêsas maiores possibilidades de dispor dos lucros, de aproveitá-los com mais amplitude para estimular o bom trabalho do seu pessoal e para ampliar a produção. (*Aplausos*). Revestem-se de grande de importância a elaboração e a introdução de formas de estímulo coletivo a fim de interessar materialmente cada trabalhador não apenas nos resultados do seu trabalho, como nos de todo o trabalho coletivo”. (Informe sobre a atividade do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética ao XXII Congresso do PCUS — *Rumo ao Comunismo* — Editorial Vitória — 1962 — pp. 190 e 192).

Recomendação, aliás, antiga, pois Lênin escrevia na *Pravda*, em 28 de abril de 1918: “A possibilidade do Socialismo será determinada pelo nosso êxito em combinar o govêrno e a organização soviéticos com as últimas conquistas do Capitalismo. Devemos introduzir na Rússia o estudo e o ensino do nôvo Sistema Taylor, bem como a sua experimentação e adaptação sistêmáticas”.

Anos depois, em abril de 1924, Stálin, em conferências na Universidade Sverdlov, proclamava: “O Leninismo é uma escola teórica e prática, que forma um tipo particular de militante no

Partido como no aparêlho do Estado, que cria um estilo particular no trabalho, o estilo leninista. Quais são as características dêste estilo? Quais são as suas particularidades?

“Estas características são duas: a) o ‘élan’ revolucionário russo; b) o senso prático americano. O estilo do Leninismo é a aliança destas duas particularidades no trabalho no seio do Partido e no aparêlho do Estado”.

E o que significa “senso prático americano”?

O próprio Stálin responde: “O senso prático americano é a fôrça indomável que não conhece nem reconhece barreiras, que arrasta os obstáculos de todos os gêneros e espécie por sua industriosa tenacidade; que não pode deixar de levar até o fim a tarefa uma vez começada, por mínima que ela seja, fôrça sem a qual não se saberia conceber um sério trabalho de construção”.

Poucas pessoas terão prestado maior homenagem à eficiência dos Estados Unidos que Lênin e Stálin. Os incrédulos podem consultar as páginas 85 e 86 do 1.º volume de *Les Questions du Léninisme*, de autoria dêste último, publicadas pelas “Éditions Sociales”, do PC francês.

A “desestalinização” não modificou êste juízo soviético sobre a eficiência e produtividade dos Estados Unidos. As intervenções de Kruschchiov, no XXII Congresso do P.C. da U.R.S.S., o provavam.

Não poderia ser de outro modo.

Como enfrentar, com êxito, um adversário poderoso, se êle fôr subestimado?

A “Americanofobia” e “Capitalismo-fobia” delirantes de alguns países sub-

desenvolvidos, inclusive o Brasil, só podem, portanto, ser explicadas como atitudes irracionais, espasmos de recalques, cuja responsabilidade principal cabe mais a quem os infundiu em nós, e menos aos oprimidos.

Não pretendemos, com isto, justificar ou amenizar os erros do Capitalismo e dos Estados Unidos (aliás, o que se chama de "Capitalismo", propriedade privada preponderante nos meios de produção, vem sendo exercido cada vez mais pelo Mercado Comum europeu, inclusive pela França, "malgré" a oposição de grupos católicos "progressistas", em desvantagem por não terem nem programa próprio nem penetração nas massas, conforme provam os êxitos de De Gaulle e do PC).

Desejamos apenas sublinhar, com isto, a necessidade de compreender e usar estilos capitalistas, americanos, marxistas-leninistas, soviéticos, iugoslavos, poloneses, cubanos, etc., na medida em que se provem adaptáveis e eficientes na realidade brasileira. Couda muito fácil de aceitar em teoria, porém, mais difícil de superar os preconceitos, ou a inércia, na prática.

A mitologia, aliás, não existe apenas na esquerda.

Gunnar Myrdal tem se esforçado em diminuir os equívocos também na direita (tomando "esquerda" por "renovadores" e "direita" por "conservadores"). No seu último livro traduzido para o português, *O Estado do Futuro*, publicado pela Zahar Editôra (Rio), em inglês muito melhor expresso como *Beyond The Welfare State*, êle escreve: "Nos países ocidentais uma das controvérsias menos esclarecidas e menos inteligentes em nossa época tem sido

aquela relacionada com a questão de se devermos ter uma economia 'livre' ou uma economia 'planificada'. Tal controvérsia sempre foi irrealista e cada vez mais assim se apresenta. A vida em nossas coletividades nacionais e os nossos problemas práticos reais não podem ser enfrentados adequada e propriamente, se colocados em tais termos de antítese".

"A expressão 'economia planificada', contém, é claro, uma tautologia evidente, já que a palavra 'economia', em si mesma, implica numa atribuição de meios disponíveis para se atingir um fim ou um objetivo. Acrescentarmos 'planificada' à mesma, para indicar que tal coordenação de atividades tem um objetivo, não faz sentido e, pelo menos, podemos afirmar que não é um bom emprêgo de palavras. A linguagem, como sabemos, encontra-se repleta de coisas ilógicas, mas raramente estas se derivam, como neste caso particular, diretamente do idioma, erudito.

"O motivo pelo qual essa expressão tautológica se tornou necessária para exprimir o pensamento reside no significado da palavra 'economia', como foi empregada na teoria econômica liberal, desde sua criação, há mais de duzentos anos. Naquela teoria, a palavra exprimia a concepção teleológica da realização não-objetiva a um intuito e viu-se, assim, privada de seu significado original e comum, o da atividade de planejamento ou doméstica.

"Tal conceito de uma direção automática da vida econômica em busca de um objetivo inerente, isto é, de uma 'planejamento não-planejado', foi a noção de valor metafísico fundamental existente naquela teoria, porquanto

crecera ela dentro da estrutura das filosofias da lei natural e do utilitarismo. Floresceu, com especial vigor, naqueles ramos da especulação econômica que agrupamos sob o termo coletivo de *laissez-faire*. (Para exprimir a atitude política oposta, a de que o processo econômico deve ser intencionalmente dirigido, foi inventada a expressão tautológica “planejamento econômico”).

“Tal idéia de planejamento econômico foi geralmente relacionada a Marx e ao Marxismo. Nisso há um erro de fato. Nem acredito mesmo que a expressão ‘planejamento econômico’, ou ‘economia planificada’, *Planwirtschaft*, possam ser encontradas nos trabalhos de Marx.

“Marx não era um planificador, e sim um analista e um previsor. Na primeira qualidade, exerceu imensa influência sobre as atitudes fundamentais no estudo da História e na Sociologia. Na Economia, sua influência mostrou-se especialmente forte nas teorias da flutuação de desenvolvimento dos negócios. Como já indiquei em outras ocasiões, a influência de Marx foi principalmente forte nas Ciências Sociais da América, e mais forte ainda na Sociologia, embora muitas vezes tenha sido inconsciente e raras vezes reconhecida”.

Esta longa citação, das páginas 23 e 24 da referida obra de Myrdal, apresenta-se clara, embora esqueça o extraordinário papel de Lênin, que adaptou, à planificação, as aspirações de uma Economia socialista segundo Marx.

Se, porém, a rejeitamos por soar como “reaça”, embora Gunnar Myrdal seja um autor festejado pelo ISEB, que publicou em 1960 seu livro *Teoria Eco-*

nômica e Regiões Subdesenvolvidas, então recorramos a Oskar Lange, professor de Economia em Varsóvia, ex-diretor da Comissão Central de Planificação do seu país e hoje um dos seus vice-presidentes da República. Refutando as acusações de Hayek, Mises e Robbins, que uma Economia socialista não poderia, pura e simples, funcionar, por não haver ali uma autêntica Economia de mercado, baseada na demanda e na oferta, e sim preços artificiais ditados pelo Estado, Lange mostra como, pelo contrário, seria a Economia socialista onde a demanda estaria melhor sincronizada com a oferta, pelo planejamento estatal que dominaria, melhor que qualquer empresa privada, a função paramétrica dos preços, evitando a super-produção e o sub-consumo. Conclui Lange: “O atual sistema capitalista é muito melhor descrito pela análise de Joan Robinson e do professor Chamberlin, que por Walras e Marshall. Porém o trabalho destes últimos dois será muito mais útil para resolver os problemas de um sistema socialista”. (*On The Economic Theory of Socialism* — The University of Minnesota Press — p. 108).

Isto é, a competição imperfeita foi melhor exposta por Robinson e Chamberlin, porém a competição perfeita o foi por Walras e Marshall.

Ora, estes últimos passam por apologetas do regime capitalista, e os dois primeiros por seus desmascaradores.

Lange revela, porém, suas verdadeiras dimensões: a de analistas de um determinado sistema imperfeito, o capitalista, e a de analistas de um outro perfeito, do qual os socialistas pretendem se aproximar mais que os capitalistas.

Walras e Marshall são, assim, des-

bravadores dos novos tempos e não superados apologistas da burguesia, como querem os simplistas, alguns dos quais se escandalizavam por ainda citarmos, em aula e em ensaios, os mencionados autores...

Como consequência também do que escreve Lange, concluímos a impossibilidade da planificação de cima para baixo, como, aliás, se fêz e se faz em alguns países ditos socialistas. A planificação tem de vir de baixo para cima, sincronizando a demanda e a oferta, com um conhecimento mais amplo da função paramétrica dos preços; isto é, qualquer planejamento, que ignore o mercado, é um nôvo Procusto, e está fadado ao fracasso, tarde ou cedo.

A Economia tem suas leis. Ninguém as viola impunemente.

É o principal: só uma visão jônica do Mundo e uma concepção da História condicionada, em última instância, pela economicidade, podem fornecer uma interpretação realista da sociedade. Sorokin e Seligman lembram os pensadores que precederam Marx nestas formulações; pode-se também recordar os que o sucederam. Enfim: não se trata de um monopólio clericalista, porém de dados científicos incorporados ao acervo da Humanidade.

Para romper os dilemas em que se encontram, não bastam, aos cristãos Lammenais, Mounier, Lubac ou Lebreton. Cumpre atacar a raiz do problema, com o Evolucionismo de Teilhard de Chardin e o Criticismo de Karl Rahner. Experiências válidas para os protestantes, que já têm os seus Bultmann e Barth, também úteis para os católicos.

Sem isto continuarão os “cristãos sociais” a se debaterem como baratas ton-

tas, embaraçadas na teia das suas conciliações impossíveis, tipo Santo Tomás de Aquino + Marx, ou Heidegger e Sartre + Santo Agostinho, etc. Sempre o esforço de “batizar” a moda, sem uma profunda reformulação de si mesmos, para então sintonizar com os fatos.

Estas supostas e superficiais sínteses podem auto-satisfazer os seus autores, porém são de uma esterilidade histórica a tôda prova, conforme provam os fatos. Não arrancam os seus autores do reboque da História e do satelitismo em torno das correntes mais poderosas, com as quais tentam confusamente se identificar, procurando partilhar de êxitos, aos quais em muito menor escala contribuíram.

Aliás, não é nova a pretensão de exibir-se com o êxito alheio; também o Integralismo representou outra tentativa de alguns cristãos, daquela vez em relação ao Fascismo. Lembramos Plínio Salgado em 1932: “Roma fascista, tão caluniada pelos demagogos ébrios da cocaina libertária, constitue atualmente a suprema garantia da liberdade”. “É sob êsse aspecto que devemos considerar o Fascismo: como último reduto da liberdade, arca da aliança, que levará sôbre o dilúvio do mundo contemporâneo, o segredo da constituição do Estado humano e dos rhytmos dos movimentos sociaes”. (“Como eu vi a Itália” — *Hierarchia* — março-abril — 1932 — pp. 203 e 204).

E Michael Schimaus, ainda hoje prestigioso teatrologo católico, ousou afirmar que, “a História (isto é Deus), deu o poder ao Nazismo e só “uma objetivação cega e individualista se revoltaria contra o destino de todo ser”. (*Begegnungen zwischen katholischen Christen-*

tub und national-sozialistischer Weltanschauung, Muenster 1933, apud Josep Rovau, *Le Catholicisme allemand au temps d'Hitler*, *Esprit*, Dezembro, 1955, p. 1831).

O fenômeno tem suas raízes.

Já Alexander Herzen, o magnífico revolucionário russo do século XIX, escrevia: "No passado, havia pelo menos uma certa unidade; a loucura era epidêmica e não se lhe notava; o mundo inteiro estava no êrro; havia dados gerais, a maioria absurdos, porém que todos admitiam. Em nossos dias tudo é de outra maneira: os preconceitos do mundo romano acompanham os da Idade Média, o Evangelho vai ao lado da Economia Política, Loyola com Voltaire, o Idealismo em palavras e o Materialismo em fatos; uma Moral retórica abstrata e uma conduta que lhe é diametralmente oposta. Esta massa de idéias heterogêneas se assimila em nosso espírito sem qualquer ordem. Quando atingimos nossa maioridade, estamos demasiado ocupados, demasiado preguiçosos e, talvez, demasiado covardes também para submeter nossas regras de Moral a um julgamento severo; também as coisas permanecem na sombra.

"Esta mistura de idéias em nenhuma parte vai tão longe quanto na França. Em regra geral, aos franceses falta educação filosófica; êles apreendem as deduções com muita perspicácia, porém de um modo unilateral; suas deduções permanecem dispersas, sem unidade que as ligue, sem mesmo ser remetidas ao mesmo nível; daí as contradições a cada passo e a necessidade, falando com êles (franceses), de voltar a princípios conhecidos de longa data, de repetir como coisa inédita, verdades enunciadas por

Spinoza e Bacon". (*Textes Philosophiques Choisis*) (Editions en langues étrangères) (Moscou — 1948) (pp. 491 e 492).

Estaremos, porém, nos contradizendo, ao afirmar algo diante dos assistentes da JUC em outubro de 1961 e na Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife em junho de 1962, e depois, no 1.º número de *Estudos Universitários* e neste atual, afirmar a impossibilidade de uma Revolução econômica e política "cristã"?

Cremos que não.

O fato do Capitalismo e do Socialismo irem assumindo, cada vez mais, expressões técnicas, e, cada vez menos, expressões ideológicas, isto não significa que a ideologia não tenha importância, nem que a mensagem cristã seja capaz de comandar, e não apenas de contribuir, para uma revolução econômica e política

Quanto ao primeiro aspecto, as ideologias continuam importantes, embora próximas ao ponto de exaustão, pois a "ideologização" do mundo, como racionalizada justificação de interesses, está chegando ao máximo, contagiando tôdas as classes e nações. Thurman Arnold, num livro original intitulado *The Folklore of Capitalism*, lembra que "as instituições sociais exigem fé e sonhos", "crenças irracionais e ilusórias em ideias e princípios", "que são inconsistentes em qualquer parte", mas a "eficiência dos quais não pode ser ignorada". Tal racionalização é bivalente: quando "dogmática", se torna "obstáculo e não auxílio", alimentando "a enfermidade social da escravidão aos símbolos"; quando, porém "cética", "funcional", "tem um caráter libertador".

Portanto, pode ser útil a ilusão néo-liberal que a Liberdade continua intangível, ou a ilusão néo-marxista que a Igualdade é a justificação de todos os sacrifícios, mesmo os de Stálin, como foi útil, para expulsar o invasor nazista, o entusiasmo dos guerrilheiros iugoslavos, que morriam com o nome, então sagrado, de Stálin, na boca, segundo Tito relata na sua autobiografia ditada a Vladimir Deidjer.

O nosso ceticismo diante das ideologias provem das contradições que assistimos, por exemplo, dos corifeus de Stálin, que o chamavam de “guia luminoso da Humanidade progressista”, erigindo-o em dogma intangível, e depois concordavam com Khruschchiov, não só no celeberrimo discurso no XX Congresso do PC da URSS, ainda hoje divulgado apenas extra-oficialmente, como no do XXII Congresso, publicado por oficiosas editoras comunistas. Nêste último (ob. cit.), êle afirma textualmente: “Morreram milhares de pessoas inteiramente inocentes e cada homem é tôda uma história. Morreram muitas personalidades do Partido, do Estado e do Exército”. (p. 265) “Os camaradas propõem perpetuar-se a memória dos destacados militantes do Partido e do Estado que foram vítimas de repressões infundadas no período do culto à personalidade.

“Consideramos que a proposta é justa. (*Tempestuosos e prolongados aplausos*). Seria justo encarregar ao Comitê Central a ser eleito pelo XXII Congresso de resolver favoravelmente essa questão. Talvez se deva erigir um monumento em Moscou, a fim de perpetuar a memória dos camaradas que fo-

ram vítimas do arbítrio. (*Aplausos*)”. (p. 267)

Resolvido o problema?

Ainda não...

Continua o interminável debate entre “revisionistas” e “dogmáticos”, com as súbitas mudanças sem um crivo axiológico exato. Por exemplo: Tito, acusado tão frequentemente de Revisionismo, recebeu recentemente consagrada recepção em Moscou. E os métodos vigentes na Albânia, protegida pela China vermelha, são considerados por Khruschchiov, piores que na Rússia tsarista (sic): “Pois até mesmo nos mais negros tempos de reação desenfreada, os sátrapas tsaristas, verdugos dos revolucionários, não se atreviam a executar mulheres grávidas. No entanto, num país socialista (a Albânia), condenava-se à morte e se executava uma mulher que ia ser mãe (Liri Guega, antigo membro do Birô Político do Comité Central do Partido Albanês do Trabalho — Comunista), numa demonstração de crueldade absolutamente injustificável. (*Animação. Exclamações: ‘Vergonha! Vergonha!’*)”.

E por que?

“Certamente consideram que, por tal caminho, estão preparando o terreno para serem dignos das dádivas dos imperialistas. Os imperialistas estão sempre dispostos a pagar os trinta dinheiros a quem levar a cisão às fileiras dos comunistas. Mas êsses dinheiros nunca trouxeram a ninguém senão desonra e vergonha. (*Aplausos*)”.

Sem dúvida a acusação de suborno é devolvida, com juro, pelos acusados...

Qual a conclusão disto tudo?

Não adianta mesmo mudar, é melhor conservar o Capitalismo, porque no fi-

nal das contas tudo dá no mesmo?

Não.

As mudanças são inevitáveis e vitais para a História. Nela não há imobilismo. Nela os extremos são frequentes: lembremos, por exemplo, a Revolução Francesa ou a Russa.

Contudo, o intelectual, capaz de compreender mais amplamente a realidade, tem, por consequência, obrigação de denunciar os abusos e de usar as ideologias como instrumentos funcionais de transformação da sociedade, submetidos porém ao Humanismo científico, pluralista e pragmático que tende cada vez mais a predominar como o fio da meada da História.

Quando, no primeiro número da nova revista *Tempo Brasileiro*, defendemos a hegemonia do Marxismo como ideologia das atuais transformações revolucionárias brasileiras, assim agimos não por idolatria, mas por um critério funcional, instrumental, dado o “élan” realista do Marxismo em nossos dias.

Qual a possibilidade do Cristianismo comandar a tal Revolução econômica e política? Sem mitos, ela não avança. Concordam, então, os cristãos em fabricá-los em massa?... E para “desideologizar-se” há um longo itinerário, durante o qual serão usados todos os meios, e após o qual crescerá a necessidade de um Humanismo científico ainda não elaborado pelos cristãos. É o próprio Albert Einstein que lamenta sua ausência, exclamando: “Um dos contemporâneos disse, e não sem razão, que os pesquisadores sérios representam, em nossa época, os únicos homens profundamente religiosos”. (*Cómo Veo el Mundo* Ediciones Siglo Veinte, tradução argentina dos seus pensamentos em alemão).

O caminho que resta consiste em enfrentar a tempestade ideológica, optar pelo que parecer necessário, ter coragem para a Heterodoxia, rejeitar as catalogações municipais ou internacionais, repelir a “carneirada” de direita ou esquerda — Pangloss ou Panurge, contribuir para a construção do Humanismo científico — porém não científicista — que virá, incorporando a Logística, a Cibernética, a Tecnologia, etc., em luta contra o crescimento universal do Hedonismo agnóstico.

É, por conseguinte, indispensável a repulsa ao Clericalismo, como “propriedade privada da Verdade” por um grupo ou facção, seja êle “soi-disant” cristão ou marxista, muçulmano ou fascista.

Para isto cumpre possuir a coragem de Galileu, Servet, Maiakovski, Essenin, Pasternak, Evtuchenko (vivo na U. R.S.S.), Andritch (também vivo na Iugoslávia), de Sartre, Futchik, Lukács, Rahner ou Teilhard de Chardin.

Ou, no Brasil, de Décio Pignatari, no seu artigo no último número de *Estudos Universitários*, e de Haroldo Campos no 2.º número de *Tempos Brasileiros*, reagindo contra a formalista “Arte” enlatada, mesmo com o rótulo “populista-revolucionário”.

A Heterodoxia é fecunda porque pioneira, profética.

Sua maior desgraça consiste na esteotipação como nova Ortodoxia. Vide a caricatura de Marx no Stalinismo e Néo-Stalinismo...

A Ortodoxia mais típica reside no perfeccionismo pseudo-historicista, pretendendo a total adaptação do Homem a fórmulas pré-concebidas, supostamente extraídas da experiência coletiva. São os novos Procustos, generosos hospedei-

ros que cortam ou esticam o visitante na tépida cama com que os abrigam da inclemência do inverno. São os fantasmas perseguindo D. H. Lawrence, Orwell, A. Huxley, presentes n'O Processo de Kafka e na mensagem do escritor polonês contemporâneo, residente em Varsóvia, Stanislaw Len, que descreve o imaginário planeta chamado "Pinta", tão árido que necessitava de irrigação, a qual foi atendida pelos burocratas, porém além do preciso, quase afogando a população proibida de engasgar-se em voz alta: "O elemento que deveria ter sido dominado, simplesmente os dominou (aos homens). Como ninguém estava preparado para admiti-lo, o próximo passo inevitável era declarar que tudo estava como deveria ser". Soli-citude parecida com a dos generosos sacerdotes; que, na longínqua República Guaraní dos séculos XVII e XVIII, regulamentaram tudo, inclusive a hora do "multiplicai-vos", anunciada pela sineta da comunidade...

Panurge precedeu assim Pangloss...

Não se confunda, porém, a Heterodoxia com a fobia à Organização, indispensável no mundo industrial moderno, mais do que nunca, para a sociedade

funcionar com eficiência. O setor liderante, inclusive portanto o PC, vale enquanto vanguarda representativa dos interesses da maioria, exercendo aquela função que Maritain chamou de "minorias proféticas e dinâmicas". O setor liderante só merece ataque quando esclerosado como casta. O limite entre êstes graus é impreciso e só as circunstâncias históricas o indicam. Já dizia Nietzsche que o Homem vive perigosamente...

Poderá, contudo, o Homem, como um todo histórico, engajar-se para sempre no prometêico Não-Conformismo?

Êste é o grande problema, pois é muito mais cômodo demitir-se nas mãos pro-custaneamente paternais do Clericalismo, que enfrentar os mortais perigos do desafio.

Até lá, porém, a missão do intelectual pioneiro consiste em seguir a sugestão de Thurman Arnold: "...the practical nature of the problem is invading the sanctuary and is troubling the priests".

Numa era de "stardartisação" em massa, ainda é o Supremo Heroísmo; os outros são sua consequência.

RÉSUMÉ

POUR l' auteur, les modifications survenues au capitalisme et au socialisme sont d'une telle importance qu'elles rendent désuètes les façons traditionnelles de poser la question.

La première de ces modifications accomplie dans les nations les plus évoluées des deux groupes, se produit dans le sens d'une "désidéologisation" commune, ce qui les conduit à se rapprocher par l'adoption de techniques avancées communes. L'auteur constate, alors, la différence avec la façon d'agir actuelle dans les régions sous-développées, comme le Brésil, où une "capitalismophobie", et une "communismophobie" sont des formes idéologiques et non scientifiques.

L'auteur présente sa deuxième hétérodoxie dans la négation que les idées des "chrétiens sociaux"

aient une quelconque actualité. Pour rompre les dilemmes dans lesquels ils se trouvent il ne suffit pas aux chrétiens d'avoir Laménais, Mounier, de Lubac ou Lebreton. Il faut attaquer la racine du problème: accepter l'Evolutionisme déjà défendu par Teilhard de Chardin et la Critique de Karl Rahner. Ces expériences sont valables pour les protestants qui ont déjà leurs Bultmann et Barth, utiles également pour les catholiques. "Seule une vision jonique du monde et une conception de l'Histoire conditionnée" peuvent en dernière analyse fournir une interprétation réaliste de la Société, tandis que les "chrétiens sociaux" se débattent dans des conciliations impossibles du type "Saint Thomas D'Aquin + Marx, ou Heidegger et

Sartre + Saint Augustin". C'est pour cela qu'ils demeurent à la remorque de l'Histoire.

Revenant cependant au rôle joué par les idéologies dans les nations avancées des deux groupes, l'auteur ajoute que "le fait que le Capitalisme et le Socialisme assument de plus en plus des expressions techniques et de moins en moins des expressions idéologiques, ne signifie pas que l'idéologie n'a aucune importance, ni que le message chrétien ne soit pas capable de commander, et non pas seulement de contribuer, à une Révolution économique et politique". Ainsi il y a une "désidéologiation" sur le plan technique et en même temps une pression idéologique sur de plan politique. Face à cette emphase de l'idéologie, repandue par des méthodes de plus en plus puissantes et efficaces de divulgation, l'auteur exige de l'intellectuel une position d'alerte. Rappelant la récente virivolté dans la façon de considérer Staline, l'auteur

ajoute que l'intellectuel a "l'obligation de dénoncer les abus et d'utiliser les idéologies comme des instruments fonctionnels de transformation de la Société, soumis cependant à l'Humanisme scientifique pluraliste et pragmatique, qui tend de plus en plus à prévaloir comme le fil conducteur de l'histoire".

Cette obligation augmente à mesure que les moyens les plus efficaces de communication, la presse, la radio, la télévision, sont plus rapidement suffoqués par les déviations idéologiques, ce qui est un phénomène commun aux deux mondes.

L'hétérodoxie — ce qui ne doit pas être confondu avec la phobie de toute organisation —, la vigilance contre le dogmatisme, voilà la porte sur laquelle l'intellectuel contemporain doit s'imposer de veiller.

Jusqu'à quel point cependant, conclue l'auteur, cette acceptation de vivre dangereusement réussira à vaincre la séduction du conformisme?

ABSTRACT

FOR the author, the changes undergone by Capitalism and Socialism are so wide that the traditional attitudes towards this issue may be regarded as outdated.

The foremost change has taken place in the most developed nations of both groups through a process of ideological emptying which has led them to get nearer each other by adopting the most advanced technology. On the other hand, the underdeveloped areas, of which Brazil is an example, fall into a sort of Capitalismophobia and Communismophobia that express ideological rather than scientific attitudes.

In their turn, "social Christian" ideas have no objectivity. In order to overcome the dilemmas they are in, authors like Lammenais, Mounier, Lubac, and Lebreton are of little help. It is for the social Christians to go into the heart of the matter, that is to say, to accept both the theory of evolution, as maintained by Teilhard de Chardin, and Karl Rahner's criticism. These are valid experiments for Protestants, who have their Bultmann and Barth, also useful for Roman Catholics. Only an Ionic view of the world and a conception of History conditioned on economics can provide a realistic interpretation of society. The social Christians, by thrashing about in impossible conciliations such as those aiming at mixing either St Thomas Aquinas and Marx, or Heidegger and

Sartre plus St. Augustine, cannot help falling behind in History.

To come back to the role played by ideologies in the advanced nations of both groups, the author says: the fact that Capitalism and Socialism have been assuming features more and more technical and less and less ideological should not lead one to think that ideology is pointless or that the Christian message is not able to command, and not only to contribute to, an economic and political revolution. Thus, the ideological emptying at the technical front finds its counterpart in the ideological pressure at the political front. Such a stress on ideology demands a special alertness from the intellectuals. The recent reshuffle concerning Stalin's reputation demonstrates that the intellectuals must denounce fallacy and make use of ideologies as workable instruments for changing society, yet submitted to a scientific, pluralistic and pragmatic Humanism which tends more and more to appear as the thread of History.

The responsibility placed upon the intellectuals augments at the same time that the modern mass media get choked up with ideological distortions. Heterodoxy (which is not to be taken for any kind of dislike for organization), vigilance over dogmatism is the very business of contemporary intellectuals. However, to what extent can such an attitude withstand the enticement of complacency?

FEDERICO GIL

Antecedentes da Revolução Cubana

I

A VERDADEIRA HISTÓRIA da Revolução Cubana, em tôda a sua significação, não poderá ser escrita ainda por muitos anos e, mesmo quando o fizerem, não será uma fácil tarefa. Trata-se de acontecimento fadado a atrair sôbre si, sem dúvida, as atenções dos historiadores durante muito tempo ainda pois, como já se disse, “a Revolução Cubana abalou o hemisfério ocidental da mesma maneira que a Revolução Francesa abalou a Europa”. Seja qual fôr o destino do regime de Fidel Castro, uma coisa é certa — a América Latina jamais será a mesma outra vez. Tão complexo é o fenômeno cubano, dentro de seus aspectos estritamente cubanos, que não pode ser entendido sem que se levem em consideração alguns de seus elementos históricos. Êstes têm de ser explicados não no sentido de desculpar o que aconteceu, mas simplesmente de modo a compreender-se a Revolução Cubana. O objetivo dêste artigo é analisar as circunstâncias históricas que influíram significativamente na grande comoção social iniciada a 1 de janeiro de 1959, na República vizinha. Portanto, nenhum esforço será empregado, aqui, no sentido de lidar com o curso dos acontecimen-

tos que mais tarde jogariam Cuba em mãos comunistas. A história dêstes últimos acontecimentos, tão cheia de complexidades e contradições, ainda não pode ser escrita.

Durante todo o seu período de 57 anos de vida republicana, jamais existiu em Cuba uma verdadeira democracia. A condição patológica da democracia naquela ilha surgiu principalmente de dificuldades ligadas à herança histórica cubana e ao temperamento do povo, como também à falta de treinamento da população, fraquezas econômicas várias, à apatia e ao absentismo da parte dos cidadãos mais capazes e melhor qualificados. Como resultado direto dêstes fatores, a política nacional caiu nas mãos dos corruptos e inéptos. Dois grandes males, assim, devastaram a história política cubana: fraude eleitoral e corrupção administrativa. Desde a fundação da república em 1902, o país nunca pôde ter um único governo livre de roubo e imoralidade.

Depois do que parecia ser um bom começo, sob a gestão de seu primeiro Presidente, Tomas Estrada Palma (1902-1906), Cuba teve sua primeira revolução, logo depois de uma eleição ca-

racterizada pela fraude. Estrada Palma, fazendo apêlo à Emenda Platt, sob cuja ameaça Cuba viveu durante 32 anos, solicitou a intervenção dos Estados Unidos. Seguiu-se, então, a administração de Charles E. Magoon, como Governador, de 1906 a 1909, um período acêrca do qual existem opiniões amplamente desencontradas quanto à honestidade do regime. A restauração do govêrno cubano sob a presidência de José Miguel Gómez (1909-1913) foi testemunha de uma crescente venalidade e nova baixa no nível da moralidade política. Pondo em prática uma frase geralmente atribuída a si mesmo, "el tiburón se baña, pero salpica", êle permitiu que seus amigos e todos os que apoiavam enriquecessem às custas do Tesouro Cubano. Seu sucessor, Mário Garcia Menocal (1913-1921) estava igualmente disposto a encorajar a corrupção política cada vez maior. Sua reeleição, conseguida pelo que, àquele tempo, vinham a ser práticas fraudulentas já longamente estabelecidas, causou uma revolta e uma breve intervenção militar por parte dos Estados Unidos. O presidente seguinte, Alfredo Zayas (1921-1925), procurando servir a dois senhores, tal como seus predecessores — o povo cubano e os Estados Unidos — frustrou ainda mais as esperanças de um govêrno honesto e competente, enquanto a política atingia um nível ainda mais baixo de corrupção. Semelhante estado de coisas, bastante infeliz, continuou sob a presidência de Gerardo Machado (1925-1933), que foi eleito em 1924. Depois de uma breve tentativa de moralização da vida política cubana através de um movimento que ficou conhecido por "Regeneração", e da adoção de algumas medidas que

visavam a corrigir o caráter unilateral perigoso de uma economia baseada na produção do açúcar, Machado, no tempo devido, lançou-se a uma política de serviços públicos extravagantes, levando a efeito novos e cada vez mais proveitosos roubos aos cofres públicos, passando a fazer ótimos favores a seus amigos sob a forma de concessões e contratos, e construindo uma máquina política pessoal de grande eficiência. Ao mesmo tempo, como conseqüência da depressão mundial e da queda do mercado do açúcar, o povo cubano se encontrava em meio ao desemprego geral e à pobreza, se bem que os roubos administrativos ainda assim florescessem. O desfalque ocorrido na construção da Estrada de Ferro Central atingiu, segundo se diz, a casa dos trinta milhões de dólares. Vinte milhões foram desperdiçados num nôvo Capitólio, dos quais apenas oito milhões foram de fato gastos na construção. Em 1928, depois de retocar desonestamente a Constituição, Machado foi reeleito pelo que se conhecia como *cooperativismo* (uma coligação de todos os partidos existentes). Por aquela época, uma oposição ao seu regime liderada por estudantes universitários, tinha surgido forte e determinada. Machado então completou a corrupção com o terror. Censura, perseguições, tortura, assassinatos de estudantes e líderes sindicais foram recursos incapazes de conter a onda de descontentamento com relação à ditadura, e o regime finalmente sofreu um colapso quando uma greve geral e uma revolta do Exército forçou o "Açougueiro de Las Villas", como Machado era freqüentemente apelidado, a fugir do país em 12 de agosto de 1933.

A onda revolucionária que varreu a ditadura foi originalmente posta em movimento pelo sentimento generalizado de indignação nacional contra a invalidade do sufrágio e a irresponsabilidade política em geral. No curso de seu desenvolvimento, todavia, êste sentimento de repulsa nacional adquiriu tôdas as características de um programa mais amplo de reforma social, política e econômica. A "Revolução", como passou a ser conhecida, se bem que amorfa e sem conter substância ideológica, estava claramente estabelecida em favor de uma transformação radical de tôdas as fases da vida nacional.

A queda de Machado forçou o fim da velha oligarquia de políticos profissionais e o comêço de uma nova era de reforma. A "geração de 1930", compreendendo os jovens estudantes e profissionais liberais que lideraram o bem sucedido movimento contra Machado, fêz sua entrada na arena política. A contribuição dessa geração ao poder político foi, de certa maneira, confirmada no período subsequente, pois os únicos partidos capazes de ganhar eleições nacionais sem fazer recurso à fraude foram aquêles organizados por membros dêste grupo. Suas reivindicações entravam em conflito com os interesses dos políticos profissionais e veteranos da guerra de independência, os quais tinha gozado praticamente de um verdadeiro monopólio do poder político. A "geração de 1936", professando a revolução econômica, política e social genuína, lançou um desafio ao estado de elite contínua, do grupo veterano, ao mesmo tempo que culpava êste grupo da maioria dos males políticos que afligiam a República. Durante a luta, a influên-

cia dos "caudillos" veteranos, tais como Menocal, Mendieta, e outros, diminuiu substancialmente. A queda de Machado marcou, de uma outra maneira significativa, a passagem de uma era. Depois de ter finalmente aprendido a lição respeitável da futilidade das práticas intervencionistas, os Estados Unidos, agindo coerentemente com relação à Política de Boa Vizinhança, apenas recentemente adotada, aboliu a Emenda Platt em 1934.

O período que se seguiu à revolução foi longo e turbulento. Apesar de ter alcançado uma notável pauta de realizações no desenvolvimento econômico e no campo da justiça social, a "geração de 1930" estava fadada, mais tarde, ao descrédito, por causa de sua inépcia administrativa e de sua tolerância quanto à desonestidade pessoal. Sua contaminação progressiva pode ser vista nas administrações ditas "autênticas" de Grau San Martin (1944-48) e Prio Socarrás (1948-52), e no desprêzo absoluto quanto às formas de liberdade civil e constitucional durante os regimes de Batista.

II

Depois de 1933, a política cubana centralizou-se em duas figuras que emergiram do processo revolucionário. Uma era um civil, o médico Ramón Grau San Martin, destinado a ser o líder da chamada "Revolução Autêntica". A outra, um jovem sargento, Fulgêncio Batista, que subiu da pobreza à posição de ditador e fazedor-de-presidentes, tornando-se o símbolo e a garantia da estabilidade da ordem pública contra os

excessos revolucionários. Depois de iniciar-se a passos rápidos, durante o governo "pentárquico" (4 a 10 de setembro de 1933), a revolução deu mais alguns passos para adiante durante a presidência de Grau San Martín (10 de setembro de 1933 — 17 de janeiro de 1934), e então atingiu quase um estágio estacionário. A recusa dos Estados Unidos em reconhecer Grau San Martín foi um fator importante na queda deste governo. Preocupado com os perigos inerentes à revolução social e seu impacto nos interesses norte-americanos investidos na ilha, a política americana destinava-se a preservar o *status quo*. Summer Welles e, mais tarde, Jefferson Caffery, na qualidade de representantes pessoais do Presidente Roosevelt, desempenharam um papel decisivo em estancar a revolução. Daí por diante, a revolução tornou-se predominante política, e não mais social e econômica. A gente não pode deixar de pensar se os acontecimentos em Cuba não teriam seguido um rumo diferente, dado que os Estados Unidos, naquela época, tivessem favorecido mudanças econômicas e sociais necessitadas na América Latina, como estão fazendo agora. É válido, pelo menos, colocar uma tal questão, pois, de certo modo, o fenômeno cubano da década de 1950 foi simplesmente a reincarnação do processo revolucionário interrompido na década de 1930. Pôsto em movimento uma vez mais, este processo deveria levar diretamente, em nossa época, às consequências desastrosas nas relações cubano-norte-americanas. Também desta vez, a Revolução tendia a tornar-se predominantemente social e econômica, e não simplesmente política.

Gradualmente, Batista, o antigo sar-

gento, emergiu como o árbitro do destino de Cuba. Até 1940, dominou através de presidentes-fantoches, sete ao todo, entre os quais Carlos Mendieta (janeiro de 1934 — dezembro de 1936), Miguel Mariano Gómez (1936) e Federico Laredo Brú (1936-1940) foram os mais expressivos. Sem jamais desamparar-se do credo revolucionário, Batista deu uma guinada em direção de um curso mais conservador, trazendo assim o reconhecimento por parte dos Estados Unidos e o apôio do capital estrangeiro e dos grandes interesses investidos na ilha. Governou firmemente, por detrás da cadeira presidencial, com o suporte do exército até 1940 quando, oficialmente, assumiu a direção do executivo, garantindo-se a eleição com o apôio de uma coalisão dos partidos que incluía as máquinas políticas que tinham outrora dominado a política cubana e servido de esteio ao ditador Machado.

Durante sete anos, a base constitucional do governo cubano havia permanecido irregular, mas, em 10 de outubro de 1940, uma nova constituição foi adotada. Muitas das provisões desta Constituição representavam desvios radicais da tradição e refletiam o interesse nas reformas sociais. A despeito de tôdas as vicissitudes do período post-revolucionário, a nova lei básica era claramente o fruto da "Revolução", refletindo a influência de todos os que advogavam as mudanças sociais, econômicas e políticas. Pensava-se, àquela época, pelo menos, que os vexames e tribulações da década precedente não tinham resultado em vão.

Enquanto isso, o depositário dos ideais da revolução de 1933 tinha se

tornado o PRC ou Partido Revolucionário Cubano (*Auténtico*), fundado em 1934 como um conjunto dos esforços combinados de várias organizações revolucionárias. O PRC desempenhou um papel básico na redação da Constituição de 1940, e deveria ganhar a presidência em 1944 e 1948. Seu programa comprometia o PRC com as reformas fundamentais. Favorecia o controle estatal da indústria do açúcar, o estabelecimento de um Tribunal de Contas e de um Banco Nacional, uma lei de orçamento, reformas fiscais, um sistema de serviço público, a criação de uma marinha mercante, a expansão da educação, etc. Também punha ênfase na austeridade administrativa. Sob a liderança brilhante de Grau San Martín, que granjeou imensa popularidade à medida que o regime de Batista tornava-se mais e mais corruto em meio de uma nova "bonanza" trazida pela estabilização dos preços do açúcar, o PRC ganhou o poder através de uma vitória eleitoral arrasadora em 1944. Permaneceu no poder até o golpe militar de 1952. Em 1948, se bem que de certa maneira mais fraco do que em 1944, o candidato do PRC, Carlos Prío Socarrás, hábilmente ganhou as eleições.

Durante seus dois termos no poder, o PRC levou a efeito parte considerável de seu programa com algum sucesso. Era um firme expoente da democracia política e mantinha respeito escrupoloso pelas liberdades civis. Estabeleceu uma política bem projetada de estabilização do preço do açúcar e de melhor distribuição da riqueza derivada deste produto; procurou reduzir os perigos de uma economia baseada na monocultura, deu impulso a um sistema de seguro so-

cial, e generosamente financiou um vasto programa educacional. Durante a administração de Prío Socarrás, importantes reformas institucionais foram levadas a efeito e o Tribunal de Contas e o Banco Nacional foram estabelecidos. Por outro lado, o PRC falhou em conseguir as importantes medidas que havia prometido ao povo, principalmente a reforma agrária. Mais importante, ainda longe de acorrer aos clamores populares por governo honesto e eficiente, o PRC submergiu-se no roubo e na corrupção, em escala apenas ultrapassada, em anos recentes, pelos segundo regime de Batista. O público tornou-se totalmente desiludido e amargurado, e Grau San Martín passou a ser geralmente acusado do crime de fraude cínica ao povo cubano por não ter realizado na prática exatamente os princípios por que se batia. Os *Auténticos* tinham chegado ao poder com o mais entusiástico apoio público e com as grandes esperanças da parte do povo de que conseguiria por em prática as reformas sociais de há muito desejadas, como também a "purificação" das práticas governamentais. Estas esperanças se reduziram a zero depois que os *Auténticos* gozaram de dois termos no poder da Presidência da República.

Esta situação foi parcialmente responsável pelo surgimento de uma nova e poderosa organização, o Partido do Povo Cubano (*Ortodoxo*), uma ramificação do PRC em 1946. Por volta de 1951, este partido tinha se tornado uma força política formidável sob a liderança dinâmica de Eduardo Chibás que, assim, tornou-se o porta-estandarte da campanha por um governo honesto. O programa de independência econômica, liber-

dade política e justiça social do partido incluía também um empenho em conservar o partido livre de compactuações políticas. O PRC havia perdido muito de seu antigo prestígio por causa de sua disposição em aliar-se com alguns dos velhos grupos políticos tradicionais. Os observadores concordam em que, a despeito da ausência de Chibás, que se suicidou em 1951, se a eleição de 1952 não tivesse sido sustada pelo golpe militar, os *Ortodoxos* teriam ganho prontamente aquela competição com o PRC.

Todavia, enquanto se aproximava esta eleição, a situação política apresentava algo de positivo: desde 1940 os processos eleitorais, se bem que não de todo livres de vícios, tinham sido geralmente justo e honestos. O próprio Batista se permitiu uma eleição honesta em 1944 e aceitou de espírito firme a vitória de seu arqui-rival, Grau San Martín, sobre o seu candidato preferido. A vitória dos *Autênticos* em 1948 tinha sido uma vitória limpa. Sob semelhantes condições parecia haver fundamento para se esperar que, sob a pressão de um eleitorado que tinha constantemente se tornado mais alerta e articulado, e com a eficiência do sufrágio relativamente assegurada, o retôrno da moralidade no poder público podia ser mais cedo ou mais tarde eventualmente restaurada. A melhor evidência de que Cuba era, naquela época, uma democracia nascente existia no fato de que a mais integral liberdade de expressão e crítica era permitida ao cidadão comum. Mesmo assim, grandes setores da população ainda sentia falta das reformas fundamentais de várias instituições, e a liderança falida tinha causado grande desilusão. A opinião pú-

blica cubana desejava desesperadamente a "Revolução" — "de modo a representar, pelo menos, um desvio fundamental da venalidade, corrupção e fraude tão características das políticas colonial e republicana de Cuba". Isto era demonstrado pelo entusiasmo que Eduardo Chibás fêz surgir através de sua campanha apaixonada pela retidão e integridade. E, juntamente com isso, continuava a tomar corpo a convicção de que tais objetivos poderiam ser atingidos por meios democráticos. Enquanto isso, o país, a despeito da roubalheira que infectava o poder público e dos assaltos periódicos ao Tesouro, tinha progredido economicamente aos saltos, ensejando um processo de desenvolvimento pouco menos que espetacular. Existia um movimento trabalhista forte, e um certo progresso tinha sido assegurado no que diz respeito à justiça social.

A 10 de março de 1952, oitenta dias antes da data das eleições, Batista, novamente candidato a Presidente mas sem possibilidades de sucesso, fêz retroceder o tempo, através de uma revolta militar. Êste foi o primeiro, e, em certo sentido, o maior de seus crimes. Aquilo que tinha se tornado inconcebível no pensamento do povo cubano, a saber, a solução de competições políticas por meio de baionetas, súbitamente tornou-se uma dura realidade. A única justificativa de Batista pelo seu ato foi o deplorável estado em que a administração pública havia caído e a existência do gangsterismo político. Ao que parece, Batista estava contando com a aprovação pública em pêso quanto ao que ia fazer. Os *Ortodoxos* haviam amontado tal quantidade de acusações sobre o regime de Prío Socarrás que Batista julgava obter do povo

as boas vindas a uma mudança, mesmo que por meios violentos. Assim, apesar de serem bem fundadas as críticas ao regime Prio Socarrás, o temperamento altamente tenso da política cubana e que levou a oposição Ortodoxa a abusos excessivos, contribuiu para minorar não somente a administração mas também toda a ordem institucional. A responsabilidade pela debacle deveria cair também, parcialmente, sobre os ombros do Presidente Prio Socarrás, cuja fraqueza inexplicável em vacilar por horas inteiras antes de tomar medidas que viessem garantir uma ação decisiva, também contribuiu para o sucesso do golpe. Um assessor intimamente ligado a Prio e também membro proeminente de seu governo me contou, em 1952, a respeito do espetáculo assustador do Presidente, arreado numa cadeira em torpor aparente, enquanto os telefonemas urgentes tocavam insistentemente e inúmeras delegações de organizações políticas e grupos de cidadãos invadiam seu gabinete. Ele parecia incapacitado pelo choque, perdido e impossibilitado de reagir ante a situação que se lhe apresentava. Os chamados telefônicos eram de comandantes de corpos de tropa, de todos os recantos do país, à cata de instruções (desde que não haviam, ainda, se passado para as hostes de Batista). As delegações se ofereciam como voluntários dispostos a pegar em armas na defesa do regime.

A opinião pública foi tomada de surpresa e uma sensação de paralisia temporária invadiu a nação inteira. O governo que surgira interpretou este fato como aquiescência da parte do povo, e Batista concebeu, então, a esperança de que seria possível para ele consolidar

sua posição rapidamente através da reconstrução de sua máquina política e, com um sistema eleitoral *ad hoc*, dar caráter legal ao seu governo. Isto seria coerente com o raciocínio de Batista, desde que aqueles que o conhecem bem afirmam que ele não é um homem dado a extremismos, e somente recorre a excessos quando forçado a isso pelas circunstâncias. Nunca conseguiu aquilo que mais quis, entretanto: a popularidade. Seu fracasso pode, em parte, ligar-se a circunstâncias políticas, à sua ambição insaciável pelo poder e riquezas, como também aos métodos que ele usou para levar adiante sua carreira política. Este ponto de vista é bem apoiado pelas vacilações óbvias entre o respeito pela legalidade e a arbitrariedade que caracterizaram seu domínio político.

Entretanto, a opinião pública reagiu desfavoravelmente a tais acontecimentos. Fiéis à tradição, os estudantes universitários cedo tomaram a vanguarda das forças oposicionistas. Suas fileiras foram engrossadas com a adesão dos partidos Ortodoxo e Autêntico, numa atitude de resistência passiva entremeada de algumas tentativas de atividade conspirativa. Não está dentro dos limites deste artigo historiar os acontecimentos que finalmente levaram à irrupção de uma revolução a todo vapor, mas será bom sumariar alguns dos mais importantes incidentes deste processo.

Depois de restaurar a Constituição de 1940, em resposta à pressão pública, Batista decidiu realizar eleições em 3 de novembro de 1953. Longe de dar as garantias necessárias à realização do pleito, impôs a legislação draconiana conhecida por *Ley del Orden Público*.

Nas vésperas do pleito, a atmosfera de violência e coerção forçou a retirada do único candidato que se opunha a Batista, Dr. Grau San Martín. Tão escandalosas foram as eleições que mesmo alguns dos partidários de Batista, cujas ambições pessoais tinham sido afogadas, denunciavam-nas como uma autêntica farsa. O resultado líquido do acontecimento foi uma crescente agitação geral seguida por uma repressão por parte das forças do Governo. O regime fez recurso à criação de um aparelho policial complexo e inescrupuloso que empregava uma variedade enorme de métodos violentos de repressão, e as cadeias encheram-se rapidamente de prisioneiros políticos. A oposição permaneceu desunida e os dois partidos políticos principais (Ortodoxo e Autêntico) foram corroídos internamente por intensa fragmentação.

III

O primeiro gesto aberto de revolta foi o ataque desesperado e suicida ao Quartel de Moncada em Santiago de Cuba, a 26 de julho de 1953. Êste ataque, liderado por Fidel Castro, um antigo líder estudantil que havia se unido às fileiras do Partido Ortodoxo somente para abandoná-la mais tarde, quando se convenceu de que a rebelião franca era a única solução à situação cubana. O fracasso do ataque a Moncada e a repressão brutal que se seguiu abalou o país. O apêlo apaixonado por liberdade feito por Castro em seu julgamento acrescentou combustível ao fervor revolucionário. Uma sentença de 15 anos de prisão para Castro foi comutada em maio de 1955, com uma anistia geral.

Poucos meses depois do ataque de 1953, outra tentativa civil de atacar um acampamento militar foi levada a efeito no "raid" ao Acampamento Goicuria, em Matanzas, desta vez por partidários de Prio Socarrás. O fracasso destas tentativas e a severa repressão que se seguiu fez surgir um clamor geral por paz. Esforços desenvolvidos, tendo em vista um acôrdo e o estabelecimento de uma solução pacífica, foram feitos em primeiro lugar pela Sociedade de Amigos de la República, um grupo de cidadãos ilustres, e, mais tarde, pelo Bloque de Prensa, composto de representantes da imprensa cubana. Ambas as tentativas resultaram no mais redondo fracasso. Tôdas as outras tentativas de trazer o assunto ao campo das negociações e não ao da guerra civil não deu frutos devido à crescente onda de ódios e ressentimentos. A oposição queria a renúncia de Batista e o estabelecimento de um governo "neutro" como medida preliminar em direção a uma fórmula pacífica.

O desembarque histórico de Castro com 81 outros jovens na costa da Província de Oriente ocorreu em 2 de dezembro de 1956. Sòmente uma dúzia conseguiu escapar em busca de refúgio nas florestas de Sierra Maestra. Êste grupo estava destinado a crescer e transformar-se no Exército Rebelde que, por fim, derrotaria a ditadura de Batista. Enquanto a insurreição se espalhava em Oriente, um ataque ao palácio presidencial em Havana foi levado a efeito em 1957. A tentativa, perpetrada por um grupo do Diretório revolucionário, outra organização revolucionária, chegou perto de atingir o seu objetivo — o assassinato de Batista. A vingança brutal

do regime, na forma de assassinatos e torturas aplicadas indiscriminadamente a todos os opositores de Batista, aterrozou a população cubana.

Por volta de janeiro de 1958, uma atitude revolucionária havia se espalhado por toda a ilha. Pressionado pelos Estados Unidos, segundo se supõe, o regime de Batista restaurou as garantias constitucionais com a suspensão, conseqüentemente, da censura. Isto provocou uma gigantesca barragem de fôgo de ataques contra o govêrno através de todos os meios de comunicação, e na exposição pública das muitas atrocidades cometidas pelas fôrças do govêrno nos meses precedentes. O sentimento popular contra o govêrno foi exacerbado, alcançando uma nova altura em intensidade. Pela primeira vez, notícias das atividades rebeldes em Oriente foram dadas a público. Tremendas mudanças de opinião e atitudes por parte de certos setôres da população podiam ser notadas e comparadas com aquelas que tiveram lugar em 1957. Àquela época, elementos substanciais da alta burguesia e classe média superior não estavam a favor de Batista mas, por outro lado, também não estavam, pelo menos abertamente, ao lado da rebelião. Em 1958, ao contrário, podia-se observar que Castro tinha ganho o apoio poderoso dêstes grupos. Homens de negócio, incluindo os norteamericanos, já admitiam que a situação, no ponto a que tinha chegado, não podia continuar, e que Batista haveria de deixar o poder. Por volta de 1 de março, a queda do govêrno parecia iminente. A ilha estava inundada de panfletos rebeldes e propaganda destinada a levantar o povo em armas para uma revolta de âmbito nacional. En-

quanto a tensão crescia, uma tentativa de reconciliação foi instigada pela hierarquia da Igreja Católica; mais uma vez, resultou em fracasso. Daí por diante, pouco depois, Batista resolveria mais uma vez suspender as garantias constitucionais e declarou o estado de sítio. Para sufocar a greve geral proclamada por Castro, Batista decretou as medidas mais drásticas jamais conhecidas na história do país. A greve marcada para 9 de abril foi esmagada em questão de horas por métodos brutais. O sentimento geral de desilusão diante do fracasso da greve misturava-se com um poderoso sentimento de horror pelas medidas sanguinárias a que recorreu a Ditadura. A situação se transformou em um temporário bêco-sem-saída militar. As fôrças rebeldes permaneciam no contrôle de grandes áreas das províncias de Santa Clara e Oriente, e, **naquele tempo**, consistia de homens bem organizados e treinados, eficientes e em números consideráveis. Várias ofensivas por parte do Govêrno para destruir as fôrças rebeldes fracassaram.

Enquanto isso, as eleições foram novamente marcadas para 3 de novembro de 1958. Os quatro partidos governamentais que formavam a Coligação Nacional Progressiva (Acción Progressista, Partido Liberal, Partido Democrata, e Union Radical) começaram uma campanha ativa a favor do candidato pessoalmente escolhido por Fulgêncio Batista, ex-Primeiro Ministro Andrés Rivero Aguero. Havia três outros candidatos para a presidência: Grau San Martin, apoiado por uma pequena facção do PRC; Carlos Marquez Sterling, apoiado pelo Partido del Pueblo Libre; e um jornalista obscuro, Al-

berto Salos Amaro, apresentado pelo Partido de Unión Cubana, uma facção insignificante. As eleições geraram pequeno interêsse da parte do público. Óbviamente, com todos os direitos civis cassados, sem nenhum aparelhamento legal em vigência, com o sistema judicial reduzido a uma mangação, e grupos de "gangsters" operando no interior, a atmosfera não era propícia à realização de um pleito. Mesmo assim, as eleições foram realizadas, tal como marcadas, e a vitória coube à escôlha de Batista. Se de todo possível tal fato, estas urnas foram mais desonestas, até, do que as das eleições de 1953, e a percentagem de eleitores que compareceu ao pleito foi a mais baixa verificada em Cuba. Menos de dois meses mais tarde, diante de vitórias impressionantes dos rebeldes, a ditadura de Batista ruíu. Seguindo-se a saída de Batista, os esforços para arranjar às carreiras um govêrno do tipo provisório e, assim, preservar os destroços de "legalidade" que ainda restavam, falharam quando o Exército Rebelde recusou-se a reconhecer a autoridade de Carlos M. Piedra, magistrado supremo da Côrte Suprema Cubana, indicado pelo comandante do Exército, General Cantillo, que declarou sua intenção de continuar a guerra pela tomada do poder. Foi apenas uma questão de horas até que o govêrno organizado rebelde, chefiado por Dr. Manuel Urrutia, ficasse em completo contrôle do país.

O sucesso do Movimento de 26 de Julho, sòmente pode ser explicado pelo sentimento nacional de repulsa aos hábitos políticos vigentes, um sentimento que tinha alcançado proporções quase universais. Um historiador cubano, Ramiro Guerra, emitiu um aviso profético

alguns anos antes. Referindo-se às péssimas práticas eleitorais e à imoralidade, escreveu: "Existe nesta situação um sentimento geral de indignação e vergonha pública que está adquirindo um caráter muito perigoso. Em qualquer época, quando graves dificuldades econômicas ou políticas são postas frente a frente com uma administração, o combustível aí está para iniciar uma covulsão revolucionária de consequências incalculáveis. . . . Acredito que Cuba está se aproximando a largos passos de uma transformação profunda de seus costumes públicos". Outro observador expressou assim a situação de Cuba: "Enquanto persistir êste estado de coisas, enquanto prevalecer a impunidade, frequentemente sancionada pelo próprio govêrno, a vida civil se ressentirá da proteção da lei, e a moral pública sentirá falta do alicerce sôbre que pode unicamente se apoiar sòlidamente".

O espanto de muitos observadores diante do fervor revolucionário sem precedentes do povo cubano nos primeiros meses de 1959 podia ser principalmente atribuído a seu fracasso em avaliar, em sua verdadeira dimensão, o sentimento popular por mudança nos costumes públicos. Muitos têm apontado no passado, como um fator de encorajamento, a capacidade dos cubanos de auto-análise e de auto-crítica. A despeito da atitude e do comportamento dos políticos, a maioria dos cubanos, se bem que reconhecendo que todos os governos sofrem, em certo grau, da doença do subôrno e da corrupção, sempre rejeitou a idéia de que tais práticas devessem se tornar a norma do comportamento político, e que aquêles responsáveis por atos criminosos devessem ficar impunes. A mara-

vilha é que êste ideal persistiu diante de tantas e tão numerosas frustrações. A crença da maioria esmagadora que entusiásticamente deu as boas vindas em 1958 ao triunfo da nova "Revolução" foi que o tempo tinha finalmente chegado, quando os líderes políticos não mais podiam ignorar o desejo persistente de um clima político moralizado.

IV

De muitas maneiras, o Movimento 26 de Julho foi o herdeiro da "Revolução" de 1933. Seu programa não era tão diferente das plataformas originais do PRC ou dos postulados dos Ortodoxos de Eduardo Chibás. Como as ideologias dêstes dois partidos, incluíam a democracia política, o nacionalismo político e econômico, a reforma agrária, a industrialização, o seguro social e a educação. Existia, porém, algumas facetas significativas da nova "Revolução", que, desde o comêço, colocou-a em um contexto de certo modo diferente daquele do movimento de 1933. De algum tempo para cá, se têm feito referências em Cuba à "geração de 1950", significando com essa alusão o grupo de jovens que, segundo se supõe, exercia pressão frente àqueles que detinham o poder desde 1933 — êstes últimos constituindo a chamada "geração de 1930", ainda relativamente jovem e apta para a participação na vida política num choque direto com a geração anterior na luta pelo poder político. Esta nova "geração de 1950", que Fidel Castro e seus companheiros de guerrilhas representavam, condenou aquêle que, em suas próprias palavras, tinha profanado a "Revolução" com crimes repugnantes

e a mais escandalosa corrupção, enganando o povo e desmoralizando a nação. Êste grupo clamou por uma revolução "genuína" e por uma remoção drástica e pronta dos tumores malignos políticos, que tinham tomado o país à maneira de uma praga desde o seu nascedouro.

Uma consideração da "geração de 1950" nos conduz a uma das características aparentemente sui gêneris do Movimento 26 de Julho, a saber, os tons curiosamente puritanos com que o movimento estava infiltrado. A veracidade disse foi demonstrada pelos conhecidos acontecimentos da guerra de dois anos — o testemunho de americanos raptados pelos rebeldes, o tratamento humano de prisioneiros a despeito das torturas e dos assassinatos inflingidos aos rebeldes pelas tropas do Govêrno, pela maneira como os mantimentos requisitados dos camponêses e donos de vendas eram religiosamente pagos, e a disciplina estrita e a moralidade que se diz terem existido em todos os acampamentos rebeldes. Evidência adicional da ênfase do movimento na moral foi mais tarde fornecida pela conduta exemplar das tropas rebeldes durante a ocupação das cidades, seus esforços bem sucedidos em evitar o assalto e a desordem, bem como a maneira rápida mas gentil com que a ordem pública foi restaurada. O significado dêstes fatos está em seu aparentemente grande apêlo ao sentimento popular, em seu efeito salutar em abalar o cinismo generalizado dos cubanos com relação a seus líderes, e em sua capacidade em cristalizar uma cruzada política na qual cada cidadão passou a se ver como um participante ativo na tarefa de reorganizar o país. Não havia

dúvidas de que uma renovação dos quadros políticos, como também uma retificação dos costumes políticos em Cuba tinha de ser precedida necessariamente do desenvolvimento de uma consciência cívica e de um sentimento de responsabilidade tendentes à erradicação da falta de disciplina na vida nacional. Não havia dúvida, também, que grandes setores da população não tinha ainda desenvolvido um senso de iniciativa pessoal ou de responsabilidade de modo a que se pudesse trabalhar cooperativamente com o objetivo de atingir a solução de problemas nacionais, aos quais estes setores não estavam alheios, necessariamente. Se tal senso devia ser desenvolvido, a maioria dos cubanos concordou em que era necessário restaurar, antes de tudo, a confiança pública na competência e na moralidade daqueles que são responsáveis pelo governo. Assim, o espírito moralista do Movimento 26 de Julho não foi somente desejável, mas indispensável, se o movimento de fato queria atingir seus objetivos de reforma política e social.

Uma segunda característica da nova "Revolução" era a grande importância que se propunha dar às Províncias. Cuba, como muitos outros países latino-americanos, tinha sempre tendido a encontrar todo o poder e influência nos grandes centros urbanos e, especialmente, na cidade-capital, em detrimento do "interior", como o resto do país era geralmente chamado. Historicamente, Havana tem sido o centro administrativo todo-poderoso desde os dias da colônia. Enquanto se desenvolvia a indústria, também ela, de um modo geral, concentrou-se na capital. Desde que a classe média é predominantemente ur-

ba e seus maiores setores estão aí localizados, esta classe tem favorecido tradicionalmente as políticas que promoveram o crescimento da capital e lhe deram uma participação desproporcional de riqueza pública. As províncias, em muitos sentidos, têm sido instituições artificiais, servindo como agências políticas e administrativas do governo central, e não agências que representam os interesses locais. Assim, a natureza da estrutura governamental, minimizando a autonomia e a iniciativa local, representou uma das principais dificuldades em traduzir intenções de auto-crítica em ação para verdadeiros melhoramentos. Quanto à administração municipal, a despeito da autonomia dada às cidades e os poderes extensos dados às municipalidades pela Constituição de 1940, na prática os interesses que favoreciam a centralização tinham sempre prevalecido sobre todos os demais. O pequeno grau de descentralização que tinha sido permitido tendeu sempre a ser mais administrativa do que mesmo política. O Movimento 26 de Julho, em contraste com a "Revolução" de 1933, não nasceu na Capital, mas na Província de Oriente, a leste, berço das guerras de emancipação e depositária de tradições nobres de libertação. Santiago, sua capital, dentre todas as cidades de Cuba, estava destinada a sofrer o aguilhão da guerra civil, e sua população tornou-se a mais frequentemente vitimizada pelas medidas sangrentas de repressão da parte do Governo ganhando para si, no processo, o nome de "cidade mártir". Foi em reconhecimento de seu papel heróico que Fidel Castro, logo depois da vitória, proclamou-a a capital provisória da República.

Porta-vozes do Movimento de 26 de Julho constantemente enfatizaram, durante o curso da luta armada, a necessidade de fazer justiça às Províncias, criticando violentamente o fato de que, até então, o poder e a riqueza tinham sido concentrados em Havana. Desde que suas forças tomaram o controle do Governo, Castro frequentemente expressou o desejo de que o poder governamental e a riqueza fôsse mais descentralizadas e mais representativas. Indo além do mero reconhecimento do maior papel desempenhado na revolução pela população das Províncias, fôsse ela rural ou urbana, em contraste com a contribuição relativamente menor da Capital, os planos de reorganização social dos Rebeldes deram todo o apoio ao controle descentralizado de algumas atividades econômicas, quando deu o Ministério de Minas à Província de Oriente; a autoridade sobre o fumo a Pinar del Rio; o controle do açúcar às regiões centro-leste, e o do gado a Camaguey. Além disso, parecia existir uma determinação no sentido de implantar com eficiência as medidas constitucionais até então desprezadas de modo a atingir uma maior descentralização administrativa e uma justa distribuição da riqueza, um objetivo de há muito desejado mas evitado com sucesso, no passado, pelos interesses poderosos da Capital.

Um terceiro e, talvez, o mais distintivo dos aspectos do Movimento 26 de julho foi sua ênfase na reforma agrária, e a decisão, por parte de seus líderes, em levar adiante, contra todos os obstáculos, a divisão dos grandes latifúndios. Castro já disse que a redistribuição de terra foi a base sobre que se apoiou a "Revolução", e que beneficia-

ria, em última análise, cerca de 200.000 famílias através de toda a ilha. Cuba é um país de paradoxos. É abençoada pela natureza com o clima ideal e o solo para produzir em abundância quase que qualquer tipo de lavoura, mas, mesmo assim, a grande maioria da população rural de Cuba é empobrecida, desnutrida, destituída de condições mínimas de habitação e pobremente vestida. Menos de 0,1 por cento das fazendas de Cuba controlam 1/5 de toda a terra apta para atividade agrícola, e 8 por cento das fazendas compreendem 70 por cento das terras. Pequenos fazendeiros têm uma participação insignificante na terra. Aquêles que têm fazendas menores que 63 acres constituem 70 por cento de todos os que trabalham na terra, dos quais somente 11 por cento chegam a possuí-la. 18 por cento dos dois milhões de hectares de terra cultivadas pertencem àqueles que trabalham nelas, o resto sendo lavrada sob a forma de arrendamento.

A grande propriedade, todavia, foi um fenômeno comparativamente recente em Cuba. Em contraste com outros países latino-americanos, o sistema de latifúndio foi relativamente pouco importante na Cuba colonial, e havia originalmente uma boa distribuição da terra na ilha. Enquanto, a um tempo, grandes áreas da ilha eram anexadas a grandes *haciendas* circulares, muitas das propriedades eram possuídas comunalmente. As *haciendas* comunais foram mais tarde subdivididas com a introdução de uma nova norma de uso da terra necessitada pelo desenvolvimento de cana de açúcar e do fumo. Todavia, através destes estágios, uma base comparativamente ampla de propriedade de ter-

ra sempre prevaleceu, e Cuba contou sempre com uma grande população rural, enraizada em terras que ela possuía e explorava pessoalmente. Com a expansão da indústria do açúcar, deflagrada com a revolta escrava do Haiti em 1789, e mais tarde estimulada por desenvolvimentos técnicos tais como a máquina a vapor e as estradas de ferro, a aparição do latifúndio do açúcar mudou radicalmente a estrutura da posse de terra de Cuba. De modo a garantir-se um amplo suprimento de cana para as usinas, as companhias do açúcar adquiriram enormes áreas de terras.

Deve ser lembrado aqui o fato de que a mudança de Cuba, do *status* colonial para o independente coincidiu com o último estágio do desenvolvimento do capitalismo econômico, que trouxe a produção em massa, a concentração financeira e a combinação de interesses com ramificações internacionais, e o imperialismo colonial. Os *trusts* nacionais e internacionais começaram a florescer por volta de 1880 e, depois da independência da ilha, encontrou um meio ambiente favorável em que operar. Aumentos da produção e da exportação, como também a expansão financeira e técnica foram, em geral, alcançados às custas dos pequenos fazendeiros e arrendadores. Poderosas companhias do açúcar compravam a terra em alguns casos, e em outros obtinham o seu controle por meio de questões legais unilaterais ou aproveitando-se da corrupção generalizada nos meios governamentais. A indústria passou largamente das mãos dos indivíduos para as mãos das grandes corporações, muitas das quais controladas e possuídas pelos estrangeiros. O resultado foi que a terra, em Cuba,

outrora largamente dividida entre os seus habitantes, tornou-se concentrada, no século atual, nas mãos de alguns poucos, e, ao mesmo tempo, o país era levado a instabilidade de uma economia de monocultura, dependente do consumo estrangeiro.

Não foi senão, todavia, ao tempo em que a depressão mundial de 1930 trouxe o desastre à economia cubana, que a agitação pela reforma agrária começou. O forte desejo pelas mudanças no sistema da terra manifestou-se no pensamento revolucionário de 1933. Durante o período que se seguiu à queda de Machado, uma política de intervenção governamental e controle da indústria do açúcar, que teve um início tímido em 1936, começou a emergir, e uma longa série de ações governamentais, visando proteger o pequeno fazendeiro e o trabalhador do campo, foi adotada. Um importante momento no desenvolvimento desta política foi a adoção da *Ley de Coordinación Azucarera* de 1937 e suas modificações subsequentes, que prescrevia, nos menores detalhes, os direitos e as obrigações de todos os fatores (produtores, operários e usinas) que participavam da indústria açucareira. Poucos anos depois, a Constituição de 1940 incluía medidas que proibiam a posse de grandes extensões de terras e regulava a aquisição e posse da terra por indivíduos ou companhias estrangeiras. Assim, desde 1933, muito se tinha conseguido no sentido de assegurar um planejamento mais racional da produção do açúcar e uma distribuição mais justa de sua riqueza. A posição social, política e econômica do trabalhador do campo tinha sido grandemente melhorada nas últimas décadas, mas ainda assim

estas melhorias eram largamente confiadas aos trabalhadores da agro-indústria do açúcar, aproximadamente 450.000 pessoas. O resto dos camponeses obteve poucos benefícios da legislação social e do trabalho posta em vigor a partir de 1933; nenhuma reforma adequada do sistema de posse da terra foi jamais tentada, e as medidas constitucionais para êste fim permaneceram como letra morta. A indústria do açúcar ainda controlava cêrca de 1,5 milhões de hectares das terras em reserva que não estavam de fato sendo cultivadas.

Outro fator que influenciou os problemas agrícolas foi a dependência econômica de Cuba com relação aos Estados Unidos, determinada principalmente pela proximidade geográfica com a imensa demanda norteamericana de consumo do açúcar. Isso freqüentemente colocou Cuba numa franca posição de barganha por causa da ameaça ou da realidade da super-produção. O açúcar cubano tinha de competir com os agricultores dos Estados Unidos, que gozavam de proteção às tarifas, e, mesmo assim, os custos da produção estavam se tornando gradualmente quase iguais. Os vários períodos de ascensão e decenso típicos da indústria tendiam a eliminar os produtos menores, com o conseqüente decréscimo do número de usinas de açúcar, acompanhado de um aumento na área de onde cada usina recebia sua cana de açúcar. Estimou-se que os investidores norteamericanos dominavam 60 por cento do bilhão de dólares investidos na indústria. A dependência econômica diante dos Estados Unidos engendrou sentimentos hostis de orgulho nacional e levou muitos cubanos a desejar libertarem-se do que se

costuma chamar do colonialismo econômico. Êste desejo ligava-os ao clamor popular pela reforma agrária.

Com 1/3 de tôda a terra arável devotada à agro-indústria do açúcar, não parece praticável, entretanto, para Cuba, no futuro próximo, alterar as condições que ataram seu destino econômico à sorte da indústria açúcareira. Afinal de contas, as excelentes condições de Cuba para a produção do açúcar não podiam suportar um amortecimento da produção atual se não fôsse por causa de restrições artificiais impostas por outros países. A maioria dos cubanos concordou em que a reforma agrária não significa, necessariamente, o abandono do açúcar. Havia grandes extensões de terra fora de uso que podiam ser distribuídas entre os destituídos de terra, e dedicadas a suprir o país de alguns produtos importados, como o arroz, o feijão e as verduras.

Finalmente, outra característica distintiva do Movimento 26 de Julho foi sua completa identificação com seu líder Fidel Castro. Esta liderança mais predominantemente carismática ou personalista, antes que institucional, deu ao movimento muito de seu curso e caráter. Foi sempre dito, enquanto a rebelião cubana progredia, que os planos do Movimento 26 de Julho para o futuro do país eram incertos e vagos. Dizia-se também que, por causa da habilidade de Castro em captar a imaginação de milhares de homens e mulheres que nunca o tinham conhecido pessoalmente, o atrativo do movimento estava em sua personalidade, não em seu programa. Seu êxito, portanto, dependeu grandemente de um homem, Fidel Castro. As circunstâncias extraordinárias de seu

ao poder, quase inevitavelmente também tornou o governo revolucionário num governo controlado por um só homem. Como, então, haveria de ser resolvido o dilema de um único homem no poder e de um movimento dedicado à liberdade e à dignidade humanas? Nas palavras de um eminente escritor argentino, Alberdi: "A tirania não pode viver a não

ser que seja personificada em um homem, mas a liberdade parece assim que fica reduzida a um único líder".

Os acontecimentos subsequentes em Cuba têm amplamente demonstrado a sabedoria das palavras de Alberdi.

"Antecedents of the Cuban Revolution", in "THE CENTENNIAL REVIEW", Summer 1962.

Tradução de Jarbas Maciel.

Soviet Historiography and the Concept of Man

The Vicissitudes of Historiography

FEW IDEAS HAD A MORE agitated and dramatic history in Soviet Russia than the idea of history itself. This may come as a surprise and disappointment to those who believe that K. Marx laid the concept of history on sound materialistic foundations, and that as a result of this he offered an unambiguous solution to the entangled problem concerning the relation between man and history. The wanderings of Soviet historiography can be regarded not only as a reflex of a genuine war of ideas, or of a ceaseless contest of power between opposing groups and personalities, but also as a symptom of the crisis of growth of Soviet civilization in which the concept of human personality was deeply involved. As the present writer is not a historian the outline of the development of Soviet historiography following below is meant to serve an illustrative rather than an informative purpose. His present task is to reveal the psychosociological significance of the vicissitudes of Soviet historiography.

N. N. Pokrovsky, the much venerated and, at the same time, denigrated father of Soviet historiography, regarded class antagonism and class conflict as archetypal forms of historical

development. The history of Russia is in his view determined entirely by the struggle of the proletarian class against its archenemy, capitalism. Even the Kiev insurrection of 1136 is described in terms of a modern proletarian revolution. Lacking suitable terms of reference for the feudal period in Russia, when no capitalism existed, Pokrovsky coined the term, and according to some of his Communist critics, invented the phenomenon of "Merchant Capitalism". This enabled him to describe also this period in terms of class struggle in the narrowest sense of the word, i. e., conflict of economic interests.

Though the concept of class conflict should, logically speaking, connote a certain type of conscious attitude held by well-defined social groups, Pokrovsky is in his approach to history an economic mechanist; he explains historical events in terms of economic systems with little if any reference to institutions — the State, for instance — ideologies, or great personalities. Obviously, in such a conception of history there is little scope for human purposeful action, for history creates itself in the laboratory of material forces.

Pokrovsky dominated the scene of Soviet historiography for fifteen years after the October Revolution. The first reaction against him was motivated by educational needs. However, it soon became apparent that such a reaction had deeper roots and wider implications. The main points of criticism put forward by the Party in the early thirties can be summarised as follows: 1. Pokrovsky suffered from retrojection: he saw the national past in terms applicable mainly to the October Revolution. 2. He impoverished Russian history by applying to it "empty sociological categories". 3. He neglected the part played in human history by personalities and ideas. Considering the political and cultural climate of the period one can say that the last point occupies a central position. Terms such as "revolutionary romanticism" which confines the historian's interest to "the small deeds of small men", or a "vulgarised" conception of the individual in history were obviously aimed at Pokrovsky and his school.

To describe in detail the implication which such criticism had on the later development of Soviet historiography lies beyond my competence. On the other hand, my present concern is to investigate the possible meaning of this, and a series of other changes of perspective in the field of historiography which may easily appear to a historian as leaps in the dark. I hasten to say that the Party's criticism of Pokrovsky was in a way a leap in the dark, for it led gradually to a sort of chronic crisis concerning both the explanation of historical events, and the theory of historical change. Both, an old

generation of historians represented by Petrushevsky, Lyubomirov, and Tarlé, and a young generation headed by Grekov came now to the forefront. On the whole, they showed more freedom from Marxian dogma of the class struggle in their dealings with historical events. But there was also a strong revival of a traditionalist nationalist interpretation of history. Historians, and particularly those belonging to the Regional Republics, began to glorify the struggle of their peoples, and even of the great personalities of the past, while paying little attention to the class content and the progressive element of such struggle (1). This tendency reached a climax during the World War II when the "embellishment" of the heroic past became a dominant note in Soviet historiography. The first number of "Voprosii Historii" inspired by a decision of the Party's Central Committee formulates the situation as follows:

"On these occasions the distortion of history resulted in petit bourgeois nationalism, leading to the idealisation of the history of the people in question, including an indiscriminately negative evaluation of the Russian state and its representatives. But during the last year mistakes of the opposite type were also found in our historiography: in the in the direction of Great Power chauvinism there appeared tendencies towards an equally indiscriminating rehabilitation of the colonising and expansive policies of Tsarism, towards a restoration of bourgeois concepts in the presentation of the growth of the Russian state, a denial of the revolutionary importance of the peasant movements...

and a departure from class analysis of historical events" (2).

Thus the end of the war constituted a new turning point in Soviet historiography the central motif of which was home talk about it in the period conception of history. As shown above, the historians were taken to task by the Party for their petit bourgeois ideas which led to the idealization of the past, to chauvinism, and finally to a departure from the concept of social class in their interpretation of historical events. This new stage seemed to lead to the revival of Pokrovsky's ideas, and indeed there was some talk about it in the period immediately following the death of Stalin. But this proved to be no more than a sign of the confusion created in the field of historiography by a series of radical changes initiated in 1946. In fact the "new line" had soon crystallised round Zdanov's concept of "Partisanship" announced in 1946.

To realise the implication of the development of Soviet culture in general it would be enough to mention that Zdanov's primary aim was to introduce a radical change in the Marxian idea of social dynamics by replacing the concept of class conflict — no longer applicable to Soviet society — with that of the conflict between the new and the old. This was to a great extent a leap in the dark which shook from its foundation any previous systematic thinking in the field of social sciences. While the contents of the concept of class struggle were determined by objective, primarily economic factors, the contents of the concepts of what is new and of what is old were matters of political decisions made by the central organs of the Party. As

different from the old materialistic dialectics, the new one had a purely political voluntaristic content, for obviously the Party decided what was progressive, and what was regressive in Soviet Society.

The bearings of the political voluntaristic dialectics on the development of historiography were many, but they can conveniently be summed up as follows: History should be seen and construed through the perspective of the Party. The archenemys of such a conception is "objectivism", that is, the conviction that the meaning of historical events and of historical process are revealed in the analysis of the events themselves and of their structure. According to the new line the historical truth can be arrived at only by the analysis of facts from the Party's point of view. In other words, the new historian is neither a patriotic nor a Marxian ideologist, like Pokrovsky, but a Party-man.

The Legacy of Marx. Any attempt to account for the vicissitudes of Soviet historiography has to consider two sets of determining factors: The first set is rooted in Marx's ideas on the nature of human history, while the second is closely associated with the evolution of the concept of man within Soviet civilization.

Admittedly, the legacy of Marx is not very clear. Though terms such as "social class", "class conflict" and "class consciousness" occupy key positions in his conception of history, Marx does not manage to say what he means by them. It is significant that his main book, "Capital" ends with a frustrating attempt to define the notion of social

class. The nearest he ever gets the definition of such term is in his "The Eighteenth of Brumaire" of Louis Bonaparte", when he regretfully realises that the French peasants of that period did not constitute a social class. On this point Marx writes: "The millions of peasant families in France form a social class only to the extent to which they live in economic conditions which separate them, and oppose their way of life, their interests and their culture to those of other classes of society. But, they do not constitute a social class as long as the ties between them are of purely local character, and as long as the similarity of their interests does not bring them together into a community, a nation-wide unity and a political organisation. That is why, at the present, they are unable to fight for themselves, and defend their own interests by the intermediary of a Parliament or of an Assembly. They cannot represent themselves, they have to be represented." (3). This statement allows, not without a certain effort of interpretation, to identify the main constituents of a social class as consisting of, (a) a set of specific economic conditions; (b) a common way of life; (c) common interests, and (d) the consciousness which a number of individuals forming a group within society have of themselves as possessing such common conditions of life. It is important to note that, though class consciousness has a derivative character being the reflection at the mental level of the objective material conditions of a social group, Marx invests it with specific powers. In his views, class consciousness implies willingness in those who possess it to be represented

as a class in opposition to other classes of society. In other words class consciousness implies political action as a result of which it becomes a dynamic historical factor.

This does not, however, mean that Marx held precise views with regards to the manner in which class consciousness operates within history, or that he has a clear picture in his mind about the historical process in general, and particularly about the specific relation between man and history. It would be only too easy to join those of his followers who suffer from an excess of interpretation, and construe his basic position from the following points which he, admittedly, made at various stages in his intellectual development: (4). 1. The distinctive mark of man is self-consciousness; 2. Man becomes conscious of himself as a class, therefore, he realises his own nature as a member of a class; 3. In this capacity, he becomes creator of history, that is, master of his own destiny. But, this broad scheme allows for a great variety of nuances of which Marx certainly took full advantage. Thus, it seems obvious that with regard to the nature of history, and particularly, with regard to the dynamics of the historical process, Marx went through three main stages. In his early period — in "The German Ideology", for instance — he maintained that consciousness, i.e., the subjective expression of the basic economic forces, is an important factor in the dialectics of society. People act basically according to their economic interests, but they can act too — and they can change their history — according to their ideas, according to what they think about

their interests. At this stage he almost admitted duality in the determination of historical events: objective economic forces, on the one hand, and the ideological and institutional expressions of these forces, on the other. In his second period — between 1845-1852 — Marx still maintains the idea of duality, but reducing considerably the part played by consciousness in the historical process (5). In the third period, that of the writing of "Capital", Marx had great difficulty in seeing consciousness — ideas and beliefs — as a genuine historical factor. He was no longer sure whether consciousness was capable to represent the economic process; it could easily err and become "false consciousness", therefore, a distorting and hindering factor in the historical development. At this stage, Marx certainly favoured causal monism in history by considering the economic forces as the only genuine determinants of historical development. Man is entirely the product of these forces. "My standpoint, from which the evolution of the economic formation of society is viewed as a process of *natural history*, can less than any other make the individual responsible for relations whose creature he socially remains". (6). This can certainly be considered as Marx's will regarding the problem of the relationship between man and history.

This complex ideological legacy which illustrates so well Marx's odd proclivity to adjust his theoretical orientation to many and varied historical circumstances, has certainly much to do with the vicissitudes of Soviet historiography. However, one aspect of this complex situation deserves

special attention, namely, the development in the theoretical framework of Soviet historiography — to the extent to which this can be discerned — follows Marx's own development, but in reverse. Pokrovsky's school leans heavily and exclusively on Marx's position as expressed in "Capital"; it is in fact a simplified and rough version of Marx's economic materialist conception of history. From this first stage on, Soviet historiography develops approximately in the direction of the early Marx by making more and more room for the intervention of man in the unfolding of the historical process. Does this mean a better, more comprehensive understanding of Marx? This might be so, but it is not the whole truth. In order to understand this type of development in the theoretical framework of Soviet historiography one has to take into account certain conditions characteristic of the psycho-cultural evolution of Soviet society, and particularly those conditions which throw light on the evolution of the concept of man within Soviet society.

Models of Man. It has been often remarked that, during the last thirty or so, Soviet culture has developed away from a purely mechanistic conception of the universe. Though the direction of this development is far from being clear, one normally distinguishes two main stages in the development of Soviet culture and society. In general philosophical terms this can be described as a process of transition from what has been called "mechanicist Marxism", or sometimes, "vulgar Marxism" to "dialectical Marxism", a process which became obvious in the early thirties.

To make a clear cut distinction between these two stages is not easy. It would, however, be safe to say that the "mechanicist Marxism" stresses the causal deterministic factors in the development of Soviet society, i. e., the inevitability of the historical process based on the eternal laws of the economic infrastructure. On the other hand, "dialectical Marxism" emphasises purposive processes, and as such allows, and even makes necessary conscious deliberate intervention in the development of society. In the economic field, the former position was occupied by Bucharinists, "the opportunists of the right", with their concepts of "equilibrium" and "spontaneity" both pointing to the intrinsic dynamics of the economic process, and thus regarding social and cultural development as a simple matter of scientific necessity. Against this, there were the "dialecticians". Stalin at their head, with their central idea of "revolutionary action". "Our task is not to study economics, but to change it. We are bound to no laws. There are no fortresses which Bolsheviks cannot storm. The question of *tempus* is subject to decisions by human beings". (7). For reasons which are not altogether clear, the former trend was characterised by a "genetic" approach, while the latter by a "teleological" approach.

There is hardly need to mention that this type of development expressed itself also in the political field. In fact, the term "teleological" applied mainly to this field, for it was the Party itself which embodied both the goals and the achievement of such goals. The development of Soviet society could no

longer be entrusted to the objective eternal laws of matter, but rather do the conscious purposeful action of the Party. Thus, the early and mid thirties brought a new and stronger emphasis on Lenin's idea of the Party i. e., an organism which does not only place itself in the avant-garde of the working class, but digs according to its own plans and methods the tunnel of social progress. And to grasp the full psycho-sociological significance of this it would be enough to mention that it was not only Lenin's idea of the Party which which was re-emphasised; Lenin's philosophical work as a whole underwent a process of re-valuation. This was the period in which Lenin's "The Philosophical Notebooks" — a commentary on Hegel — was taken from the shelf and studied with a new kind of curiosity. As different from the Lenin of "Empiriocritism" who was a "naive materialist", the Lenin of "The Philosophical Notebooks" was a "dialectical realist". He attributes to human consciousness a certain active part in the process of knowledge, for the fact of its being related to matter introduces a qualitative difference in the latter. "The reflection of nature in the human mind — writes Lenin — occurs not in a dead or abstract manner, not without movement, not without *contradiction*, but through a permanent process in which contractions are produced and absorbed". (8). This is certainly a step away from the basic tenets of mechanicist Marxism which dominated the early stage of Soviet culture: it is an indication that man with this consciousness begins to occupy an honourable if not a central place in the universe.

Socio-cultural trends such as those mentioned above have been considered by certain psychological and sociological studies as indicative of a specific type of evolution in the concept of man in Soviet civilization. This is the manner in which this evolution is described by one of these studies: "From a view of man as a creature of the forces of the environment and therefore, of the historical process, there was evolved a new image of man capable of *self-initiative*, *responsible for his action*, neither controlled by the environment, nor by heredity — a picture of a man capable of being an activist and at the same time capable of being *the source of his own error and evil*. His freedom rests not in indeterminacy but in his capacity of recognising necessity. The early exorcisations of consciousness... has come full round: consciousness is now a central process in making man capable of forging his own destiny — or even committing punishable crimes against the state". (9).

What has just been said points to the transition from a *mechanicist model of man* to a model of man based on the idea of inner-motivation and self-determination. This is illustrated by the changes which took place in many aspects of Soviet life, and particularly in the field of psychology and education. Thus, for reflexology man was entirely a product, a reflection of his environment, a creature with an empty centre, growing from outside. In contrast to this, later Soviet psychology — particularly after 1940 — became more and more interested in the analysis of the inner dynamics of the human personality, and in the process of

consciousness. Parallel to this, Soviet pedagogy had stressed more and more the concept of *self-training* as opposed to the formula of spontaneous development, of "withering away of the school" characteristic of the earlier stage. (10). All this should be taken as symptomatic of the fact that the "dominant conception of man became that of an increasingly purposeful being who was more and more the master of his own fate and less and less the creature of his environment". (11). But for a few minor details of formulation, this process might be described as a transition from a "other-oriented" to an "inner-oriented" type of personality, if D. Riesman's concepts can be stretched so far.

The Self of Soviet Man. Admittedly, there was a certain change in the Soviet conception of man which began to take place in the early thirties. However, this change was neither as pronounced nor as unilinear as the above remarks seem to suggest. Expressions such as "the inner dynamics of the human personality", "consciousness", "self-determination", or "man as a purposive actor" which have been more and more frequently used in Soviet Russia since 1930, have to be analysed carefully in their right context. Their anthropological significance may be other than that which they have in other civilization. It is on this point that the development of Soviet historiography might be revealing. The present writer is strongly convinced that man's views of the past, his conception of the people living in the past, is to a great extent a projection of his views of himself. That is why the development of historiography within a specific

civilization is particularly significant for the development of the concept of man.

In the evolution of the Soviet concept of man, as this has been reflected by Soviet historiography, one can distinguish three stages. The Pokrovsky period reveals an idea of man which has certain basic traits in common with the mechanistic model as outlined above. History is, according to this school, nothing else but the unfolding of material processes in accordance with objective pre-established laws; man is entirely the creature of a history thus conceived. Though the historical process is supposed to serve man's interests, no conscious purposeful activity, no spiritual force, in a word, no man-centred action enter into the making of history. The relation between man and history is a one-way relation, i. e. from history to man, for man has no centre of his own, no *self*, individual or collective. (For Pokrovsky, class consciousness, to the extent it exists, is confined to a reflection of objective material processes.) In essence Pokrovsky's period reveals a magic conception of man, which is, of course, wrapped up in a rationalistic ideology. According to such a conception, man's soul, individual and collective is spread out, projected on to the external forces of the universe. Man exists not in himself, he has no *self*, but in his ties with a universe mechanically conceived. Consequently, any human action is a manifestation of external forces. History is cosmogony in disguise.

The post-Pokrovskian period — between 1932 and 1945 — is psycho-sociologically diffuse and confuse, it includes too many elements of political tactics. One of its main traits consists

in a certain readiness to recognise the part played by purposeful human action in the making of history. But the question is whether is a genuine movement towards a conception of man as a self-centred being whose consciousness is in itself a creative factor in the historical process. Pokrovsky's critics objected that he ignored the part played in history by great personalities. However, it seems obvious that what these critics had in mind was not a Carlylian concept of "hero", that is a personality who moulds the historical process according to his inner life, according to his own feelings and ideas. The great personalities of the past to which Pokrovsky's critics referred as makers of history, were in fact "selfless" creatures. The extent to which they had a consciousness, they borrowed it from outside, from a social class, from a national group. And it was by this "borrowed consciousness", and often against their own consciousness, that they became makers of history. Stalin's remarks about Ivan the Terrible — one of the great personalities of the past — is revealing. Asked by actor N. Cherkasov and Eisenstein about the way in which he saw the personality of the famous Tsar he said: "Ivan failed to destroy the big remaining feudal families. God interfered with Ivan there.... Ivan would destroy one family of Boyars and would then waste a whole year repenting, while he should have acted more resolutely". While Pokrovsky's period depicts a soulless man submerged in the material forces of his environment, the post-Pokrovskian period offers the image of a man who is completely identified with a social group, or the idea of such a group, a

man who did not discover himself. This is a conception of human consciousness, and of man in general characteristic of a pre-individualised society and culture. In such a context, terms such as "self-centred action", "master of his own fate" and particularly "freedom", whatever their definition may be, make little sense.

One has, however, to stress again that the period comprised between 1932 and 1945 had a highly experimental character: it was after all the period of great crisis. The mechanistic model of man was found inadequate and the search of a new formula went, at least at the beginning, in more than one direction. What followed in the field of historiography can be described as a typical example of Stalinist dialectics, i. e. a short phase of relaxation, "a thaw" deliberately created for the purpose of identifying with even more accuracy the deviant and the heretic. The historians were encouraged, moreover, exhorted to consider history in terms different from those preconised by the up to then official school of Pokrovsky, and the result was that they fell in to "nationalist", or "objectivist" errors which were corrected during the third period.

But the third period came not only as a correction of the errors of the post-Pokrovskian period, but also as something new: it came with a clear formulation and vigorous imposition of the principle of "Partisanship". This implies more than a new criterion of writing history, or of seeing and understanding the people of the past; it implies in fact a re-definition of the

concept of man in Soviet Russia. The new man was the Party-man.

There is no need to go into details for the definition of the Party-man. The more specific question which the present study is concerned is whether this inscribes a new stage in the evolution of the concept of man in Soviet civilization. It is not difficult to answer this question in the affirmative, but this is merely begging many other questions regarding the sense of this evolution in the concept of man. However, whatever this evolution may be, one thing seems to be as clear as day light: The Party-man is no more self-centred than the types of man of the Pokrovsky, and post-Pokrovskian periods. Such a man has no consciousness of his own, and indeed no mind of his own; his consciousness is *manufactured* and implanted in him by the Party. As the first period created an image of a matter-centred man, and the second, the image of a nation-centred or group-centred man, the third period creates the concept of a Party-centred man. If there is a development this development is not towards self-determination and freedom. A development in the direction of self-centredness is not possible unless and until the Party's decisions are liable to a greater extent than laws of matter to be accepted and internalised by the individual in a rational deliberate manner.

Conclusions. Even if there has been no progress, there has been at least a change in the Soviet conception of man. Two sets of factors, one political the other psychological, may account for this change.

It has been often suggested that the

change in Soviet historiography which illustrates the change in the concept of man, has been largely a matter of political tactics, or even political opportunism. Thus the Pokrovsky school was not only tolerated, but consecrated as "official" in the first years of the Bolshevik regime, for the simple reason that it served the central purpose of this period which was that of liquidating the bourgeois capitalist class resisting the revolution. That capitalism was the eternal enemy of historical progress was the main tenet of Pokrovsky's school.

The transition to the second period was also inspired by a complex of political expediences. Stalin's formula "socialism within one country", the cult of personality inspired by this autocratic ruler, as well as the Party's need to stir the nationalistic patriotic feeling of the Russian citizen for the purpose of the war, are all points of political tactics which might explain the character of the second period in Soviet historiography.

The explanation in political terms of the third period is in a way simpler, for this period means the culmination of a permanent trend in Soviet civilization, namely, the creation and imposition of the Party as a model of society, and of the Party-man as a model of man. That this happened only towards the end of World War II can be taken as a proof that only at this stage, that is, in the circumstances of victory, the Party became strong enough for the realisation of this purpose.

What has just been said leads to the second explanatory hypothesis regarding

the changes taking place in the Soviet concept of man. As this is not place to work out in details a theory, I shall confine myself to a few remarks based on recent researches in the field of social psychology.

To start with, a mechanistic model of man, as that characteristic the first period of Soviet civilisation, can generally speaking, be taken as a cultural symptom of a collective adjustment to conditions of insecurity. There is little doubt that Soviet society, and particularly the Bolshevik Party passed through such a stage. The collective feeling of insecurity was created, in the first place, by the general state of chaos and social disintegration characteristic of the revolutionary period, by the doubts which the Party itself had about its strength and ability to construe a new society, and by the struggle within the Party. To this should be added the chronic insecurity characterising the whole modern proletarian group. In such circumstances the mechanistic conception of man fulfilled a psychological function: it was a compensation, or a reaction-formation to the feeling of insecurity. For, what such a conception suggests can be formulated as follows: man's inner life, his subjectivity have a derivative character; man is an expression of external material reality whose basic laws lead by necessity to a desired goal. Despite insecurity and doubt, nothing can go wrong, because the final victory of the proletariat, and the realisation of Communism are written in the objective laws of the social universe. This is just another way of saying that God, or

nature, are on the side of the weak and disinherited. (12).

This seems to me one of the basic reasons for which a mechanistic model of man was dominant in the first stage of Soviet civilization. It remains only to be said that a departure from such a conception came only to the extent to which the creator of Soviet society, the Party, gained security as a result of a series of victories over its enemy, and of a series of practical realisations. Reliance on external objective conditions became less and less psychologically necessary. Thus, the emphasis put on the importance of inner factors, such as, consciousness, will, self-training of character, became more and more obvious in the Soviet definition of man. But one has to stress again that the consciousness, the will, and the character which Communists assign to human nature are not individualised consciousness, will, or character: they are manufactured by the Party. Soviet man is not a self-centred man, but essentially a Party-man.

(1) These points had gradually found expression in a series of criticism formulated by the

Party in May, 1934, in a series of observations on some history textbooks made by Stalin, Kirov and Zdanov during the same year, being all of them finally incorporated in a Party resolution published in 1936.

(2) Quot. from R. Schlesinger: *Recent Historiography*. I. *Soviet Studies*. Vol. 1, 1949-50.

(3) Transl. from the French. Editions Sociales, Paris, 1928, p. 182.

(4) In his "Class and Class Conflict in Industrial Society", London, 1959, R. Dahrendorf takes upon himself the task to write a full version of the chapter on "Social Class" which Marx hardly began in "Capital".

(5) He distinguishes between the historical function of "social classes" and that of "political parties". Class is identified with objective, while party with subjective reality; class is the embodiment of economic process, party is the class' conception of itself; class is the social, while party is the political agent of history. The position of a class in the historical process is revealed in the analysis of the productive forces, the position of the party is demonstrated by its programmes and policies (ideologies).

(6) Preface to the second edition of "Capital". Transl. from the French, Molitor Ed. Paris, p. LXXX. 1946. Italics mine.

(7) Yugow: *Russia's Economic Front*. Quot. from R. A. Bauer: *The New Man in Soviet Psychology*. Harvard Univ. Press, 1952.

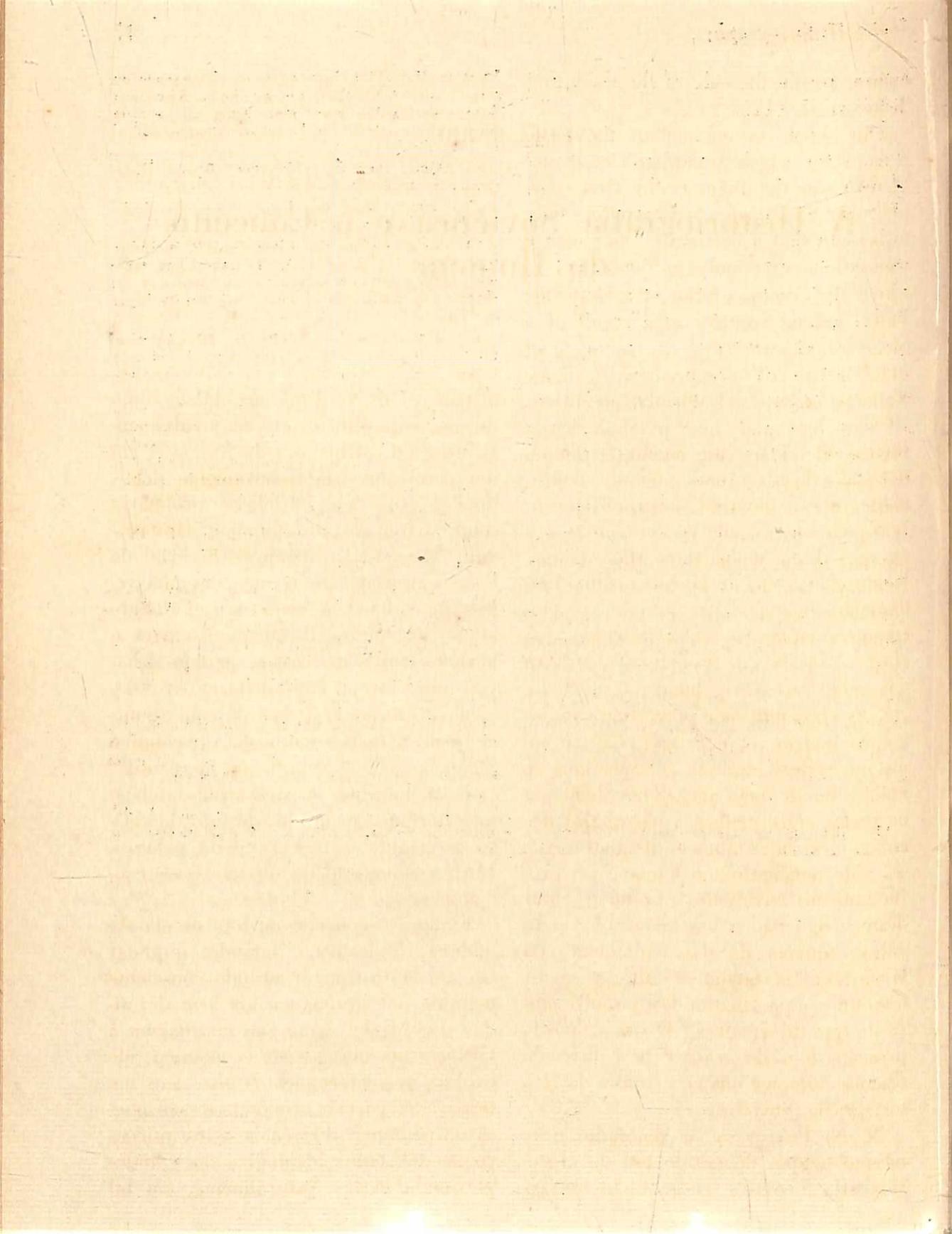
(8) Lenin quot. by G. A. Wetter: *Il Materialismo Dialettico Sovietico*. Torino 1948 p. 342.

(9) From G. S. Bruner's Preface to R. A. Bauer's work, quot. p. 10.

(10) V. N. Shulgin was a typical representative of this trend. The belief of innate goodness of the child was a basic tenet of his school. This made external discipline, the school, unnecessary.

(11) A. Bauer, op. cit. p. 7.

(12) For a more detailed discussion of this point see Z. Barbu: *Democracy and Dictatorship*. London, 1956.



ZVEDEI BARBU

A Historiografia Soviética e o Conceito do Homem

As vicissitudes da historiografia

Poucas idéias tiveram na União Soviética uma história mais agitada e dramática que a idéia da própria História. Isso pode surpreender e desapontar aos que acreditem tenha Karl Marx estabelecido o conceito de História sôbre fundamentos materialistas precisos e que, como consequência, tenha oferecido uma clara solução ao problema complexo das relações entre o homem e a História. As vicissitudes da Historiografia Soviética podem ser encaradas não só como um reflexo de uma genuína luta de idéias, ou de uma incessante demanda de poder entre grupos e personalidades antagônicas, mas também, na qual o conceito de personalidade humana foi profundamente envolvido. Como o autor dêste artigo não é um historiador o ligeiro esquema do desenvolvimento da Historiografia Soviética feito a seguir tem antes uma finalidade exemplificativa do que informativa. O seu propósito presente é o de revelar o significado psico-sociológico das vicissitudes da Historiografia Soviética.

N. N. Pokrovsky, o venerado, e ao mesmo tempo, denegrido pai da Historiografia Soviética, encarava os antago-

nismos e os conflitos de classe como formas arquetípicas do desenvolvimento histórico. A história da Rússia é, em seu ponto de vista, inteiramente determinada pela luta da classe proletária contra o seu arqui-inimigo, o capitalismo. Mesmo a insurreição de 1136 de Kiev é descrita em termos de uma revolução proletária moderna. Faltando pontos de referência adequados para o período feudal na Rússia, quando já havia uma forma capitalista, Pokrovsky cunhou o termo e, de acôrdo com alguns de seus críticos comunistas, inventou o fenômeno do "capitalismo mercantil". Isso o habilitou a descrever também êsse período em termos de luta de classe no sentido mais estreito da palavra, isto é, como conflito de interesses econômicos.

Embora o conceito de luta de classes pudesse, logicamente falando, implicar em um certo tipo de atitude consciente mantida por grupos sociais bem definidos, Pokrovsky é em sua abordagem à História um mecanicista econômico; êle explica os acontecimentos históricos em termos de sistemas econômicos com pouca ou nenhuma referência a instituições como o Estado, ideologias ou grandes personalidades. Naturalmente, em tal

concepção da História, há pouca margem para a consciência humana, seja coletiva ou individual. De fato, desde que a História se cria a si mesma no laboratório das forças materiais, resta apenas uma pequena margem para a iniciativa humana.

Pokrovsky dominou a cena da Historiografia Soviética durante os quinze anos posteriores à Revolução de Outubro. A primeira reação contra êle foi motivada por necessidades educativas. Logo, porém, se tornou aparente que tal reação tinha raízes mais profundas, e mais largas implicações. Vejam-se os principais pontos da crítica feita pelo Partido nos primeiros anos da década de 30:

1. Pokrovsky ressentia-se de retrovisão: interpretava o passado nacional em termos principalmente ajustáveis à Revolução de Outubro.
2. Êle empobreceu a História Russa ao aplicar sobre ela "categorias sociológicas vazias".
3. Êle negligenciou o papel representado na história humana pelas personalidades e pelas idéias. Considerando-se o clima político e cultural do período pode-se dizer que o terceiro aspecto ocupa uma posição central. Têrmos como "Romantismo revolucionário" que limita o interesse do historiador para "os pequenos feitos de pequenos homens", ou uma concepção "vulgarizada" do indivíduo na História, eram obviamente visados por Pokrovsky e sua escola.

Ultrapassa a minha competência descrever em detalhe as implicações de tal crítica no desenvolvimento seguinte da Historiografia soviética. De outro lado, o meu propósito é aqui o de investigar

o possível significado dêste fato e de uma série de outras mudanças de perspectiva no campo da Historiografia, as quais fãcilmente podem apresentar-se ao historiador como saltos no escuro. Apresso-me em dizer que a crítica do Partido a Pokrovsky foi de certo modo um salto no escuro, pois ela conduziu gradualmente a uma espécie de crise crônica tanto no que concernia à explicação dos acontecimentos históricos, como a propósito da teoria da mudança histórica. Uma velha geração de historiadores representada por Petrushevsky, Lyubomirov e Tarlé, e outra nova, encabeçada por Grekov, assumiram ao mesmo tempo posições de evidência. No conjunto, elas se mostravam mais livres em relação ao dogma moral da luta de classes na sua maneira de tratar os acontecimentos históricos. Mas também nelas vigorosamente renascia uma interpretação tradicional-nacionalista da História. Os historiadores, particularmente pertencentes às Repúblicas regionais, começaram a glorificar a luta dos seus povos e mesmo das grandes personalidades do passado, enquanto pouca atenção prestavam ao conteúdo de classe e ao elemento crescente de tal luta. 1. Esta tendência teve o seu climax durante a 2.^a Grande Guerra, quando o "aformoseamento" do passado heróico se converteu em nota dominante da Historiografia Soviética. O 1.^o número de "Voprosii Historii", inspirado em uma decisão do Comité Central do Partido, formula a situação nestes têrmos:

"Nessas ocasiões a distorção da concepção marxista-leninista da história terminou em um nacionalismo pequeno-burguês, conduzindo à idealização da história do povo em questão, incluindo

uma avaliação indiscriminadamente negativa do Estado Russo e de seus representantes. Mas, durante o último ano, se verificaram também, na nossa historiografia erros de tipo oposto: na divisão do chauvinismo de Grande Potência apareceram tendências a uma reabilitação igualmente indiscriminada das políticas czaristas de colonização e expansão, conduzindo à restauração de conceitos burgueses na amostragem do crescimento do Estado russo, a uma negação da importância revolucionária dos movimentos camponeses... e a um afastamento da análise dos acontecimentos históricos do ponto de vista de classe”?

Assim o fim da guerra estabeleceu uma nova viragem na historiografia soviética, cujo principal motivo era o retorno à concepção marxista-leninista da História. Como foi mostrado acima, os historiadores foram interpelados pelo Partido por suas idéias pequeno-burguesas que levaram à idealização do passado, ao chauvinismo, e, finalmente, a um abandono do conceito de classe social em suas interpretações dos acontecimentos históricos. Este novo estágio pareceu levar a uma revivescência dos ideais de Pokrovsky e chegou-se mesmo a falar a respeito no período imediatamente posterior à morte de Stalin. Isso, contudo, provou não ser mais do que um sinal da confusão criada no campo da historiografia pelas séries de mudanças radicais iniciadas em 1945. Na verdade, a “nova linha” cêdo se cristalizou em torno do conceito de “Fidelidade ao Partido” de Zdanov, anunciado em 1946.

Para sentir a implicação do princípio de “Fidelidade ao Partido” no desenvolvimento da cultura soviética em geral, seria bastante mencionar que a finali-

dade primária de Zdanov fôra introduzir uma mudança radical na idéia marxista de distância social, substituindo o conceito de luta de classe — não aplicável à sociedade soviética — pelo conceito de luta entre o nôvo e o velho.

Isso representou, em larga medida, um salto no escuro, que abalou qualquer pensamento sistemático prévio em ciências sociais, desde os fundamentos. Enquanto o conteúdo do conceito de luta de classe era determinado por fatores objetivos, primariamente econômicos, o conteúdo dos conceitos do que é nôvo e do que o velho constituía matéria de decisões políticas assumidas pelos órgãos centrais do Partido. Como diferença da velha dialética materialista, a de então tinha um conteúdo voluntarístico, puramente político, pois, obviamente, era o Partido que decidia o que fôsse progressivo e o que fôsse regressivo na Sociedade Soviética.

As implicações da dialética voluntarística no desenvolvimento da historiografia foram várias, podendo contudo ser assim convenientemente sumarizadas: a História devia ser vista e interpretada através da perspectiva do Partido. O inimigo central de tal concepção é o “objetivismo”, isto é, a convicção de que o significado dos acontecimentos históricos e do processo histórico é revelado na análise dos próprios acontecimentos e de suas estruturas. De acôrdo com a nova linha, a verdade histórica pode ser alcançada somente pela análise dos fatos de acôrdo com o ponto de vista do Partido. Por outras palavras, o nôvo historiador não é nem um patriota, nem um ideólogo marxista, como Petrovsky, mas um homem do partido.

O Legado de Marx. Qualquer tentativa para estimar as vicissitudes da historiografia soviética há de levar em consideração duas séries de fatores determinantes: a primeira série está enraizada nas idéias de Marx sobre a natureza da História humana, enquanto a segunda é firmemente associada à evolução do conceito de homem na civilização soviética.

Conceda-se, o legado de Max não é muito claro. Embora termos como “classe social”, “luta de classe” e “consciência de classe” ocupem funções chaves em sua concepção da história, Marx não procura dizer o que entende por êles. Significativo é que a sua obra mestra, “O Capital” termine com uma tentativa frustrada de definir a noção de classe social. Onde êle mais se aproxima de tal definição é no seu “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte”, quando pesarosamente conclui que os camponeses franceses daquele período não constituíam uma classe social. Sobre êsse ponto escreve Marx: “Os milhões de famílias camponesas da França formam uma classe social somente na medida em que vivem em condições econômicas que as separam, e que opõem o seu modo de vida, os seus interesses e a sua classe aos de outra classe da sociedade. Não constituem, contudo, uma classe social na medida em que os laços entre elas são de caráter puramente local e na medida em que a similaridade dos seus interesses não os traga juntas para uma comunidade, para uma unidade vastamente nacional e para uma organização política. Essa é a razão porque, no presente, elas são incapazes de lutar por si próprias e de defender os seus próprios interesses por intermédio de um

Parlamento ou de uma Assembléia. Elas não se podem representar a si próprias, elas têm de ser representadas”. 3.

Esta exposição permite, não sem um certo esforço de interpretação, identificar os constituintes principais de uma classe social como consistentes de: a) um conjunto de condições econômicas específicas; b) um modo comum de vida; c) interesses comuns e d) a consciência que um número de indivíduos, formando um grupo dentro da sociedade, tem a respeito de si mesmo como possuidor de tais condições de vida.

É importante notar que, embora a consciência de classe tenha um caráter derivado, sendo o reflexo ao nível mental das condições materiais objetivas de um grupo social, Marx a investe de específicos poderes. Em seu ponto de vista, a consciência de classe implica o desejo por parte dos que a possuem de que sejam pensados como uma classe, em razão de que ela se torna um fator histórico dinâmico.

Isso, porém, não significa que Marx sustentasse um ponto de vista preciso com respeito à maneira pela qual a consciência de classe opera, dentro da história, ou que êle tivesse uma imagem clara acerca do processo histórico em geral e, particularmente, acerca das relações específicas entre o homem e a história. Seria muito fácil, segundo os seus adeptos, especialistas em matéria de interpretação, reconstruir a sua posição básica a partir dos seguintes pontos que êle, reconhecidamente, fez em vários períodos do seu desenvolvimento intelectual. 4. 1. traço característico do homem é a auto-consciência; 2. O homem assume consciência de si como classe, por isso, êle percebe a sua própria natureza

como membro de uma classe; 3. Nesta qualidade êle se torna criador da história, isto é, senhor do seu próprio destino. Êste largo esquema, porém, concede uma grande variedade de nuances de que Marx seguramente tirou todo proveito. Assim, parece claro que, com respeito à natureza da História e, particularmente, com respeito à dinâmica do processo histórico, Marx atravessou três fases principais. Em seu primeiro período, na "Ideologia Alemã" por exemplo, sustentava que a consciência, isto é, a expressão subjetiva das forças econômicas básicas, é um fator relevante na dialética da sociedade. As pessoas atuam basicamente de acôrdo com os seus interesses econômicos, mas podem também atuar — e podem mudar a sua história — de acôrdo com as suas idéias, de acôrdo com o que pensam acêrca dos seus interesses. Nesta fase, Marx quase admitia a dualidade na determinação dos acontecimentos históricos: as forças econômicas objetivas, de um lado e as expressões ideológica e institucional destas forças, de outra parte. No segundo período — entre 1845 e 1852 — Marx ainda sustenta a idéia da dualidade, reduzindo consideravelmente, porém, o papel exercido pela consciência no processo histórico. 5. No terceiro, que corresponde à feitura de "O Capital", Marx tinha grande dificuldade em ver na consciência — idéias e crenças — um fator histórico genuíno. Êle não mais estava certo de que a consciência fôsse capaz de representar o processo econômico; ela podia facilmente desviar-se e se converter em "consciência falsa", por conseguinte um fator distorcedor e obscurador no desenvolvimento histórico. Nesta fase, Marx se inclinou certamente

para o monismo causal na História, por considerar as forças econômicas como os únicos determinantes genuínos do desenvolvimento histórico. O homem é totalmente o produto destas forças. "O seu ponto de vista, pelo qual a evolução da formação econômica da sociedade é encarada como um processo de *história natural*, pode menos do que qualquer outro tornar o indivíduo responsável pelas relações das quais permanece como o ser socialmente criado" 6. Isto pode ser seguramente considerado como a intenção de Marx a respeito do problema das relações entre o homem e a História.

Êste complexo legado ideológico que tão bem ilustra a singular tendência de Marx a ajustar a sua orientação teórica às muitas e variadas circunstâncias históricas, tem certamente muito que ver com as vicissitudes da historiografia soviética. Um aspecto, porém, desta complexa situação merece especial atenção, qual seja: o desenvolvimento da estrutura teórica da historiografia soviética — de que isso pode ser discernido — segue o próprio desenvolvimento de Marx, mas em sentido contrário. A escola de Pokrovsky apoia-se maciça e exclusivamente da posição de Marx no "O Capital"; ela é de fato uma versão grosseira e simplificada da concepção econômico-materialista da história pertencente a Marx.

A partir desta primeira fase, a historiografia soviética se desenvolve aproximadamente na direção do jovem Marx, por conceder mais e mais lugar à intervenção do homem no desdobramento do processo histórico. Significa isso uma compressão melhor, mais global de Marx? Se assim podia ser, contudo não

é a inteira verdade. Para que se compreenda melhor este tipo de desenvolvimento na armadura teórica da historiografia soviética, tem-se de levar em conta certas condições características da evolução psico-cultural da sociedade, particularmente aquelas que aclaram a evolução do conceito do homem dentro da sociedade soviética.

Modelos de Homem. Tem sido frequentemente notado que, nestes últimos trinta anos, a cultura soviética tem-se afastado de uma concepção puramente mecanicista do universo. Embora a direção deste desenvolvimento longe esteja de ser clara, distinguem-se normalmente dois estágios principais no desenvolvimento da cultura e da sociedade soviética. Em termos filosóficos gerais o fato pode ser descrito como um processo de transição do que tem sido chamado "marxismo mecanicista" ou, algumas vezes, "marxismo vulgar" para "marxismo dialético", um processo que se tornou evidente nos primeiros anos da década de trinta. Não é fácil estabelecer uma distinção precisa entre os dois estágios. Seria, no entanto, prudente dizer-se que o marxismo mecanicista reforça os fatores determinísticos causais no desenvolvimento da sociedade soviética, isto é, a inevitabilidade do processo histórico baseado nas eternas leis da infra-estrutura econômica. De outro lado, o marxismo dialético realça os processos dirigidos e como tal permite e torna mesmo necessária a intervenção consciente e deliberada no desenvolvimento da sociedade. No campo econômico, a posição anterior foi ocupada pelos Bucharinistas, "os oportunistas da direita", com seus conceitos de "equilíbrio" e "espontaneidade", ambos apon-

tando para a dinâmica intrínseca do processo econômico, encarando assim o desenvolvimento social e cultural como simples matéria de necessidade científica. Contra esta posição havia os "dialéticos", tendo Stalin à frente, com a idéia central da "ação revolucionária". "A nova função não é a de estudar economia, mas modificá-la. Não estamos limitados por nenhuma lei. Não há postulados que os Bolcheviques não possam violentar. A questão do ritmo temporal está sujeita às decisões dos seres humanos" 7. Por motivos que, afinal, não são claros, a primeira tendência era caracterizada por uma abordagem "genética", enquanto a última por uma abordagem "teleológica".

Não seria necessário dizer que esse tipo de desenvolvimento também se expressou no campo político. Com efeito, o termo "teleológico" aplicava-se principalmente a este campo, pois era o Partido próprio que corporificava tantos os fins como os meios para o seu alcance. O desenvolvimento da sociedade soviética não podia mais ser confiado às eternas leis objetivas da matéria, mas antes à ação consciente e finalística do Partido. Assim, até à metade da década de trinta surgiu uma nova e mais forte ênfase sobre a idéia de Lenin acerca do Partido, isto é, um organismo que não somente se coloca na vanguarda das classes trabalhadoras, mas que escava mediante seus próprios planos e métodos, o túnel do progresso social. E para aprender o inteiro significado psico-sociológico disso, seria bastante dizer que não era somente a idéia de Lenin acerca do Partido que está sendo revitalizada, a obra filosófica de Lenin como um todo

foi submetida a um processo de re-estimação.

Foi nesse período que os “Apontamentos Filosóficos” de Lenin — um comentário sobre Hegel — foram tirados da gaveta e estudados com uma nova espécie de curiosidade. À diferença de Lenin do “Empíriocriticismo”, que era um “materialista ingênuo”, o Lenin dos “Apontamentos Filosóficos” era um “realista dialético”. Ele atribui à consciência humana uma certa parte ativa no processo do conhecimento, pois o fato da consciência humana ser relacionada à matéria introduz uma diferença qualitativa no processo do conhecimento. “O reflexo da natureza na mente humana — escreve Lenin — não ocorre de uma maneira morta ou abstrata, não sem movimento, não sem contradição, mas através de um permanente processo no qual se produzem e absorvem contradições” 8. Isso é sem dúvida um passo além dos postulados básicos do marxismo mecanicista que dominou o primeiro estágio da cultura soviética: é uma indicação de que o homem com a sua consciência começa a ocupar uma posição honrosa, senão central, no universo.

Diretrizes sócio-culturais como as que acima mencionamos têm sido consideradas, em certos estudos psicológicos e sociológicos, como indicadoras de um tipo específico de evolução no conceito do homem na civilização soviética. Eis a maneira pela qual esta evolução é descrita por um desses estudos: “A partir de uma visão do homem como um produto das forças e, por conseguinte, do processo histórico, evoluiu uma nova imagem do homem capaz de *auto-iniciativa, responsável por sua ação*, nem controlado pelo seu meio, nem pela he-

reditariedade — imagem de um homem capaz de ser uma força ativa e ao mesmo tempo capaz de ser a *fonte do seu próprio erro e do seu próprio mal*. A sua liberdade repousa não na indeterminação mas em sua capacidade de reconhecer a necessidade. O anterior afloramento da consciência... brotou inteiramente: a consciência é agora um processo central que torna o homem capaz de forjar o seu próprio destino — ou mesmo de cometer crimes puníveis contra o Estado” 9.

O que acaba de ser dito aponta a transição de um *modelo mecanicista de homem* para um modelo de homem baseado na idéia da motivação interna e da auto-determinação. Isso é ilustrado pelas mudanças que sucederam em muitos aspectos da vida soviética e, particularmente, no campo da psicologia e da educação. Assim, para a reflexologia, o homem era inteiramente um produto, um reflexo do seu meio, uma criação dotada de um centro vazio, crescendo de fora para dentro.

Contrastando com esta, a psicologia soviética posterior — particularmente depois de 1940 — tornou-se progressivamente mais interessada na análise da dinâmica interna da personalidade humana e no processo da consciência. Paralelamente, a pedagogia soviética acentuou mais o conceito de auto-treinamento, como oposto à fórmula de desenvolvimento espontâneo, do “desaparecimento progressivo da escola” característico da fase anterior. 10. Tudo isso pode ser encarado como sintoma do fato de que a “concepção dominante do homem tornou-se a de um ser crescentemente finalístico, senhor cada vez mais do seu próprio destino e cada vez menos produto

do seu meio". 11. Por alguns detalhes menores de formulação, porém, êste processo podia ser descrito como uma transição de um tipo de personalidade "áltero-orientada" para uma "auto-orientada", se os conceitos de D. Riesman podem ser estendidos até aí.

O ego do homem soviético. Admite-se ter havido uma certa mudança na concepção soviética do homem, a qual começou a se exercer nos primeiros anos da década de trinta. Esta mudança, contudo, não foi nem declarada nem tão unilinear como as observações acima parecem sugerir. Expressões tais como "dinâmica interna da personalidade humana", "consciência", "auto-determinação", ou "o homem como ator intencionalmente atuante", que têm tido uso cada vez mais freqüente na Rússia Soviética desde 1930, devem ser cuidadosamente analisadas no seu contexto real. O seu significado antropológico pode ser diferente do que têm em outras civilizações. Nêste ponto é que o desenvolvimento da Historiografia Soviética podia ser revelador. O presente escritor está fortemente convencido de que a visão do passado pelo homem, a sua concepção da existência do povo no passado, é em grande medida uma projeção de sua visão de si mesmo. Daí que o desenvolvimento da Historiografia dentro de uma específica civilização seja particularmente significativa para o desenvolvimento do conceito de homem.

Na evolução do conceito soviético de homem, segundo o reflete a historiografia soviética, podem-se distinguir três momentos. O período de Pokrovsky revela uma idéia de homem que apresenta certos aspectos básicos em comum com o modelo mecanicista, acima esbo-

çado. Segundo esta escola, a História nada mais é do que o desdobramento dos processos materiais de acôrdo com leis objetivas pré-estabelecidas; o homem é, inteiramente, o produto de uma História assim concebida. Embora seja suposto que o processo histórico sirva aos interesses do homem, nenhuma atividade finalística consciente, nenhuma fôrça espiritual, em uma palavra, nenhuma ação centrada no homem, penetra na feitura da História. A relação entre o homem e a História se cumpre mediante um único caminho, isto é, da História para o homem, pois o homem não possui nenhum centro em si próprio, nenhum ego, individual ou coletivo. (Para Pokrovsky, a consciência de classe, na medida em que exista, é limitada ao reflexo dos processos materiais objetivos). Em essência, o período de Pokrovsky revela uma concepção mágica do homem, que é, naturalmente, enroupada numa ideologia nacionalista. De acôrdo com tal concepção, o espírito do homem, individual e coletivo, é estendido, projetado sôbre às fôrças externas do universo. O homem não existe em si mesmo, êle não possui um *ego*, êle existe em seus laços com um universo mecânicamente concebido. Em conseqüência, tôda ação humana é uma manifestação de fôrças externas. A História é a Cosmogonia debaixo de falsas vestes.

O período pós-pokrovskiano — entre 1932 e 1945 — é psico-sociologicamente difuso e confuso, porque inclui demasiados elementos de táticas políticas. Um dos seus traços principais consiste numa certa prontidão para reconhecer na feitura da História a parte representada pela ação humana instrumentalmente dirigida. A questão, no entanto,

é de se êsse é um movimento genuíno em direção a uma concepção do homem como um ser auto-centrado, cuja consciência é em si mesma um fator criador no processo histórico. Os críticos de Pokrovsky objetaram que êle ignorava o papel desempenhado na História pelas grandes personalidades. Contudo, parece claro que o que êsses críticos tinham em mente não era um conceito carlyliano do “herói”, — uma personalidade que modela o processo histórico de acôrdo com a sua vida interior, de acôrdo com os seus sentimentos e idéias. As grandes personalidades do passado às quais os críticos de Pokrovsky se referiam como construtores da História, eram de fato criaturas “sem ego”. Elas alcançaram uma consciência na medida em que a tomaram por empréstimo de fora, de uma classe social, de um grupo nacional. E foi por esta “consciência tomada por empréstimo”, e freqüentemente contrária à sua própria consciência, que êles se tornaram construtores da História. Reveladores são os comentários de Stalin sôbre Ivan o Terrível — uma das personalidades do passado. Perguntado pelo ator N. Cherkasov e por Eisenstein sôbre como via a personalidade do famoso Czar, respondeu: “Ivan não conseguiu destruir as grandes famílias feudais remanescentes. Deus interferiu nos desígnios de Ivan... Ivan teria destruído uma família de Boiárdos e passaria depois um ano inteiro a lamentar-se, quando deveria ter agido mais resolutamente”. Enquanto o período de Pokrovsky descreve um homem sem alma, submerso nas fôrças materiais do seu meio, o período pós-pokrovskiano oferece a imagem de um homem que é completamente identificado com um

grupo — grupo social ou com uma idéia de tal grupo, um homem que não se descobriu a si próprio. Esta é a concepção da consciência humana e do homem em geral, característica de uma sociedade e de uma cultura pré-individualizadas. Em tal contexto, termos como “ação auto-centrada”, “senhor do seu próprio destino” e, particularmente, “liberdade”, quaisquer que possam ser as suas definições, têm pouco sentido. Há de se acentuar outra vez, contudo, que o período desenrolado entre 1930 e 1945 tem um caráter altamente experimental: antes de tudo êle foi o período da grande crise. O modelo mecanicista do homem mostrou-se inadequado e a busca de uma nova fórmula conduziu, pelo menos no início, a mais de uma direção. O que sucedeu no campo da historiografia pode ser descrito como um exemplo típico da dialética stalinista, isto é, uma pequena fase de relaxamento, “um degêlo” deliberadamente criado com a finalidade de identificar com mais precisão o divergente e o herético. Os historiadores foram encorajados, ou mais ainda, exortados a considerarem a História em termos diferentes dos preconizados pela escola até então oficial de Pokrovsky e o resultado foi que caíram em erros “nacionalistas” ou “objetivistas”, corridos no terceiro período.

O terceiro período, contudo, adveio não só como um corretivo aos erros do período pós-pokrovskiano, mas também como algo de nôvo; êle surgiu com uma formulação clara e uma imposição vigorosa do princípio do “espírito de Partido”. Isto implica em mais do que um nôvo critério de escrever a história ou de ver e compreender o povo do passado; êle implica de fato em uma

redefinição do conceito de homem na Rússia Soviética. O nôvo homem era o homem de Partido.

Não há necessidade de entrar em detalhes para a definição do homem de Partido. A questão mais específica com a qual o presente estudo está ligado é de se isso inscreve um nôvo estágio na evolução do conceito de homem na civilização soviética. Não é difícil responder esta questão na afirmativa, mas isso será simplesmente suscitar várias outras questões encarando o sentido desta evolução no conceito do homem. Contudo, qualquer que ela possa ser, uma coisa parece tão clara como a luz do dia: "o homem de partido" não é mais centrado em si mesmo do que os tipos de homem do período de Pokrovsky e do pós-pokrovskiano. Tal homem não tem consciência de si mesmo e, na verdade, nenhuma idéa acêrca de si próprio: a sua consciência é *manufaturada* e sôbre êle imposta pelo Partido. Assim como o primeiro período criou uma imagem de um homem centrado na matéria, e o segundo a imagem de um homem centrado numa nação ou num grupo, o terceiro período cria o conceito de um homem centrado no Partido. Se há um desenvolvimento, êste não se processa no sentido da auto-determinação e da liberdade. Um desenvolvimento no sentido de centrar-se em si mesmo não é possível a menos que e até que as decisões do Partido sejam passíveis de aceitação e incorporação de um modo racional e deliberado pelo indivíduo e em extensão maior do que as leis da matéria.

Conclusões. Mesmo que não tenha havido progresso, tem havido pelo menos uma mudança na concepção soviético do homem. Duas séries de fatôres,

uma política e outra psicológica, podem importar para esta mudança.

Tem sido muitas vêzes sugerido que a mudança na historiografia soviética que ilustra a mudança no conceito do homem, consistiu em larga escala em medida de tática política, ou mesmo em oportunismo político. Assim a escola de Pokrovsky foi não apenas tolerada, mas consagrada como "oficial" nos primeiros anos do regime bolchevista, pela simples razão de que ela servia à finalidade central dêste período, que era a de liquidar a classe capitalista burguesa, resistente à revolução.

Que o capitalismo era o eterno inimigo do progresso histórico, sustentava o princípio primordial da escola de Pokrovsky.

A transição do segundo período foi também inspirada por um complexo de recursos políticos. A fórmula de Stalin, "socialismo dentro de um país", o culto da personalidade inspirado por êste dirigente autocrático, bem como a necessidade do Partido excitar o sentimento nacionalista patriótico dos cidadãos russos por efeito da guerra, todos são pontos de tática política que podiam explicar o caráter do segundo período na historiografia soviética.

A explicação em têrmos políticos do terceiro período é de certo modo mais simples, porquanto êsse período significa o ápice de uma direção constante na civilização soviética, ou seja, a criação e imposição do Partido como modêlo de sociedade, e do "homem de Partido" como modêlo de homem. Que isso só haja acontecido próximo do fim da 2.^a Grande Guerra, pode ser tomado como uma prova de que sômente nesta fase, isto é, nas circunstâncias da vitória, o

Partido se tornou bastante forte para a realização do seu objetivo.

O que vem de ser dito conduz à segunda hipótese explicativa com respeito às mudanças processadas no conceito soviético de homem. Como não é a oportunidade de desenvolver uma teoria em detalhes, limitar-me-ei a algumas observações baseadas em recentes pesquisas no campo da psicologia social.

Para começar, um modelo mecanicista de homem, como o característico do primeiro período da civilização soviética, pode, falando-se genêricamente, ser tomado como um sintoma cultural de um ajustamento coletivo a condições de insegurança. Há pouca dúvida sobre se a sociedade soviética e, particularmente, o Partido bolchevista atravessaram tal fase. O sentimento coletivo de insegurança foi criado, em primeiro lugar, pelo estado generalizado de caos e de desintegração social característico do período revolucionário, pelas dúvidas que o próprio Partido tinha acerca da sua força e habilidade para construir uma nova sociedade, e pela luta dentro do Partido. A isto podia ser acrescentada a insegurança crônica caracterizadora de todo o grupo proletário moderno. Em tais circunstâncias, a concepção mecanicista do homem cumpria uma função psicológica: era uma compensação, ou uma formação-reação ao sentimento de insegurança. Pois, o que tal concepção sugere pode ser assim formulado: a vida interna do homem, a sua subjetividade tem um caráter derivado; o homem é uma expressão da realidade material externa cujas leis básicas conduzem pela necessidade a um fim desejado. A despeito da insegurança e da dúvida, nada pode caminhar errado,

pois a vitória final do proletariado e a realização do comunismo estão escritas nas leis objetivas do universo social. Isso é outro modo de dizer que Deus ou a natureza estão do lado do fraco e do deserdado. 12.

Esta me parece uma das razões básicas pelas quais um modelo mecanicista de homem domina o primeiro estágio da civilização soviética. Resta somente ser dito que um afastamento de tal concepção somente pôde advir na medida em que o criador da sociedade soviética, o Partido, ganhou segurança como resultado de uma série de vitórias sobre o seu inimigo e uma série de realizações práticas. Confiança nas condições objetivas externas tornou-se cada vez menos psicologicamente necessária. Assim, a ênfase posta sobre a importância dos fatores internos, tais como, consciência, vontade, auto-treinamento da personalidade, tornou-se cada vez mais clara na definição soviética do homem. Tem-se, contudo, de outra vez acentuar que a consciência, a vontade e a personalidade que os comunistas adscvem à natureza humana não são consciência individualizada, vontade ou personalidade: elas são manufaturadas pelo Partido. O homem soviético não é um homem centrado em si mesmo, mas, essencialmente, um homem de Partido.

(Tradução de L. Costa Lima e O. da Costa Ferreira).

1. Estes pontos encontraram gradualmente expressão nas críticas formuladas pelo Partido em maio de 1934, em uma série de observações sobre alguns livros de texto de história, feitas por Stalin, Kirov e Zdanov durante o mesmo ano, as quais foram finalmente incorporadas numa resolução do Partido, publicada em 1936.

2. Segundo R. Rchlesinger: "Recent Soviet History". I *Soviet Studies*. Vol. I, 1949-50.

3. Traduzido do francês. Editions Sociales, Paris, 1928, p. 182.

4. Em seu *Class and Class Conflict in Industrial Society*, London 1959, R. Dahrendorf toma a si a tarefa de escrever uma versão inteira do capítulo sobre "Classe Social", que Marx apenas esboçou em 'O Capital'.

5. Ele faz distinção entre a função histórica de "Classes Sociais" e a de "partidos políticos". Classe é identificada com a realidade objetiva, enquanto partido o é com a subjetiva; classe é a corporificação do processo econômico, partido é a concepção de classe em si mesmo; a classe é o agente social da história, enquanto o partido é o agente político. A posição de uma classe no processo histórico é nivelada na análise das forças produtivas, a posição do partido é demonstrada por seus programas e ideologias políticas.

6. Prefácio à 2.^a edição de 'O Capital', Trad. do francês, Molitor Ed. Paris, p. LXXX. 1946. Os itálicos são meus.

7. Yugow: *Russia's Economic Front*. Segundo R. A. Bauer: *The New Man in Soviet Psychology*. Harvard Univ. Press, 1952.

8. Lenin citado por G. A. Wetter: *Il Materialismo Dialettico Sovietico*. Torino 1948, p. 342.

9. Prefácio de G. S. Bruner à obra de R. A. Bauer citada à pág. 10.

10. V. N. Shulgin era típico representante desta tendência. A crença na bondade inata da criança era postulado básico desta escola. Isto fazia com que a disciplina externa, a escola, fôsse desnecessária.

11. R. A. Bauer, op. cit. p. 7.

12. Para exame pormenorizado deste ponto ver Z. Barbu: *Democracy and Dictatorship*. London, 1956.

LUIZ COSTA LIMA

Significação Presente do Conteudismo na Arte

“Já que as coisas estão assim, assim não permanecerão”

(B. BRECHT)

A Zélia

NO MUNDO DE HOJE é à juventude das áreas subdesenvolvidas que compete sentir intensamente o travo de sua idade. Nelas, ser môço é ser solicitado na transformação da sociedade e isto é maravilhoso. Mas ser môço nelas é também ser solicitado a responder a problemas para os quais ainda teria de amadurecer e isto é bem terrível. Ser jovem aqui é estar em um constante estado de alerta: opções sem conta apontam para o trabalho das minhas mãos. Mas é também viver em um constante estado de choque que estas opções lançam de encontro aos valores e aos vínculos em que estivemos apoiados. Ligações de família, antigas amizades, pressuposições aceitas, escôlhas profissionais, são os sustentos mesmos da vida que precisam então ser refeitos.

Diante dêste gigantesco poder, o mais difícil é não adotar uma maneira de fuga. Há as fugas indignas que todos reconhecerão e entre as quais se consome a maioria dos nossos jovens: a fuga pela covardia, pelo cinismo, pelo silêncio

antecipado. Há, no entanto, um escapismo menos aparente e de aspecto menos comprometedor: a fuga da realidade mediante a exclusividade da ação. Agir muitas vêzes se confunde com destruir. E sentir que se está agindo por uma destruição — ainda que se pretenda ir além dela — produz euforia. Não é, porém, do destruir que já surgirá o mundo nôvo. Pois bem, um ativismo absoluto ou quase exclusivo prepara para que apenas se destrua. É óbvio que a prática não basta, entretanto, mesmo os que assim reconheçam, continuam na maioria dos casos apenas na ação. O problema assume uma gravidade particular nas áreas subdesenvolvidas. Para a juventude destas áreas a integração em um programa apenas ou exclusivamente ativo constitui uma tentação iminente. Pois sequiosa de contribuir para a mudança do que lhe esmaga e despossuida de uma preparação intelectual que lhe desse confiança nas suas idéias próprias ela fâcilmente se integra no papel de simples correia de transmissão

No Brasil assim vem acontecendo desde o campo econômico até o artístico. A veemência e a convicção com que jovens progressistas expõem as suas posições oferece um contraste muitas vezes doloroso com a ingenuidade do que está sendo dito.

Qual poderia ser a solução? Abandonar a atividade prática por uma hibernação intelectual? É bem claro que nossa realidade não pode aceitar êsse quase mandarismo. Resposta mais apropriada parece a de oferecer condições para uma aproximação mais intensa entre os intelectuais mais amadurecidos e os grupos que, por serem ativos, não deixem de ser abertos.

Foi com o propósito de tentar estabelecer um contacto dêste tipo que se escreveu o presente ensaio. Escolhemos o texto de Grigori Chukrai, "O Problema da Personalidade na Arte" (publicado em "Novos Rumos", semana de 8 a 14 de março de 1963), porque êle expõe com bastante coerência a opinião mais generalizada entre os escritores marxistas sôbre a função da arte em uma sociedade em transformação. E como é indiscutível a audiência dêstes autores, nos pareceu útil a análise das suas posições. Para que, no entanto, não se confundisse a posição de Chukrai com a única que seja possível extrair do pensamento marxista procuraremos refutá-la o quanto possível nos apoiando em autores igualmente marxistas. Afinal de contas é de dentro do próprio marxismo que acreditamos possível oferecer uma interpretação mais válida da arte (1).

A Crítica Conteudística

A separação entre forma e conteúdo

converteu-se em uma das pilastras de base para as análises dos críticos marxistas ortodoxos (2). Tenha-se por exemplo a condenação da pintura abstrata que fazia um Henri Lefebvre. Para êle, o abstracionismo seria a "forma moderna" da aberração idealista platônica" (3).

A partir desta separação se estatui que uma boa obra é aquela que contém uma expressão *verdadeira* da *realidade*. É de acôrdo com esta lógica conteudística que a novela do "realismo socialista" representaria a expressão mais avançada na literatura contemporânea. E de tal modo êsse raciocínio tinha (e tem) a chancela oficial que a condenação de um G. Lukàcs muito deve a ver com a sua repulsa de semelhante maluquice (4).

Tomemos então dois textos que pareçam típicos do pensamento do autor. No primeiro, êle elogia o modêlo do neo-realismo italiano: "Nas películas dos neo-realistas transluzem um vivo sentimento humano e uma profunda meditação sôbre a vida do povo. Os neo-realistas não procuravam os heróis cinematográficos nos palácios e nos salões, mas nas ruas das cidades, nos bairros operários, nos campos. À pobreza e à miséria de seus protagnistas contrapunham a pureza de suas almas... Talvez o mais belo naquelas películas fôsse o sadio amor humano nelas refletido".

No segundo texto, êle se ocupa da película do diretor soviético Andrei Tarkovski: "A Infância de Ivã" nos relata a vida de um menino perdido no torvelinho da Segunda Guerra Mundial, de um menino que foi despojado de sua infância..."

Em ambos os casos, é muita clara a posição do autor: é o conteúdo o que igualmente o entusiasmo.

O que uma posição semelhante recusa é uma análise integral da obra de arte. Não é a técnica da obra o que se despreza, ela poderia ser estudada após a valoração conteudística. Despreza-se a consideração da obra de arte como uma totalidade em que o que se diz não é independente do como se diz. O texto de arte acrescenta um novo físico ao mundo. Mas, para se atingir essa nova fisicalidade há de se percorrê-la dialéticamente, vendo-se que o que está dito condiciona o como se disse e o como se disse irradia do que se tinha a dizer. Só através desta dupla visão pode o crítico concluir, *com relativa autonomia face às suas posições ideológicas e vínculos de classe*, se está defronte de uma obra internamente estruturada ou se diante de uma obra seccionada. Uma obra vale pelo como diz. No como diz, porém, não se implica a simples apreensão formal. Isso seria equivalente a dizer que a mulher é bela porque seja bem vestida. A obra vale pelo como diz, isto é, pela coerência interna com que se criou uma estrutura significativa. Do mesmo modo não é porque se vista de amarelo que é bela a mulher, mas porque do amarelo irradie a totalidade que expõe. Procuremos retirar dois exemplos concretos de nossas próprias pesquisas.

No estudo da obra do poeta Joaquim de Sousândrade eu me deparava com a constatação de que a sua obra apresentava uma profunda desigualdade. Uma primeira parte, de nível geralmente medíocre, formalmente tradicional e outra, bem menor, de valor indiscutível, que

adotava a forma do fragmento (5).

Por que isso acontecia? A resposta a que chegava era a de que o fragmento se transformara na forma estética por excelência para Sousândrade porque êle não tivera condições, ilhado como vivia dentro da sua antecipação brasileira e mundial, para estender a sua visualização antecipadora da realidade. Essa visualização intensamente antimental, antiverbosa, antissubjetivista se entregava por formulações rápidas, imagens e metáforas instantâneas. Na medida em que era dado um tratamento contínuo a sua intuição terminava por se contaminar pela dicção tradicional. Em consequência, só o fragmento, por ser uma forma partida, a todo instante recomeçada, permitia exprimir a sua visualização antecipadora. O fragmento era assim a totalidade expressiva de um poeta que não encontrou em sua situação condições para um desenvolvimento plenificador.

E a tal ponto dramática era a sua situação que no fim da vida nem o fragmento mais lhe podia servir. No "Harpas d'Ouro", obra deixada inédita e ainda desconhecida, os versos se desconjuntam internamente e quase nenhum nexos liga uma estrofe a outra. O fragmento é substituído pela atomização e para esta não parece haver solução estilística possível.

Não conhecia então nem a obra de A. Gramsci nem a de L. Goldman. Ambas confirmariam a interpretação proposta. No momento referir-me-ei essencialmente ao primeiro apenas, pois a sua condição de mártir do fascismo pela sua declarada posição partidária lhe converte em menos suspeito aos sectários.

Interroga-se Gramsci sobre o motivo

que levava Goethe a não conseguir terminar o drama que se propusera escrever sobre o Prometeo. Como resposta, êle então acrescenta que assim acontecera por efeito de uma contradição que internamente lhe partia. Gramsci recorre a Croce para exprimí-la: "Forse nella linea stessa di quelle scene si vede la difficoltà e l'ostacolo al compimento, il dualismo cioè tra il Goethe ribelle e il Goethe critico della ribellione" (6, pág. 168).

Êsse mesmo dilaceramento, acrescenta Gramsci, já atuara na composição da ode dedicada ao mesmo tema, provocando a contradição interna que o autor verifica entre a primeira e a segunda parte: "Si può vedere come l'aspirazione goethiana si attenua: 1) prima dell'ode, in cui predomina l'elemento titanico della ribellione; 2) la seconda parte dell'ode, in cui Prometeo piega su se stesso, e hanno il sopravvento gli elementi di una certa debolezza humana" (6, pág. 167).

É interessante notar que, mais recentemente e sem se referir a Gramsci, a idéia do dilaceramento interno de Goethe é retomada por L. Goldman para explicar o fracasso de obras como "Die Aufgeregten", "Der Bürgergeneral", "Die Natürliche Tochter". É que elas ainda não conseguiam expressar o pensamento real de Goethe sobre os princípios da revolução francesa. Nela antes se manifestava o Goethe temeroso, o Goethe compromissado com a corte. A grandeza do "Fausto" e da "Pandora", ao contrário, resultou de que nelas Goethe conseguira a estrutura pela qual expressar a sua posição mais profunda sobre a revolução de 1789: a estrutura alego-

rizante, em que a revolução aparece como uma vitória do homem (7).

Estas observações, em suma, confirmam que a forma não é um simples envoltório arbitrário de um conteúdo. "A forma é um princípio de eleição", o que vale dizer, que a forma só se plenifica na medida em que consiga uma afinidade sensivelmente radical com o seu conteúdo.

Um segundo e curto exemplo retiraremos da análise da obra de Machado de Assis. É lugar comum entre os seus críticos a verificação do aticismo da sua frase, a sua palavra secada, enxuta da sonorização retórica da época.

Para mim, a explicação do fato há de ser procurada na mesma causa que converteu a sua obra em semelhante a uma "casa sem quintal". Machado repugnava tudo o que a sua intuição criadora sentia como falso e apenas depositado sobre as palavras pronunciadas pelo homem. E então o adjetivo pomposo lhe soaria tão falso quanto a necessidade de florir os períodos com os verdes de árvores copadas, com as sombras depositadas sobre o cristalino dos regatos, etc. O único quintal que lhe importava era aquêle em que Bentinho e Capitu riscavam suas primeiras juras de um amor de toda a vida. Amor de toda a vida falhado.

A conclusão a retirar é que, outra vez, a forma cava o terreno de acordo com a força da água que contém. Na forma transparece o conteúdo. Na escolha da forma se expressa a resposta do criador a seus dilemas existenciais.

Explicada talvez até em demasia a falta de dialeticidade da crítica conteúdo-dística, demos um passo adiante.

*Ponto de partida da Crítica
Conteudística*

Muitas vêzes um ponto de vista se esclarece melhor ao ser analisado em relação ao radicalmente oposto. É que por uma análise comparada pode-se descobrir a existência de uma causa comum para ambas as posições, que então mutuamente se explicam. Assim acontece com o conteudismo e o formalismo em arte.

As correntes citadas não podem ser corretamente compreendidas sem as considerarmos em face ao regime atual da desigualdade de classe. Em face ao problema, ambas representam respostas "ideológicas" e como tal distorcidas. O formalismo é a resposta dos que consciente ou inconscientemente buscam uma cortina de fumaça para os problemas sociais que sabem existir. Quando, então, se põem a trabalhar intelectualmente a primeira providência é a de eliminar tôda preocupação com o que signifique exploração humana, desigualdade ou injustiça social. Coerentemente desprezam em seguida a significação da angústia ou do prazer, da alegria ou da crueldade. O que importa são os traços e as côres "puras", ou seja, despojadas de tôda a lembrança de um mundo "desagradável".

O conteudista assume a posição inversa. Ele acusa as crueldades cometidas sôbre o homem e valora as obras de acôrdo com a proporção de "denúncias" que elas tragam.

Compreender-se-á em seguida que uma posição formalista tenda a dominar nas épocas ou nas sociedades em que os intelectuais, *ainda que possam privadamente reconhecer a injustiça ge-*

rada pelas relações de produção, se acomodem ou temam a transformação de sua sociedade. É então psico-sociolôgicamente explicável a sua importância no Ocidente de hoje.

Inversamente, a crítica conteudista tende a dominar entre os quadros intelectuais que, por esta ou aquela razão, reagem à exploração do homem realizada na sua ou em outras sociedades. Compreende-se então a sua dominância entre os regimes socialistas estabelecidos e entre as ideologias de esquerda. Pois, sendo o marxismo uma ideologia essencialmente ligada ao proletariado, e se o proletariado se aliena pelo modelo da produção capitalista, a conclusão imediata é a de que uma arte "progressista" deva refletir os ideais da classe oprimida, mostrar a sua humanidade massacrada, a sua luta incessante, etc. Ligue-se a isso o fato de que Marx não tenha ultrapassado um tratamento ambíguo sôbre a questão da arte (seria ela em si um fenômeno alienado, produto de uma infraestrutura baseada na divisão injusta do trabalho ou apenas historicamente pôde estar alienada?) e se compreenderá a problemática a que o conteudismo responde.

A posição conteudista é então tão ideológica quanto a formalista. O que ela valoriza não é pròpriamente uma apreensão realista do mundo, mas a apreensão o quanto possível direta de certa realidade: a que se enquadre na luta do proletariado contra o capitalismo. É assim que certos temas se tornam caros, enquanto outros são hostilizados. Daí o testemunho de Evtouchenko: "Na famosa Constituição stalinista (adotada em 1935) encontram-se palavras magníficas: "O trabalho em

nosso país é um assunto da honra, da audácia e do heroísmo”.

Na prática, o trabalho se erigiu em algo de superior aos homens. Êle foi deificado e todos os cidadãos lhe deviam render oferendas cotidianas.

Também os artistas estavam obrigados a fazer sacrifícios a êste deus abstrato, o “Trabalho” e a reduzir a vida espiritual da nação ao nível da descrição dos diferentes aspectos do trabalho.

Assim o aço se converteu no herói principal de múltiplos romances. . . . Os seres vivos exerciam um papel secundário nestas obras. Além do mais, êles não eram vivos. Eram acessórios que permitiam melhor realçar o “trabalho” (8, pág. 22-23).

À consagração do aço como herói correspondeu à desconfiança ou hostilidade contra outros temas menos heróicos ou mesmo contra outras formas distintas de aparecer heróico. Assim um herói individualista da estirpe de Iuri no “Doutor Jivago” só podia trazer transtornos ao seu criador. Essa é a decorrência natural de uma posição conteudista, oficialmente amparada. A um realismo de temática preferencial, como o realismo socialista, há de se opor um realismo interno, pela atitude (9), em que uma obra não seria taxada de progressista ou decadente por tratar figurativa ou abstratamente o seu tema, pelos canais prefixados ou pelo que individualmente pareceu preferível. Note-se ademais que êsse realismo pela atitude diante do mundo, êsse realismo interno e perspectivístico não se opõe ao que declaravam os grandes pensadores marxistas antes de Stalin. Cito de Engels o texto bastante conhecido de uma de suas cartas, dirigida à roman-

cista Mina Kautski: “É evidente que você sentiu a necessidade de tomar partido publicamente neste livro, de proclamar sua opinião ao mundo. . . . Acredito, porém, que a tendência deva se desprender da situação e da ação em si, sem ser formulada explicitamente e que o poeta não está na obrigação de administrar uma solução histórica vulgarizada para aplicar no futuro ao conflito que descreva” (10, pág. 140). Engels tampouco se oporia às idéias de Marx. E, se dêste não conhecemos afirmação tão contundente, podemos no entanto compreender a mesma posição de abertura, a mesma ausência de uma aplicação mecanicista dos princípios do materialismo dialético ao problema da arte por trechos diversos da sua obra. A admiração de Marx por um autor como Balzac que escrevia no prólogo da “Comédia Humana”: “J’écris à la lueur de deux Vérités éternelles: la Religion, la Monarchie”; a sua admiração, segundo depoimento de sua filha, pelo poeta Heine, apesar dos seus deslizes políticos, a sua preferência por um Goethe, em quem, no entanto, não deixava de reconhecer a cumplicidade do poeta com o cortesão; o estudo de uma arte como a grega, fundada, no entanto, em uma sociedade escravagista; a referência a Dante na portada de “O Capital”, poeta de uma expressão de mundo alienada e alienadora para Marx, todos êstes fatos apenas iluminam trechos em que Marx se refere explicitamente à posição da arte em relação à infraestrutura. Verifique-se o seguinte: “Sabe-se que, na arte, certos períodos florescentes não estão de modo algum em relação com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, por consequência, com a base material, a os-

satura de sua organização". (11, pág. 302).

Após a época stalinista a situação se transforma. A doutrina do realismo socialista que então se impõe há de ser compreendida a partir de causas históricas determinadas, desconhecidas no tempo dos grandes pensadores e líderes marxistas de antes. A saber: a) o fato de que o govêrno comunista da URSS se defrontasse com uma massa em altíssima proporção analfabeta, à qual era preciso demonstrar rotundamente até que o nôvo govêrno representava de fato os interêsses populares. Em decorrência, uma política de proletarização das formas de expressão era um meio não só de cativar mais amplos setores populares, como uma maneira de excitar a indignação dos inimigos em potencial que tivessem se mantido encobertos até então; b) ligue-se a isso a declarada orientação anti-intelectualista de Stalin. Trotski exercera, êle próprio, as funções de censor. Entretanto nem Trotski nem Lenin, que se opusera ao monopólio da cultura através da Proletcult (10, pág. 143) arrolharam a criatividade soviética; c) essa propensão anti-intelectualista do ditador por sua vez se associa à luta sem fronteiras contra os estados capitalistas, luta incrementada pela ascensão do nazismo ao poder na Alemanha e pela porta aberta que oferecia a China, associa-se ainda ao desaparecimento progressivo das grandes figuras intelectuais do marxismo (Plekhanov, Lenin, Rosa de Luxemburgo, Bukharine, Trotski, Gramsci, etc). Essa combinação de anti-intelectualismo de Stalin, da necessidade de uma política de mão de ferro e a burocratização do pensamento marxista ofereceu as condições

necessárias para o enrijecimento necessário ao realismo socialista.

Note-se como algo de semelhante acontecera durante a Revolução Francêsa. Enquanto as idéias dos enciclopedistas foram decisivas ao desenvolvimento da ideologia revolucionária, após a sua vitória um dos convencionais declarava: "Ce ne sont pas de savants qu'il nous faut, ce sont des hommes libres et dignes de l'être" (12, pág. 36). É que a revolução não se sentia segura e sobre a figura do intelectual despejava-se a desconfiança de traição. O homem de idéias é hostilizado quer quando um regime velho periclita, quer enquanto um nôvo ainda não se firmou. Pois as idéias são agentes de inquietação.

O conteudismo, portanto, passou a encarnar a posição oficializada do marxismo sobre o problema da arte a partir da época stalinista (13). Neste sentido, Chukrai não é mais que um seguidor.

Caracterizada a posição conteudista do autor, explicada a que situação sociológica responde o conteudismo, passemos a analisar pròpriamente as suas postulações.

A comercialização do cinema ocidental

No texto que segue, Chukrai comenta o modelo cinematográfico que substituiu o neo-realismo: "Os personagens dêsses filmes são prostitutas, rufiões e homossexuais. Nêles, o amor e os sentimentos puros e naturais dos homens são considerados como algo que passou de moda. A beleza e a poesia do corpo humano, em particular da mulher, são despejados de seu valor diante dos espectadores. Estertores agônicos, vômitos de sangue, estalidos de osos que se partem,

cenar de violação e abjeções semelhantes são objeto de deleite estético nas películas atuais”.

O autor verifica uma verdade. A comercialização do cinema é a decorrência da sua necessidade de consumo pelas massas. Reificadas pelo processo de produção capitalista, sofrendo da solidão e da angústia dos grandes centros urbanos as massas buscarão no cinema um meio de relaxamento para as tensões verdadeiras e ao mesmo tempo um meio de excitação para os seus sentimentos entorpecidos.

Chukrai então aponta uma verdade, mas nem por isso deixa de apontar parcialmente. A sua posição conteudista não faz por menos. A sua parcialidade decorre de que êle não reconheça que, por outro lado, essa apresentação da crueldade e do sadismo pode ser o meio adequado para a expressão de certa visão da realidade. Em “Hiroshima, Mon Amour”, por exemplo, a exposição do museu da guerra, a passagem do documentário sobre os efeitos da explosão atômica em que aleijões de homens põem-se ao lado das flôres que rebentavam da terra com violência antes nunca igual, têm a função de denunciar immanentemente a guerra e o homem. E ao homem menos porque faça a guerra e mais porque a fazendo, depois a esqueça. O homem tem pudor em guardar o que cometeu. Daí a sua crueldade. É então a crueldade do esquecimento humano o que Alan Resnais denuncia. O homem que esquece o amor é o mesmo que esquece a guerra. Em Hiroshima não se desliga o esquecimento do amor que morre ao esquecimento da cidade arrasada. E o amor que morre luta contra o amor que nasce porque sabe que

do seu nascimento mesmo cresce a crueldade da próxima deslembração. A visualização da crueldade praticada sobre a cidade japonêsa era, portanto, um elemento de consideração imanente.

Do mesmo modo em “Acosados” (À Bout du Soufle): o criminoso foge por um boulevard parisiense e se defronta com um desfile. Êle estaca e se aproxima no instante em que soa “A Marselheza”. Por que exatamente o hino nacional teve de ser escolhido? “Pour épater le bourgeois”? Por um pouco de comédia?! Não porisso. É que pela associação do canto da glória nacional à perseguição de Michel Poicard ressalta por contraste o absurdo e o caos que o cercava se faz plásticamente iminente. “A Marselheza”, por conseguinte, introduz uma nota de ironia interna sobre a diferença que caminha entre os homens aparentemente iguais, ao mesmo tempo que, então, intensifica a percepção de ato do criminoso Poicard.

Não podemos dizer, a partir das suas idéias analisadas, que Chukrai adotasse em uma de suas películas solução semelhante. Pelo menos, nenhuma observação sua parece lhe mostrar sensível portanto. O que afinal se nega é o próprio processo de metaforização desenvolvido extremamente pela arte contemporânea, no que se implica a recusa nada menos que de Eisenstein.

Negar a metaforização na arte é recusar a maneira mais apropriada de romper com os nexos abstratos de uma linguagem apenas lógica, recusando-se implicitamente então que a linguagem se reaproxime da realidade sensível. A posição do autor termina, por consequência, em valorizar a arte de consumo burguês da segunda metade do sé-

culo passado. Isso seria uma consequência paradoxal caso esta não fôsse uma arte fâcilmente didatizada e como tal simpática a uma posição marcada por uma valorização antes política que sensível da realidade.

Prossigamos com o nosso autor.

*O Cinema ocidental e o soviético:
o anti-herói e o herói*

Essa crítica conteudista, apoiada em um moralismo rigidamente político e préviamente fixado pelos cânones do realismo socialista, mostrará as suas maiores distorções na análise sucessiva dos cinemas ocidental e soviético.

a) Para o autor, malgrado os teóricos do capitalismo afirmarem que a liberdade individual é privilégio do seu regime, o filme ocidental de qualidade apresenta um indidíduo desgarrado, fazendo do desespero ou da incapacidade de encontrar uma solução para os seus dilemas o modo por excelência de suportar a vida. O bom cinema ocidental, portanto, é uma denúncia contra um sistema sócio-econômico que põe o indivíduo em uma porfia desesperada contra todos. Uma obra desta natureza expressa a decadência de uma sociedade, continua o autor. Daí que, em consequência, ela seja positiva como denúncia. Assim comenta Chukrai a respeito do "O Grito" de Antonioni: "Tôda a obra de Antonioni é um grito desesperado, que nasceu de uma trágica sensação de solidão e abandono". Mais adiante o seu pensamento se completa quando comenta acêrca de "O Ano Passado em Marienbad": Antes de tudo, a forma adotada não é a habitual. Sua singu-

laridade e sua inconclusão ou o dizer as coisas pela metade causam estranheza ao espectador. Os protagonistas de Alain Resnais não vivem uma vida real. A vida real os entedia... Não se dedicam a nada... O conteúdo de sua vida é um vazio encoberto com jóias, rendas e penteados. Mas existe o mundo dos sonhos, e para êle se encaminham, fugindo de sua vida tediosa. Êsses sonhos são vagos e incompreensível. Nêles tudo se reduz a alusões, existe a expressão de algo que os autores nem os protagonistas explicam. Nessas formas estranhas e sibilinas, o espectador procura e chega a acreditar ter encontrado um conteúdo. Em realidade, porém, não há na fita conteúdo algum: seu único conteúdo é o vazio".

Tão longa citação tem a vantagem de mostrar claramente o conteudismo e o moralismo do autor. "O conteúdo de sua vida é um vazio encoberto" e, por isso, o filme não pode ter conteúdo algum!

Note-se a coerência do ponto de vista do autor com a posição oficial do govêrno soviético — e sem essa concordância não haveria sentido em se dar tanta atenção ao seu estudo. As mesmas palavras transcritas acima serviriam para uma condenação in genere da pintura abstrata. É que esta invalida prèviamente uma aplicação conteudista e moralizante. Neste ponto pode-se melhor entender o fundamento da recente reação sofrida por um Evtouchenko que observa: "Eu considero como realista tôda a obra de arte que toca a alma humana, mesmo se ela não represente casas, homens ou árvores. Em troca, os quadros em que se veem árvores e homens são abstratos para mim se êles são sem vida

e nos deixam sem nenhuma emoção” (14, pág. 34).

b) Oposta a esta situação, Chukrai nos apresenta o cinema soviético. Êle nos fala dos transtornos do período stalinista. Êstes, entretanto, já estariam ultrapassados na data em que escrevia o seu estudo, pois, no entretempo, se realizara o XX Congresso do Partido: “Após o XX Congresso do Partido, iniciou-se um período do ressurgimento do cinema soviético. Voltaram a aparecer películas exaltando o homem simples, seu mundo interior e sua luta heróica”. E, mais adiante, sôbre “A Infância de Ivã” comenta: “os protagonistas da película não se entediam, não lhes causa angústia ter a consciência de sua própria insignificância. Sua consciência está limpa e clara... A consciência do dever ante os homens embeleza e faz palpar sua vida”. Acrescenta então que não contrapõe Tarkovskij a A. Resnais, logo atrás analisado, para colocá-los em um mesmo plano de igualdade. O seu propósito seria o de mostrar que o conteúdo diverso das duas obras resulta da contradição entre duas expressões da realidade. “Compreendo — diz Chukrai — que os que se acham no outro polo da arte refletem a vida tal como a conhecem, a percebem e a entendem. Não podem exprimir mais experiências nem mais sensações que as que têm a seu alcance. Sua honestidade é digna de respeito. Limite-me a assinalar o fato de que em meu país..... o povo e seus artistas não se desvinculam da vida, não perderam o tesouro da sua personalidade”.

Essa diferença de experiência da realidade explicaria a desconfiança perante o heroísmo que o cinema ocidental

apresentaria, enquanto o mesmo seria uma temática “natural” no cinema soviético. Chukrai cita a respeito um seu diálogo com Claude Chabrol e se choca com o pessimismo melancólico do diretor francês a se duvidar sôbre se ainda perdura o heroísmo na França atual. Para Chukrai, com razão, êste é um reflexo da estagnação da sociedade europeia. Entretanto muito menos aí o autor perderá a sua distorção conteudista: “O heroísmo foi sempre uma das mais brilhantes manifestações do espírito humano. Joana D’Arc,..... foram heróis cujas façanhas..... conservarão sempre um grande significado e *um elevado sentido estético*” (grifo meu).

É evidente como então se confunde o conteúdo positivo de uma ação humana com o caráter, que então será, de igual, positivo da sua expressão. Chukrai confunde o plano do acontecimento com o plano da expressão. De tôda maneira, em contraposição “lógica”, segundo o autor, o heroísmo é a temática natural ao cinema soviético, por ser o “semelhante” no plano da expressão de uma vivência comunal. Entende-se implicitamente que um filme soviético desheroificado — isto é, sem a “compreensão por parte do indivíduo de que se deve por inteiro à sociedade” — parecerá, de acôrdo com a tábua de valores exposta, quando nada estranho.

Aceita a oposição radical nas relações do indivíduo com a sociedade no Ocidente em relação à União Soviética, infere-se que tôda obra ocidental que contenha um perfil heróico será simpática aos adeptos da posição de Chukrai, assim como tôda obra soviética que mostre a incerteza ou a inquietude existen-

cial de grupos ou indivíduos soviéticos sentida como influência da burguesia decadente. A recente condenação da película "A Barreira de Lenin" de Marlen Khoutziev, a qual logo comentaremos, em discurso inflamado de Nikita Kruschev mostra a razoabilidade da reflexão.

Analisemos agora as opiniões expostas.

a) Parece, em primeiro lugar, lastimável que o autor não tenha absorvido os estudos sobre a sociedade e a cultura européia desenvolvidos por marxistas da categoria de G. Lukács, L. Goldman, A. Gramsci e Walter Benjamin. Com eles, o diretor soviético evitaria o simplismo que expõe. Pois, na verdade, Chukrai não está basicamente errado quando observa o desgarramento do indivíduo no Ocidente. Em Lukács e em Goldman ele encontraria as análises mais penetrantes sobre o fenômeno básico à compreensão humana de uma sociedade capitalista avançada: o fenômeno da reificação. Assinale-se de passagem que o estudo de reificação liga-se diretamente aos escritos de Marx. Goldman refere-se a Lukács e este na "Histoire et Conscience de Classe" remete explicitamente a "O Capital". O mérito de Lukács esteve em criadoramente estender pela primeira vez as análises econômicas de "O Capital" aos campos da literatura e da política.

Pelo fenômeno da reificação, o modelo das relações capitalistas de troca, em que desaparece a qualidade propriamente individual do objeto e ele é substituído pela idéia de produto (i. e., quantidade de horas de trabalho coaguladas sobre ele mais o lucro do empresário), se estende a todo o conjunto da

realidade psico-social humana. E assim os companheiros do homem se convertem em peças de um vasto xadrez em que estão todos metidos; a consideração individual cedendo lugar à consideração objetivada do outro como peça, importante ou secundária para o meu jogo. Daí concluísse Goldman que a autenticidade individual vai-se recolhendo à espera do lar e à própria subjetividade, onde afinal se fixa e se põe em posição de contraste e equilíbrio com a inautenticidade objetiva.

No estudo de W. Benjamin sobre Baudelaire, encontraria o autor o exemplo de um poeta obrigado a instaurar uma forma de poeticidade distinta da até então tradicional por efeito do aparecimento das massas urbanas e do processo de reificação que já se corporificava nos meios de comunicação humana. Mas por essa pressão de uma realidade que se reificava não se deduz que a poesia de Baudelaire fôsse uma resposta igualmente distorcida.

Ao refletir, porém, sobre estas análises, Chukrai se proibiria do seu conteudismo básico. Pois aqueles autores lhe diriam que o processo de esterilização dos laços comunitários não implica em que a obra de arte aí nascida seja só expressão do degradante. Chukrai compreende simplistamente a obra como uma cópia ou um espelho. Sendo a obra de arte uma interpretação da realidade ao nível do imaginário, é na medida em que o criador penetra neste círculo infernal que ele se capacita a formular o seu ultrapasse (16). Pois da visualização penetrante de uma situação decorre a consciência aguda para ultrapassá-la.

Falta em suma a Chukrai uma compre-

ensão verdadeiramente dialética da posição da obra de arte diante da sociedade. Por essa carência, êle não compreendeu o cinema ocidental, nem mesmo quando o elogiou. O cinema ocidental não é só visão de uma sociedade degradada, sôbre a qual se pudesse jogar a visão oposta de outra sociedade. A arte criadora não é só denúncia nas formulação e daí que não é só expressão da já patente, mas também expressão de um mundo apenas ainda latente. Por isso a grandeza de Kafka não tem por efeito que se diga: Kafka mostra o que devemos destruir. O mero ato de destruição é sempre um ato de fora. É de dentro da visão de Kafka que se deve expressar o ultrapasse do absurdo. É, por isso, com simpatia que encontro estas observações apoiadas em um dos ítems apresentados pelo representante da Juventude Comunista Italiana ao Congresso dos Estudantes Comunistas Franceses: "Alain Resnais e Antonioni fizeram ressaltar a exigência de uma moral nova, ou melhor de um estilo de vida conforme às mudanças políticas, científicas e técnicas do nosso tempo" (17, pág. 13).

Exigir, no entanto, de um autor soviético a reflexão sôbre os marxistas não ortodoxos ainda parece um contrasenso. Os têrmos da campanha movida contra G. Lakâcs continuam infelizmente a parecer possíveis.

b) A imagem unilateral das relações indivíduo — comunidade — arte no Ocidente corresponde o unilateralismo paralelo no caso soviético. É certo que não temos elementos para uma análise sequer sucinta da sociedade. Isso não seria escusa para que se pusesse em discussão os efeitos positivos que representa a Revolução de Outubro. Discute-se,

porém, se êsses efeitos foram suficientes para que o perfil das relações indivíduo — comunidade traçado por Chukrai seja mais do que simplista e falso. Pois, se lhe entendemos, o culto do herói no cinema soviético é a expressão natural de uma profunda comunhão do indivíduo com o seu grupo. Comunhão de tal monta e de tal expressão que não seria adequado expressá-lo senão apresentando o seu heroísmo. Assim se explicaria que apenas cortado o mal de stalinismo tenha o cinema soviético voltado a cantar o simples homem do povo. A dar crédito, no entanto, ao poeta Evtouchenko uma outra interpretação é plausível. Enquanto Chukrai louva o XX Congresso do Partido que permitiu pudesse voltar a ser sentida a espiritualidade do seu povo, expressa no heroísmo do homem comum, Evtouchenko entende a questão de modo diferente: "Na imprensa e na literatura introduzia-se precisamente um herói nôvo — assinale-se que o autor refere-se precisamente ao mesmo período seqüente às decisões do XX Congresso —: "O simples cidadão soviético". Era em sua glória que se compunham canções, escreviam-se livros, faziam-se filmes. Era a êle que se elogiava ferozmente nos discursos políticos. Ora eu havia descoberto durante a minha viagem (à sua cidade natal de Zima, Sibéria) que "o simples cidadão soviético" não era tão simples quanto se dizia. E êle se me tornou mais caro" (18, pág. 31).

Segundo Chukrai, as relações capitalistas sacrificaram a simplicidade do cidadão ocidental. Em seu lugar, surgiu um ser angustiado e incerto, tendo no vazio e no desespero a sua afirmação existencial.

De acôrdo com esta idéia, ser simples

então significa a ausência de uma densidade dolorosa: ausência por desconhecê-la, não porque a ultrapassasse. Como então se distinguiria, dentro desta idéia, o simples do ingênuo? Será que simplicidade se confunde com ingenuidade? Ser simples não significa deixar de conduzir uma grande complexidade de conteúdo. O cristal é uma figura geometricamente simples, mas basta um raio de sol para que êle se refrate em tôda a sua complexidade. A ingenuidade ao contrário é que significa ausência, ausência inclusive de um conhecimento da dor, da angústia, da inquietude. Um homem simples não é aquêle que desconhece a dramaticidade da sua condição, mas o que a harmoniza internamente e com ela vive equilibrado.

As palavras de Chukrai não permitiriam dizer se a comunidade soviética seria diversa da ocidental porque desconheça a dor que a esta perfura ou porque a tenha humanamente ultrapassado. Comparando-se então as suas palavras com a de Evtouchenko a conclusão a que chegamos é a de que Chukrai, no afã de provar a superioridade das relações soviéticas, terminou por uma visão falseadora do povo. Seria êle ingênuo ou simples? Evtouchenko retira a questão. No seu povo que o acompanha e o interroga no trem para a Sibéria êle encontra uma maturidade humana e não um conteúdo de ingenuidade. E como não há maturidade que não implique em uma capacidade de reflexão, é que essa gente se interrogava sôbre si mesma e sôbre o que significavam as tormentosas revelações então publicadas sôbre o seu condutor, Stalin.

Se então lemos correto, o conteudismo do autor cria uma imagem grosseira

do seu povo. Neste ponto êle é mais uma vez coerente: o conteudismo é uma forma de selecionar o que desejamos "ver" na realidade.

Chukrai, no entanto, não representa um ponto de vista particular. A mesma posição conteudista provoca em Krouchev a ira contra uma película que teve a desgraça de não apresentar o povo russo como tão "simples" quanto se quisera. Segundo o comentarista K. S. Karol, Krouchev indignou-se profundamente, em "A Barreira de Lenin", com a cena do encontro de Serguei, um dos três personagens centrais, com o seu pai, anteriormente morto na guerra. No seu último discurso aos escritores e artistas, aborrecido Kroutchev exclamou: "Pode-se verdadeiramente pensar que o pai deixasse o seu filho sem conselho, que não indicasse como encontrar o seu roteiro na vida?... Todo o mundo sabe que mesmo os animais ajudam aos seus filhos. Jogue-se um cachorrinho na água que a mãe saltará por sua vez para salvá-lo e isso quaisquer que sejam os riscos" (19, pág. 13).

Nas palavras diretas de Kruschev se mostra claramente que o problema abordado na película chocou-se com a sua idéia básica sôbre as relações do indivíduo com a comunidade na URSS.

Em conclusão, compreende-se como no quadro analisado é precária uma apreciação pròpriamente estética, totalizante, dialética e não conteudística da obra de arte. Não queremos dizer com isso que a posição de Chukrai e o próprio realce da idéia do herói do povo não indiquem certo avanço quer quanto à situação soviética em geral, quer quanto ao problema do culto da personalidade. Quanto ao primeiro, que Chu-

krai escreva: "O essencial na obra de arte não reside na autenticidade dos fatos por si mesmos... O essencial da obra artística e de sua veracidade reside *no que* expressa o artista", já representa uma brecha contra o bloqueio conteudístico.

Quanto ao culto da personalidade, é bastante claro que o realce do herói anônimo contraria a veneração das personalidades carismáticas. Este combate, entretanto, através da ênfase no papel histórico do herói popular, tal como Chukrai expõe, confundindo ingenuidade com simplicidade, denota a perigosa permanência de um espírito anti-crítico nos círculos a que pertence o autor. Essa anti-criticidade faz com que o autor recaia num erro primário de apreciação estética e ética a respeito do herói.

De um ponto de vista de realização estética nenhuma diferença faz que os personagens da obra analisada sejam ou não heróicos, sejam honestos ou hipócritas, bondosos ou avaros. Não é pelas virtudes apresentadas que se classificam os personagens de uma obra. Quando uma crítica conteudística dá a primazia a um tipo em detrimento de outro, ela desconhece, em primeiro lugar, a diferença que há entre o plano do acontecimento e o plano da expressão. Por outro lado *mesmo do ponto de vista estritamente ético* o herói não é uma criatura obrigatoriamente superior ao anti-herói.

Desenvolvamos as duas observações.

No plano do acontecimento, plano que é o da existência cotidiana, os fatos valem em relação a si mesmos. Eles são autônomos em relação ao que se lhes seguiu ou lhes foi correlato. Os fatos só se interrelacionam na medida em que são interpretados uns quanto aos outros

ou quanto ao bloco de outros. Não basta, entretanto, a narração de um fato para que êle seja tido como interpretado, assim como não basta uma interpretação para que êle já penetre no plano da expressão. Pois neste é o próprio conceito de realidade que se modifica. Enquanto no plano dos acontecimentos se julga o que é realista segundo um cálculo de probalidades, algo me parecendo mais real na medida em que é provável que aconteça mais vêzes, no plano da expressão, real é tudo o que se mostre humanamente provável, por efeito da coerência interna estabelecida na estrutura proposta à análise. Real no plano da expressão é tanto o passeio das bruxas voadoras de Goya, quanto a avareza e a cobiça dos personagens de Balzac. Como consequência prática, não se pode julgar do critério de realidade de uma obra de acôrdo com um padrão de realismo válido no plano dos acontecimento. Neste o decisivo é a semelhança encontrada, naquele, o decisivo é a formulação de mais realidade conseguida. Como consequência, a respeito do herói e do anti-herói uma crítica realmente totalizante não tem de ser preocupar em que mostre ser o heroísmo verdadeiro, possível na atualidade, vivo aqui ou morto ali. *Nada disso afeta ao problema do heroísmo expresso na obra de arte.*

Responda-se que o autor não fala de heroísmo para mostrar a superioridade pròpriamente dita do cinema soviético, mas sim a superioridade das condições de vida do seu povo. Sendo verdadeira, a afirmação invalidaria qualquer intenção de caráter pròpriamente estético como seria de se esperar de um diretor de cinema. Mesmo, porém, den-

tro do mero campo de apreciação sociológica continua discutível a afirmação. Pois não é pela existência efetiva de heróis populares que se comprova a grandeza da causa pela qual êles se tenham batido. Não se trata de negar, repito, a vitória do povo russo com a derrota do czarismo. Preocupa-nos, porém, que um diretor de cinema soviético se afane em querer dar uma idéia uniformizadamente positiva das relações do indivíduo com a sua comunidade. Isto no mínimo seria ingênuo. E assim as palavras com que Chukrai explica o modo como Stalin foi possível se voltar contra a própria nova situação que Chukrai representa, acusando-a de ainda não oferecer condições de auto-críticidade bastante para que agora sejam impossíveis distorções semelhantes às stalinistas. Leia-se o seguinte período: "Por sua fé sagrada no comunismo, ao qual ofereciam as melhores fôrças de sua alma e com o qual vinculavam seus mais nobre anseios, os comunistas soviéticos podiam supor, com pleno fundamento, que o homem que se achava à frente de sua luta era mais reto e mais desinteressado ainda que êles mesmos. *Por acreditar em cada uma de suas palavras, ignorávamos então que o monopólio sôbre a verdade leva à mentira.*" (grifo meu). Pois bem, ou nos enganamos ou o seu louvor do herói na arte indica a permanência de uma mentalidade capaz de crer com "completo fundamento" em inverdades. E aos que não bastem as retificações a posteriori, Chukrai deve levantar dúvidas bastante sérias. Porquanto, e então entramos no desenvolvimento da segunda objeção, um herói não é obrigatoriamente um justo. O que eram os famosos heróis das epo-

péias homéricas além de condutores de bandos de guerreiros que sobrepujavam aos condutores de outros bandos igualmente cobiçosos de saques e desposos? Nem por isso Homero deixou de ser Homero. Exatamente porque uma falha ética nada implica quanto ao valor estético é que se há de procurar critérios mais sensíveis para a valorização dos conteúdos criados pelo homem. Voltando ao exemplo, nem no plano da expressão a arbitrariedade dos heróis homéricos interferiu, nem no plano dos acontecimentos, onde se afere a conduta ética dos indivíduo, a constatação do heroísmo indica uma conduta positiva de per si.

Se Homero pode parecer um exemplo muito longínquo, que se pense nos heróis portugueses tão altamente cristianizados por Camões. Que seriam êles verdadeiramente? Que nos responda Fernão Mendes Pinto na "Peregrinação: um bando de fidalgos arruinados e cobiçosos de lucros. Mas nem por isso Camões diminui ou Fernão Mendes o iguala.

Afinal não merece se insistir sôbre distinção muito clara. Se Chukrai não a empreende é de se desconfiar ao menos da sua capacidade crítica pessoal. Mas a conclusão ainda não é satisfatória: Chukrai demonstra um tal conformismo que a sua linha tende naturalmente a hostilizar tôda a reação a uma expressão individual pouco típica. É neste sentido que a sua posição ainda não encarna o salto esperado do passado stalinista. Assim é que a exaltação da heroicidade do "simples cidadão soviético" encontra os seus antecedentes naquela época. Evtouchenko nos conta como o aço se convertera no herói su-

premo durante o stalinismo (texto referido atrás), o que representava a substituição ou o acréscimo de um tipo mais antigo de herói, o “herói lírico”. Sobre êste êle escreve: “Durante muito tempo, muitos poetas soviéticos recusaram-se a desvelar os seus próprios pensamentos, as suas contradições e a complexidade dos seus problemas pessoais. Então, muito, naturalmente, êles chegaram ao mutismo a respeito do que os rodeava.

Houve um tempo, após a Revolução, em que os poetas comunistas fundaram a associação da “cultura proletária”, crendo ingênuamente servir assim ao seu ideal, decidiram falar unicamente dizendo “nós”. Êles batiam desesperadamente os tambores dos seus talentos para sufocar a sua própria melodia.

Os que lhes sucederam já escreviam na primeira pessoa do singular. Mas continuavam a conduzir o pêso dêste gigantes acessório chamado “nós”. Que um dêles dissesse: “Eu amo” e se compreendia, “nós amamos”, a tal ponto êles eram prisioneiros dos seus artificios.

Foi nesta época que os críticos literários tiveram o engenho de inventar a teoria do “herói lírico”. O poeta, diziam êles, deve cantar as virtudes superiores” (20, pág. 16)

Creio que não seja forçado ligar-se êste temor de expressar o que fôsse mais íntimo com o ideal mais recente de captar o “simples cidadão soviético”. A permanência dos princípios do realismo socialista e de uma crítica então conteudista apoiada sôbre êle parecem demonstrar que Stalin ainda não é o vulto de uma época morta.

Conclusão

Pretendemos, em síntese, mostrar que a crítica conteudista de G. Chukrai está diretamente entroncada na posição da ortodoxia comunista que fixa qual o comportamento “progressista” diante da realidade.

A partir de então procuramos mostrar que a sua insuficiência é mais do que o resultado de uma simples carência ou arbitrariedade dos seus fundamentos estéticos. É neste sentido que as idéias do autor apontam para um grave problema que se põe a todo o marxista não acomodado: não basta romper com a exploração do proletariado e lhe oferecer condições de uma existência digna, não basta montar uma notável indústria de base e ter voz forte nas reuniões internacionais, nem lançar naves interplanetárias para que se estabeleçam condições efetivas de liberdade criadora. O que vale dizer, a experiência soviética demonstra que a desalienação do homem ainda não se afirma a partir da modificação da sua infraestrutura alienante. Ela é um processo por etapas e nada nos diz que de etapas que sejam *naturalmente vencidas*. Por sua conquista, a consciência e a honestidade do homem devem continuar tão empenhadas na União Soviética, ao menos na de hoje, quanto no Ocidente.

A êste respeito é que a análise do conteudismo na arte nos parece de importância fundamental. O conteudismo termina extravasando até o político, em que a sua insuficiência analítica se converte em um critério de arbitrariedade, tal como sucedeu no caso lembrado de G. Lukács.

Para os que se contentem com as op-

ções já traçadas, não custa recorrer ao próprio Chukrai e repetir a falácia da chamada liberdade individual das massas no Ocidente. Esperamos, contudo, que êstes comentários sirvam ao menos para os que recusem qualquer forma de lucidez menor. Não é um refinamento de intelectual que suscita essas objeções. É que, para dizer mais uma vez com Evtouchenko: "da fé cega à descrença total não há mais que um passo". E então só uma lucidez totalizante, que por ser solidária não se negue totalizante, poderá nos defender.

(1) Aliás esta idéia parece vir se estendendo numa progressão animadora entre círculos marxistas europeus e brasileiros. Neste sentido, a tradução do ensaio muito bom de Ernst Fischer, em "Estudos Sociais", março de 1963, intitulado "Do Real na Arte Moderna", é um sinal mais do que promissor. Lamentamos não poder utilizá-lo aqui por só termos tomado conhecimento do mesmo quando já redigido o presente ensaio.

(2) Não queremos com isso afirmar que a distinção não seja utilizada por autores que nada tenham a ver com o marxismo.

(3) "Contribución a la Estética", tradução ao espanhol da Editorial Poseidón.

(4) A condenação de G. Lukács ultrapassa a uma consideração intelectual. Note-se no trecho seguinte como a acusação de que Lukács era um traidor se fundava em uma tirada rasgadamente conteudística: "Lukács se traçou um roteiro errôneo, inclusive do ponto de vista da solução das tarefas democráticas, ao se orientar para a democracia plebéia e ao aderir ao plano das tarefas democráticas gerais. Esta é, por exemplo, a fonte do esquecimento em suas obras de história da literatura e da estética, do aparecimento e desenvolvimento da literatura socialista proletária na Hungria, Alemanha, etc, em favor dos escritores antifascistas que representam o humanismo burguês". "Relações entre as Idéias Políticas e Filosóficas de Lukács", de J. Sziget, "Estudos Sociais", número de março-abril de 1959, págs. 82-3. A argumentação seria ridícula se tivesse de fato um propósito de análise do pensamento do acusado. Entretanto ela nada tem de ridícula. Ela é uma peça de acusação política e como tal funciona com perfeição.

(5) Para a análise do problema do fragmento em Sousândrade veja-se "O Campo Visual de Uma

Experiência Antecipadora", em "Estudos Universitários", n.º 2, 1962, Recife.

(6) Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce, Giulio Einaudi Editore, 1949.

(7) "Goethe et la Révolution Française", págs. 211 a 228 de "Recherches Dialectiques", Gallinard, Paris, 1959.

(8) Na "Autobiographie Précoce", publicada no L'Express, 7 de março de 1963.

(9) Encontro no artigo "Um Altro Realismo" de Gilberto Finzi, publicado em Aut Aut, número 71, setembro de 1962 observação semelhante: "Distingamos, antes de tudo, *realismo* de *naturalismo*; ter-se-á, com isso uma restrição benéfica. Demos a *realismo* o significado e o sentido de um ponto de vista, de *partida* do escritor, uma perspectiva e não um estilo. De uma concepção de realismo "interno", de um presuposto de consciência histórico-ambiental precedente à obra e ao fato estilístico, fantástico parte, por exemplo, um Brecht".

(10) Citado por Edmund Wilson em "Literatura y Sociedad", tradução ao espanhol do original "The Triple Thinkers", Editorial Sur, Buenos Aires, 1957.

(11) Apêndice à "Contribution à la Critique de L'Économie Politique", Éditions Costes, Paris.

(12) Cit. por Louis Bodin, em "Les Intellectuels", P. U. F., Paris, 1962.

(13) Sendo uma manifestação de teor anti-intelectualista, no entanto, o anti-intelectualismo é um fenômeno bem mais vasto que o analisado aqui, veja-se a respeito o artigo de Kurt Wolff, "The Enemy Within: Anti-Intellectualism", in Centennial Review, Winter, 1963. O conteudismo apoiado no realismo socialista apenas corporifica a manifestação anti-intelectualista mais grave de hoje pelo fato de que receba a chancela oficial de um regime.

(14) Na já citada "Autobiographie Précoce", 21 março de 1963.

(15) Oeuvres Choiesies, trad. de Maurice Candillac, Editions Julliard, Paris, 1959.

(16) A respeito das relações do real com o imaginário vejam-se os recém-publicados estudos de José Guilherme Merquior e de Pierre Furter respectivamente nas revistas "Senhor" mês de abril e "Tempo Brasileiro", mês de março), intitulados e "Do Valor Atual da Teoria Lukacsiana da Literatura".

(17) L'Express de 28 de fevereiro de 1963.

(18) L'Express "L'Autob. Précoce", 14 de março de 1963.

(19) Para que se compreenda a ira de Krouchev faz-se necessário reproduzir a estória de "A Barreira de Lenin". Em resumo ela podia ser assim contada: os seus três personagens, Serguei, Kolia e Slavek são igualmente operários. Todos, nascidos após a guerra, não conheceram o período stalinista. Nos seus encontros, eles se interrogam sobre o futuro e se entediam. Será no entanto com Serguei que se exprimirá a insatisfação comum. Não tendo conhecido o seu pai que morrerá durante a guerra, Serguei espera, porém, que por ele encontrará a resposta para os problemas que lhe atormentam. "Sonho ou alucinação — observa o comentarista em que nos apoiamos — não se sabe, mas Serguei reencontra finalmente ao seu pai". E enquanto bebem juntos entre eles se trava o seguinte diálogo:

— "Pai, eu queria morrer ao teu lado.

— Mas não. Por que tens tais idéias? Deves viver.

— Viver? Mas como viver? Insiste Serguei.

O pai o encara tristemente e pergunta:

— Que idade tens?

— Vinte e três.

— E eu vinte e um! Acrescenta o pai antes de desaparecer nas brumas e se reunir aos seu camaradas.

Serguei não encontrou resposta nem entre os vivos nem com o pai morto. Ele se reencontra com os amigos e deambula pela Praça Vermelha. Subitamente eles se parecem a três soldados da revolução que percorriam em 1917 os mesmos lugares, na esperança de encontrar o caminho da felicidade". L'Express de 21 de março de 1963.

(20) "L'Autob. Précoce", L'Express de 21 de fevereiro de 1963.

RÉSUMÉ

NOUS avons l'intention de montrer que la critique du contenu de G. Chukrai est directement enracinée dans la position de l'orthodoxie communiste qui fixe quel est le comportement "progressiste" devant la réalité.

A partir de là nous tâchons de montrer l'impossibilité d'une analyse de son insuffisance comme résultat d'un simple manque ou la qualité arbitraire de ses fondements esthétiques. C'est dans ce sens que les idées de l'auteur montrent un grave problème qui se pose à tout marxiste non conformiste: il ne suffit pas de rompre avec l'exploitation du prolétariat et de lui offrir les conditions d'une existence digne, il ne suffit pas de monter une

industrie de base notable, et d'avoir une voix forte dans les réunions internationales, ni de lancer des vaisseaux interplanétaires pour que s'établissent les conditions effectives de la liberté créatrice. Ce qui revient à dire que l'expérience soviétique montre que la désaliénation de l'homme ne s'affirme pas encore totalement à partir de la modification de son infrastructure aliénante. Elle est un processus par étapes et rien ne nous dit qu'il y a des étapes qui soient naturellement vaincues. Pour sa conquête, la conscience et l'honnêteté de l'homme doivent continuer à être aussi engagées en Union Soviétique, au moins celle d'aujourd'hui, qu'en Occident.

ABSTRACT

THE author tries his hand at showing the close relation between G. Chukrai's content critique and the orthodox communist line of thought which decides as to the "progressive" behavior before reality.

From then on the impossibility of an analysis of his defective views as resulting from an unsuitable and arbitrary esthetical basis is shown.

It is in this sense that the author's ideas seem to point to a rather serious problem concerning any non-domesticated marxist: it is not enough to do away with the exploitation of the proletariat and offer it conditions for a more dignified existence; it is not enough to set up a remarkable

basic industry and to have a bearing upon international summit meetings; neither is it equally sufficient to launch interplanetary spaceships in order to bring about the effective conditions for a truly creative freedom. Which amounts to saying that the Soviet experience shows how the de-alienation of man is not still complete with just the modification of his alienating infra-structure. De-alienation seems to be a process which goes through its phases and which tells us nothing of the phases that might *naturally* be covered. Man's consciousness and honesty must ever be on the go just as much in the Soviet Union as in the Western World, since they represent a conquest.

ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Inflação: O Modelo Brasileiro

Formulação do problema

UMA ANÁLISE DA ECONOMIA brasileira do ponto de vista de suas estruturas de produção revela a existência de três setores diversos coexistindo num mesmo sistema: um produzindo para a exportação, outro em que predominam atividades de subsistência, e o terceiro constituindo o núcleo industrial formado com base no mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita.

A economia de exportação é fruto do capital europeu da época do mercantilismo. Caracteriza a sociedade colonial, exportadora de produtos tropicais obtidos, em larga escala, pela especialização em atividades agrícolas. Cresce de forma extensiva, pela incorporação de recursos ao processo de exploração colonial. Reflexa, depende de fatores exógenos e das decisões externas para se desenvolver.

O setor de subsistência resulta dos efeitos da involução da empresa colonial agrícola sobre economias agropecuárias dependentes, formadas em função das necessidades do abastecimento da sociedade monocultora. São atividades marginalizadas, dificilmente mensuráveis em termos de agregados de ren-

uma perfeita confluência entre o conda, tanto mais quanto sabemos haver sumo e a utilização comercial do produto.

A economia industrial, finalmente, surgiu com base no mercado interno gerado pela massa de salários ligada ao setor de exportação (café). Forma-se em decorrência da procura pré-existente de manufaturas, antes atendida com importações. É um processo de substituição de bens importados por manufaturas produzidas internamente.

O sistema econômico brasileiro apresenta-se, assim, como uma estrutura subdesenvolvida complexa que já esgotou o velho módulo de crescimento extensivo, dependente somente das exportações. Que deslocou o impulso dinâmico do exterior para o núcleo industrial doméstico. Que interiorizou o centro das decisões econômicas, adquirindo individualização e autonomia.

Esse deslocamento do eixo da economia nacional é o resultado do processo de transição que se verifica nos três últimos mas sobretudo nos dois últimos decênios. Processo de mutações irreversíveis, de progressiva diferenciação de estruturas. Mas processo que não se

operou sem a ocorrência de fortes pressões inflacionárias. Realmente, o intenso progresso dos últimos decênios teve como contrapartida forte surto de inflação, com efeitos persistentes sobre o nível geral dos preços, sobre a distribuição da riqueza social. Revela, nos últimos anos, uma tendência ao agravamento: o aumento percentual dos preços foi, com efeito, de 51% no triênio 1950-53; de 76% no seguinte; de 81% de 1956 a 1959; de 126% nos últimos três anos. Em 1962, calcula-se que será superior a 50%.

A constância do fenômeno, que se exaspera à medida que crescem as taxas cumulativas de desenvolvimento (2,7%, no período de guerra, e 6% a partir de 1946), tem dado margem a generalizações infundadas. Parece, contudo, que não se justificam, as correlações causais que se pretende estabelecer entre inflação e desenvolvimento de áreas deprimidas. Inflação e subdesenvolvimento se interrelacionam certamente, nos últimos anos, mas não de maneira uniforme. A própria América Latina oferece exemplos de estagnação e inflação (Argentina), desenvolvimento e estabilidade (Venezuela, antes de 1958), de estagnação e estabilidade (Cuba, antes de 1959). De inflação com desenvolvimento (Brasil). Cremos poder dizer, porém, com segurança — e é o que tentaremos demonstrar a seguir — que, nos moldes em que se processou o surto industrial brasileiro, a inflação resultou ser, pelo menos, a condição necessária para o desenvolvimento. O nosso objetivo será, portanto, analisar as várias pressões inflacionárias estruturais engendradas pelo modo como interagem as forças econômicas do desenvolvimento

nacional. Seriam elas a resultante de um desequilíbrio ao nível das formas e dos fatores de produção, de uma contradição de estruturas, o fruto da coexistência de tempos econômicos distintos.

Pressões inflacionárias

Já vimos que, do ponto de vista de seu organismo de produção e de comércio, o Brasil se apresenta, nas últimas décadas, como uma economia exportadora de produtos primários — parcela significativa do produto nacional — com um núcleo industrial diversificando-se, origem de crescente substituição de importações. Ao mesmo tempo em que mantém o setor tradicional de exportação, desenvolve novas formas de crescimento endógeno, em função de um mercado interno com amplas potencialidades. O produto nacional cresce firmemente. Mas, com a industrialização, a parcela de produtos manufaturados de consumo que é importada diminui com rapidez; o seu valor decresce com relação ao produto global. Isto significa que o produto interno bruto é cada vez maior do que o valor total das exportações, simplesmente porque uma percentagem dêle, sempre crescente, se deve ao setor industrial. Em outras palavras o desenvolvimento brasileiro se faz com industrialização.

Ora, as novas formas de desenvolvimento econômico não se instalam sem a ocorrência de mudanças qualitativas profundas na engrenagem de produção, nas relações sociais: a fase de trânsito que corresponde às duas últimas décadas é marcada por essas transformações estruturais: transformações ao nível das

relações de produção, dos organismos sócio-políticos, das formas institucionais.

Sabemos que substituição de importações significa industrialização. Esta não se faz sem um movimento de concentração de fatores, sem o desenvolvimento das cidades (urbanização). Ora, enquanto processo que integra e aproxima populações, a urbanização desenvolve mudanças substanciais nas formas de convivência e de trabalho, nos hábitos de consumo, constituindo-se um dos fatores do rápido crescimento da demanda. Consequência dos investimentos industriais, implica aumento e maior distribuição de rendas (salários, pagamentos aos demais fatores). Condiciona o aparecimento de um proletariado urbano, pelo menos com algum poder político. Alimenta pressões sociais contra o subconsumo, o subemprego. Força uma elevação do produto global e, portanto, do consumo médio. Demais, à medida que a urbanização se desenvolve, forma-se um desajuste estrutural, denso de implicações humanas, entre as cidades e os campos. As migrações não se devem tanto à necessidades do mercado de mão-de-obra quanto à enorme atração que as cidades exercem sobre as populações rurais excessivas. As esperanças, as aspirações econômicas se nutrem (efeito demonstração); geram-se novas necessidades e novos hábitos de consumo, que o espírito de imitação, as facilidades de crédito ao consumidor (vendas à prestação) incentivam. Novas pressões se somam às já existentes, no sentido da elevação do consumo mínimo. Deflagra-se toda uma série de mecanismos em cadeia, com efeitos acumulativos.

A industrialização, portanto, vindo ao encontro de uma procura de manufatu-

ras pré-existente e ligada ao setor de exportação, vai criar, por um processo endógeno conhecido, mais necessidades de consumo — consumo de alimentos, crescente consumo de manufaturas. Gera um amplo excesso de demanda, amplia de muito as exigências do mercado.

*Crescimento da demanda e oferta rígida:
inflação de "custos"*

É uma função de um aumento das necessidades do consumo geradas pela industrialização e da tendência altamente inelástica da produção para o abastecimento que se verifica o primeiro hiato estrutural, causa de uma pressão inflacionária persistente.

A economia agrária brasileira desenvolve atividades divergentes: produz ao mesmo tempo para a exportação e para o consumo interno. O setor tradicional de exportação — a velha economia monocultora e latifundiária — é altamente resistente às mudanças que se processam. Encolhe-se em suas estruturas ancilosas e, a partir de reduções da demanda internacional, ou mantém o nível anterior de produção, dilatando-se mesmo (rigidez), originando problemas de excessos produtivos de difícil colocação, ou se contenta com um regime de subutilização de recursos. Por outro lado, o setor de exportação, em face da preponderância que mantinha dentro do módulo exclusivo da economia colonial, desfruta de considerável poder político. Controla mesmo a política econômica do governo, beneficia-se do crédito, dos demais estímulos à produção.

O setor do abastecimento, que em parte regrediu para economia de subsistência com pequena faixa de comer-

cialização, sem nobreza e desarmado, permanece atrofiado, responde com atraso aos estímulos da demanda que se forma. Sofre de desajustamentos estruturais ao nível das relações com a terra, (distribuição desigual de propriedades, latifúndios parcialmente improdutivos), das técnicas agrícolas, das decisões de produzir, lentas em seus reflexos. Difícil lhe é o crédito, precária a comercialização (à época das colheitas, verificam-se baixas abruptas nos preços dos gêneros). São claras as conseqüências desses fatos sobre a produtividade e o volume da produção, cuja taxa de incremento era, até 1960, de 2,3% (1958-59), para um aumento demográfico de cerca de 2,9% e um acréscimo anual da renda per capita de 3,5%.

A pressão inflacionária aí formada, de pesados efeitos acumulativos, é bem conhecida. O próprio aumento populacional, mantidos os mesmos padrões de consumo, seria suficiente para causá-la. Mas a êste se acrescenta o aumento das rendas — inclusive no setor dos salários, onde a parcela dos alimentos no consumo normal é muito alta. A demanda adicional que se forma não pressiona, a curto prazo, a economia agrícola, rígida, de respostas tardias, distanciada dos efeitos comunicadores dos fluxos de renda, mergulhada em suas estruturas pré-capitalistas.

Sucessivos aumentos no preço dos gêneros são as conseqüência lógica, aumentos quase sempre muito maiores do que os verificados em outros setores produtivos. Assim, até agosto deste ano, o custo da alimentação aumentou de ... 36,5% em relação aos preços de 1961, tendo o nível geral dos preços se elevado de apenas 22%.

O preço dos gêneros tende a elevar o preço de todos os fatores. Geram-se pressões acumulativas ao nível dos salários, elevam-se os custos industriais. Diz-se então que subiu o custo de vida.

Desequilíbrio de fatores e infraestrutura inadequada.

O surto industrial, porém, não cria necessidades de consumo somente no setor de alimentos: é óbvio que gera, também, uma crescente demanda de produtos manufaturados, tanto mais quanto implica em um crescimento das cidades, onde é maior o consumo de manufaturas. Por outro lado, a industrialização em uma economia subdesenvolvida não se isenta dos desajustes que lhe são próprios, sobretudo de um desequilíbrio ao nível dos fatores. Assim, a maior parte da força de trabalho é formada por trabalhadores egressos do campo, sem habilitação técnica para a indústria; o mercado de capitais é imperfeitamente competitivo; na ausência de um mercado financeiro desenvolvido, utiliza-se a rede bancária para financiamento tanto de capital de giro, como de capital fixo; e o setor empresarial tem reflexos necessariamente tardios. É compreensível, pois, que esses desajustes ao nível dos fatores tendam a acarretar uma elevação nos custos por unidade do produto. Além do mais, a tendência monopolística observada no setor industrial — tendência para concentração de capitais ou dependência de monopólios já existentes; o volume da produção limitado muitas vezes pelas dimensões dos mercados, implicando subutilização de equipamentos (capacidade ociosa); os óbices de natureza burocrática; a inadequação

interna dos transportes — o traçado das linhas dentro do esquema colonial, compreendido como uma bacia de escoamento da riqueza através do centro exportador — não correspondendo às necessidades atuais do mercado; dificuldades de fretes, telefones e comunicações, desconhecimento do mercado, ausência de planejamento, tudo isso acarreta uma elevação adicional dos custos. De forma que os substitutos das importações produzidos internamente tendem a ser mais caros do que os bens importados que antes recebíamos, com reflexos previsíveis no sentido da elevação adicional dos preços.

*Substituição de importações:
inflação de "procura"*

Certamente, o esforço de industrialização acarreta, logo de início, uma enorme vantagem com a diminuição das necessidades de importar manufaturas de consumo. Mas isto não significa que diminuam o volume e o valor dos bens importados. Na realidade, pelo menos na primeira fase de industrialização, as necessidades de importação apenas se modificam. Isto porque um processo acelerado de industrialização — a que alguém já chamou, com evidente malícia, de industrialização excessiva — gera uma maior necessidade de importação de bens de capital, fome que cresce rapidamente. E o seu valor quase sempre supera as disponibilidades que uma economia exportadora de produtos primários, com situação precária no mercado internacional, tem para importar. Assim, uma análise da balança comercial do Brasil, nos últimos anos, revela um persistente aumento no valor total dos

bens importados, quando decrescem, em valor e volume, as exportações (deteriorização dos termos de intercâmbio). A redução nas importações de bens de consumo é sensível, mas logo compensada pelo aumento no valor da dos bens de produção, imprescindíveis para manter e desenvolver o parque industrial.

Uma redução na propensão geral para importar nunca se dá, portanto, na primeira fase do surto industrial. Várias décadas decorrem até que a economia atinja um grau de diferenciação suficiente para produzir grande parte dos bens de capital (reposição e inovação) de que necessita e, assim, forçar uma diminuição no valor total dos bens importados. E isto não acontece na primeira fase, inclusive porque o processo de industrialização, uma vez iniciado, toma aspectos de uma contínua expansão. As novas indústrias surgindo exigem novas importações; as velhas fábricas, para manter uma posição competitiva, precisam constantemente de renovar-se, originando um mecanismo de criação destrutiva menos intenso do que o das economias altamente desenvolvidas, mas com óbvias conseqüências sobre a necessidade de importar. Além do mais, enquanto a industrialização prossegue, aumenta rapidamente a procura de energia elétrica, de transportes e comunicações; os investimentos de infra-estrutura também vão depender de importações crescentes. Assim, uma redução no valor total das importações e na propensão para importar é muito posterior à primeira fase da industrialização. E muito tempo decorre até que a demanda básica se reduza às dimensões da capacidade para importar.

Outra pressão inflacionária estrutu-

ral tem origem, assim, ao nível da balança comercial e da taxa de câmbio. O ativo gerado pelas exportações — dependentes fundamentalmente no caso do Brasil, de um produto e de um mercado — é insuficiente para fazer face ao passivo correspondente às importações essenciais. Mesmo quando cobre em valor, o dos bens importados — o caso brasileiro mais recente —, compensa-se pelo deficit ocasionado por compromissos não saldados. O resultado é um permanente desequilíbrio das transações correntes do balanço de pagamentos internacionais, que atinge, em 1960, 410 milhões de dólares, acarretando um deficit global de 350 milhões. A consequência são os empréstimos internacionais, contantemente reajustados, a que correspondem amortizações, juros. As desvalorizações da moeda nacional são, então, inevitáveis, ainda mais alimentadas pelas remessas de lucros, royalties, dividendos — tributo ao capital internacional. Variações na taxa do câmbio têm efeitos conhecidos sobre o nível dos preços.

Comportamento do setor público

O setor das finanças públicas não sofre menos com o processo inflacionário que se instala. As funções do Estado são naturalmente dilatadas, no mundo subdesenvolvido, cabendo-lhe uma grande responsabilidade na promoção do desenvolvimento. O seu aparelhamento burocrático não se adaptou às novas funções que pretende desempenhar. Um aumento dos vencimentos do funcionalismo público no Brasil, por exemplo, como resposta aos efeitos propagadores da onda inflacionária, gera problemas in-

superáveis. O sistema tributário é rígido, a máquina fiscal incapaz de arrecadar impostos diretos. Apelar para um aumento de impostos seria aumentar o peso de uma carga tributária altamente regressiva. Isto porque os impostos indiretos (consumo, vendas e consignações, importação, selo, etc.) cobrem 77,9% da receita tributária total. Sua possibilidade de transferência ao consumidor de produtos taxados é óbvia. Enquanto isso, é baixa a produtividade dos impostos diretos: o imposto-de-renda corresponde a apenas 11,9% da receita total e cerca de 60% dele provém dos que recebem salários e ordenados. Assim, 90% pelo menos do ônus de financiar o dispêndio público no Brasil é lançado sobre as classes de poder aquisitivo mais baixo e sobre a classe média, os que, justamente, menos recebem em contrapartida do que financiam. O aumento dos custos nos serviços públicos, assim, lança o Estado diante de uma alternativa: ou uma elevação das tarifas e impostos, o que estimularia o processo inflacionário já deflagrado; ou sua manutenção, o que acarreta deficits vultosos, que agravam o desequilíbrio orçamentário, origem das pressões inflacionárias globais. Os deficits em caixas do Tesouro se avolumam portanto, (293,7 bilhões, em 1962); o Governo não tem outra saída com recursos internos: apela para as emissões (137,7, bilhões, em 1962).

Efeitos acumulativos

Numa etapa mais avançada do processo, o problema da poupança voluntária e dos investimentos, já de si tão sério numa economia subdesenvolvida (limite da capacidade), se exarceba. Por sua

vez, deslocam-se os investimentos dos setores menos atrativos — justamente os de maior produtividade, a longo prazo — para regiões de uso especulativo de capital (especulação imobiliária, compra de moeda estrangeira, construção civil), que a inflação se encarrega de tornar atrativas e menos arriscadas. Uma tal situação agrava os problemas da produção, e, portanto, os problemas estruturais da oferta. A poupança global é desencorajada numa economia em expansão, que necessita de uma taxa muito alta de investimentos. Cria-se um desequilíbrio entre a poupança volutária e o volume dos investimentos, que são então, financiados pela inflação (emissões ou poupança adicional gerada ao nível dos preços relativos). Nessas condições, em que se patenteia o hiato inflacionário entre o nível dos investimentos e a poupança normal ($S < I$), uma política monetária ortodoxa e anti-inflacionária seria incompatível com a manutenção da taxa de desenvolvimento. Torna-se impossível prover o necessário incremento dos investimentos sem um aumento rápido da massa monetária. Uma política monetária clássica funcionaria como desestímulo ao crescimento do produto. Tenderia a perpetuar a situação de dependência econômica, e, numa fase mais adiantada, a estancar o processo de crescimento industrial, mantendo a necessidade de importações; pondo o produto global na dependência do que se exportasse (economia colonial). Certamente, os dados dos problemas poderiam ser modificados por um movimento crescente de importações de capitais, superior à remessa de lucros e aos refluxos de capital.

Isto permitiria que os investimentos

aumentassem sem grandes expansões da massa monetária, mas, ao mesmo tempo, criaria novas formas de dependência, mais sutis, por certo, vinculando a economia brasileira aos caprichos do capital estrangeiro.

Inflação brasileira como problema

O problema da inflação brasileira é, assim, tanto mais complexo quanto resulta de um desequilíbrio no setor dos pagamentos externos conjugado com uma crise na produção e na comercialização para o consumo interno. O seu efeito mais palpável é uma elevação do nível de preços, devida a uma expansão da renda monetária. Enquanto o processo se põe em marcha, origina-se uma série de tendências cumulativas, tôda vez que determinada classe protege-se, com um aumento de salários, de alta de preços. É nesse sentido que a inflação não se desvincula do fenômeno de redistribuição de rendas que lhe é peculiar. Realiza uma distribuição da riqueza que beneficia o setor de rendas variáveis e age como um impôsto indireto suplementar sôbre os que dispõem de rendas fixas, dando origem a um mecanismo de transferências da riqueza. Mas a análise dos efeitos de uma conjuntura inflacionária escapa aos limites dêste trabalho, que apenas pretendeu analisar o mecanismo de algumas pressões inflacionárias, criadas ao nível das estruturas de produção e de comércio.

Conclusões

A inflação brasileira parece ser, portanto, o reflexo de desequilíbrio ao nível das estruturas de produção, causados

pelos desajustamentos próprios de sistema econômico ambivalente. Uma exata compreensão do fenômeno exige uma retificação dos instrumentos de análise convencionais, um esforço original de teorização. É um erro considerar a dinâmica das economias subdesenvolvidas como se se tratasse de sistemas altamente integrados. Seus problemas devem ser abordados dentro do quadro de relações peculiares em que se situam e explicam. A inflação brasileira escapa às teorizações monetárias tradicionais. Esclarece-se à luz de visualização muito mais ampla; é um processo que incorpora vários aspectos. Que não se desvincula de um contexto. Sua solução está na adoção de uma política de planificação do desenvolvimento, que, mantendo a taxa de crescimento da riqueza nacional ou mesmo incrementando-a, trate de conseguí-la com recursos não enfermos pela inflação, com a mobilização das potencialidades de que dispõe o sistema econômico nacional. Nenhum plano anti-inflacionário concebido em linhas ortodoxas terá resultados concretos. Há que adotar-se uma atitude positiva, através da planificação da economia, no sentido de superar as deficiências estruturais conhecidas, de integrar o País num complexo econômico diferenciado, em função das novas linhas do seu desenvolvimento. Essa integração econômica não se fará sem um incremento da mobilidade dos fatores de produção que torne o sistema flexível. Impõe-se, portanto, adotar uma política de mobilização dos fatores que implica em: a) reformas da estrutura agrária, no sentido de adaptá-la às novas exigências da demanda interna de produtos agrícolas superando velhas estruturas sociais, baseadas em distribui-

ção altamente desigual das terras; b) desenvolvimento da educação (fator homem); c) aperfeiçoamento dos instrumentos da economia fiscal e bancária (fator capital); d) aperfeiçoamento da rede de transporte, e das comunicações (fator comercialização); e) reaparelhamento da máquina burocrática às suas novas e amplas funções; f) planificação dos investimentos públicos e orientação dos privados para setores considerados preferenciais. A análise anterior parece que mostrou a objetividade dessas medidas e o modo como as deficiências que objetivam superar entravam o desenvolvimento da economia. Quaisquer outras políticas — conter a distorção de preços, reduzir o despêndio, etc. — ou são medidas complementares, ou simples paliativo. Não basta atacar os sintomas externos de um mal que tem causas estruturais profundas e de cuja solução depende o futuro do País, como numa unidade econômica, social e política.

NOTA — O trabalho que se publica foi escrito para uma conferência que o autor pronunciou, a convite da União dos Estudantes de Pernambuco, a 15 de novembro do ano passado, durante a Semana Estudantil Nacionalista. Quase nenhuma modificação se introduziu. Isto explica o seu caráter um tanto ou quanto didático e a ausência de notas bibliográficas. Ao escrevê-lo, baseiou-se o autor, sobretudo, no trabalho do prof. Dudley Seers (Yale University), publicado recentemente na revista *Oxford Economic Papers* (Junho, 1962) intitulado "*A Theory of Inflation and Growth in Underdeveloped Economies*"; na obra do economista Celso Furtado, principalmente nos livros *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961), *Formação Econômica do Brasil* (Fundo de Cultura, Rio 1961) e *A Pré-Revolução Brasileira* (Fundo de Cultura, Rio, 1961); nos estudos do grupo de economistas ligados à Cepal, especialmente no do prof. Aníbal Pinto (*Desenvolvimiento, Estabilidad e Inflación*, in Aspectos y problemas del Desenvolvimiento Económico, Sudene, Recife, 1962); e no livro do economista João Paulo de Almeida Magalhães, *Desenvolvimento Econômico* Rio, 1962.

Para os dados estatísticos apresentados, consultou a *Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil*, do Conselho Nacional de Economia (1961), o Plano anti-inflacionário do Ministro Miguel Calmon, de outubro de 1962. Demais fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Getúlio Vargas e a Revista Nacional de Economia.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, do Governo João Goulart é posterior ao trabalho; achou o autor mais útil não considerá-lo; seria uma interpolação fácil, mas que julgou dispensável. Ademais, um estudo mais sério do documento só poderia ser feito em outro artigo.

RÉSUMÉ

DANS sa phase actuelle, l'économie brésilienne se structure selon trois secteurs d'activité: elle produit pour l'exportation, elle développe une économie agricole et un élevage qui permettent une large marge de subsistance, elle possède un noyau industriel en expansion accélérée fondé sur le marché interne et suffisamment diversifié pour produire une partie des biens de production dont le pays a besoin. Dans les situations structurelles où s'est produite l'éclosion industrielle du Brésil, l'inflation s'est révélée comme étant pour le moins une condition nécessaire.

L'auteur analyse les diverses pressions inflationnistes engendrées par le processus d'industrialisation au Brésil: celles qui sont liées à l'augmentation de la demande et à la rigidité de la production des biens de consommation (inflation des coûts); celles qui proviennent du déséquilibre des facteurs de production et de l'inadaptation de l'infrastructure; celles qui ont leur origine dans le niveau de la balance commerciale du pays et des taux de change (inflation de la demande).

Ensuite, en examinant le comportement du secteur public, l'auteur étudie le déséquilibre budgétaire

et les déficits massifs comme une conséquence et une cause du nouvel élan inflationniste; enfin il examine les diverses pressions inflationnistes cumulées qui ont leur origine dans le déséquilibre des prix relatifs et de l'épargne normale par rapport aux investissements exigés pour maintenir la croissance du produit national.

L'auteur conclue sur la constatation que les instruments d'analyse traditionnels sont incapables de donner une interprétation de l'inflation dans les régions sous-développées et que celle-ci exige un effort théorique autonome. La solution réside dans l'adaptation d'une politique globale de développement (rationalisation du procédé de développement économique), qui vise à intégrer le pays dans un complexe économique différencié, ce qui ne se fera pas sans l'accroissement de la mobilité des facteurs de production. Cela implique des mesures de correction de la structure économique pour la rendre plus malléable et plus dynamique. Ceci parce qu'il ne suffit pas de s'attaquer aux symptômes externes d'un mal qui a des racines profondes dans l'inorganisation des complexes économiques sous-développés.

ABSTRACT

IN ITS present state Brazilian economy shows three main fields of activity: production for exportation, the evolution of an agrarian economy with a wide band of subsistence, and a rapidly expanding center of industrialization based on the internal market and sufficiently diversified to meet some of the demand of consumer's goods. The way the industrial boom took place in Brazil, inflation turned out to be at least its necessary condition.

The author analyses the various inflationary pressures brought about in the process of industrialization of the country: those related to an ever increasing demand and to the rigidity of the production of primary consumer's goods (costs inflation); those resulting from the lack of equilibrium of the production factors and from the country's balance of payments and from the exchange rates (demand inflation). Next, while studying the behaviour of the public services, he tackles the problem of the lack of equilibrium of the budget together with oversized deficits as a consequence and a

cause of a new inflationary surge. This has a definite bearing on the various inflationary pressures of a cumulative character which are generated by the lack of equilibrium of relative prices and of the normal savings as a function of investments necessary to keep the growth of production going.

His conclusion is that the traditional tools for analysis are not capable of accounting for inflation in underdeveloped countries. This is a specific problem which calls for concrete and local theorization. Its solution lies on the adoption of an integrated development policy (a rationalization of the process of economic development) with a view to inserting the country in an overall differentiated economic complex. This cannot be possibly done without a means of increasing the mobility of the production factors. It implies some measures designed to correct the economic structure, in order to render it more flexible and dynamic. And this because it makes no sense to deal with external symptoms of an evil which has its roots deepened in the lack of organicity of the underdeveloped economic complexes.

FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Poema Didático

PARA REFAZER-ME das estações perdidas
embriaguei-me no escuro compacto branco
rei sem dinheiro e sem pobreza
sem mensagem nem vírgulas
e atirei-me da janela do 10.^o pavimento
do meu sonho
vestido como um marinheiro estrangeiro
que perdesse uma amada em cada pôrto
ou como um leopardo surdo sujo e cego
que nada soubesse de nada nem de anjos
è que visse um inimigo em cada pôsto
do escuro
sujeito aos malignos desígnios do Inconcebível
e parado como um morto coberto de gêlo
entanto doente como um cadáver vestido de
velas.

I

Em tudo vejo beleza quando estou simplesmente
simplório
em tudo mastigo o impossível ao contacto do sol
sei que sou um rei quebrado e mutilado
à espera da desesperança perdida
à espera das vírgulas, dos ponto-e-vírgulas
e dos relógios
à espera do almôço
à espera definitiva do meu nada intacto.

Sou o que antes de ser não foi
sou o que nunca será nem poderia
sou o que se debruça
o que se debruça sôzinho sôbre um jardim
inexistente

o nauta vestido de mel
sou o que deambula as bulas papais
o que disse: sai frenético
vem cobrir-me de sonhos
para enfrentar o apocalipse
para sentir minha alma no aço do sol.

14.4.60

M. C. TAVARES DE MIRANDA

Arte e Educação

NESTE *nosso instante*, êste de *agora*, em que acabais de proferir o vosso juramento e de receber o gráu de mestres e artes, processam-se dois grandes movimentos: um de exteriorização e outro de interiorização, que não são senão concreções de *vosso e nosso tempo* vivido, e que, se me permitís, tratarei de analisá-los, para servirem como imagens de uma realidade, presença original e misteriosa, que busca e dita pressões para manifestar-se. Daí dizermos *expressões*. Expressões e exteriorizações que são o aparecer de uma profundidade, enquanto elas são as suas faces, caminhos a ela, em impulso.

Todo o exterior de *agora* é o *solene*, um *rito* quasi de efetuação de uma adaptação vossa à comunidade que vos recebe; é o afirmar uma nova dimensão do integrar-vos ao vosso mundo. Poderíamos dizer que êste tempo do *agora* é analítica de possibilidades em que, na conjuração de uma certa segurança do algo feito e adquirido e de interrogação do que havereis de fazer, há uma viva coloração afetiva. Êste movimento de exteriorização marca um acontecido, e força um pensamento de orientação.

Entretanto, e é daqui que quero partir, neste solene de vosso tempo do *agora*, referindo-vos ao acontecido, enumerando o que re-colhestes nestes anos, por

mais esforço que façais para expressar, haverá sempre algo oculto, e vós procurais ordenar o acontecido, não em busca de uma transmissão, mas para colocá-lo na realidade mesma do que êle significa.

Falando já de uma re-velação, um apanhar, através de manifestações, o devir ôntico, o devir das coisas. E o que é manifestação vale enquanto é *tra-dução*, isto é, um dizer através de, um conduzir além —, *tra-dução* de uma realidade, única, plena e misteriosa.

O mistério de nossa existência, e o mistério da existência de tôdas as coisas é esta realidade que nos atinge mais de cheio, à medida que avançamos em conhecimento, e procuramos um sentido atrás de tôda imagem e figura, que nos oferecem as coisas, no que são e no não são, mas que exigem que nosso pensamento a-tencioso e acolhedor capte a originalidade indizível das existências, e sejam, elas, sinais das coisas que aí estão, independentes de nós, ou mesmo das coisas que criamos, fabricamos *poièticamente*. Que o interior, o que cada realidade é nela mesmo, se exprima livremente no exterior, e tanto mais êste exterior reclame um contínuo trans-aparecer, — e é beleza — expressividade ra-

diosa de algo que se re-vela e que sempre se oculta, sendo apêlo constante a uma nova exteriorização.

E daí o mundo do artista, da expressão, no exterior sensível, das significações do interior espiritual. É o mundo da beleza no tempo, em que contam, como a todo tempo do homem, um *antes* e um *depois*, e um *agora*, um *instante* de uma criação e contemplação, expressões coexistentiais de um ser e agir, de um durar.

Movimento do exteriorizar é a mostraçãõ de um mistério que, *além de*, continúa oculto. Os tempos dêste movimento marcam-se pela inquietude, pelo questionamento e apêlo a um mais adequar-se à realidade entrevista, e nisto já está o movimento de interiorização, com seus tempos de conversão e re-velação. Ao primeiro cabe a categoria da aparência — fenômeno; ao segundo, a categoria de ser o que é, — o secreto. Ao primeiro, corresponde o mundo das imagens, figuras, sons, gestos; ao segundo, o próprio dizer e testemunhar, um participar à infabilidade da coisa mesma, inexprimível e sempre presença, origem, promessa, esperança, criação contínua, invenção e novidade absoluta.

E o homem, da arte e da educação, é o homem de tempo e história, do *antes*, do *agora*, do *depois*, de contração num presente vivido, assumindo todo o passado e decidindo um futuro, pre-meditando-o. Uma condensação e a-tensão, um questionamento sôbre o que há de vir.

êste agir, êste cumprir a própria perfeição de ser, um formar-se ser, re-velá-lo, um instaurá-lo como obra de *expressão* do original: dizer *o que é, como é*.

Obra como *ποίησις, ποιήμα*: ação de fazer, fundamental, concentrar. Escutar e re-velar. Unir o que é visto, o que a-parece, com o que tem fundamento, dá sentido. É um pensar instaurador: pensar a coisa na coisa, re-unindo.

Arte, como *ποίησις*, é o dizer e não o utilizar; o dizer e o medir o que as coisas são, constituindo-se, formando-se elas no que são, no seu ser de natureza; surgir e princípio do surgir; consistência e per-manência; crescer, devir, desenvolvimento e evolução, realizar-se. Energia e dinamicidade, operação, tendendo a um fim: fundamentar a verdade, fazê-la existir e con-sistir; criação ou invenção, instauração do original com sua re-velação em *nosso tempo e nossa história*.

Pensem nas obras de um Sófocles, Shakespeare, de um Pirandello; de Baudelaire, Rilke, Claudel; de Bach, Beethoven, Debussy; de Grünwald, Van Gogh, Rouault; de Dostoievski, Proust, Thomas Mann. Que são elas? senão sêres, existências singulares, presenças, que movidas intencionalmente, foram instauradas em sua plenitude de concretiza, de perplexidade e de apelação, através de um saber-ouvir, condensar; esforço de um melhor exprimir um saber concreto de intuição e de captação, uma experiência de indizível e infinito, um conhecimento, ou como prefiro dizer, uma inteligência, isto é um *intus-legere*, penetrativo, visualizador.

E a obra feita, fim da arte, é uma fruição para o homem *que sabe*, porque tocando ao seu mistério, não o com-

Que significa um criar? Qual o sentido de uma obra, da obra de arte, senão

preendendo ou abarcando, se vê diante de uma irradiação e claridade de verdade, de unidade, de forma, ou seja, do segrêdo do ser, que é a própria forma inteligível, êste ser que é o que é um ato de ser que postula ser presença contínua, atualizada e atualizável. Nesta presença no nosso presente a contemplação implica passado, apela futuro. A continuidade não é do gênero das aquisições, nem da fixidez; é bem uma introdutora de descontinuidades, de ruturas dos resíduos sobrepostos das coisas, porque é princípio de inovação, enquanto é a-tensão e acolhida decisiva das realidades novas de plenificação.

Mas se o criar é êste pôr-se para o futuro, é no tempo do *agora*, *instante*, que as coisas nos oferecem sentido, que enquanto se mostram a nós são também marcadas pelo tempo da comunicação, pelo transcender de tôdas as figuras, imagens e formas. É no *instante* que se tornam visíveis as formas-vistas, e o que se mostra é sinal ou face de uma fundamentação, que é *ποίημα*, porque é dicção da própria coisa no seu mistério, criação.

O mistério da própria obra de arte é seu sentido, seu questionamento, na ação de expressar o próprio ato dos sêres. E porisso as atitudes que se implicam diante do artístico, sendo atitudes de contínuas aproximações, re-visões, imitações, re-conhecimentos, re-velações, que, mesmo quando firmadas em um instante escolhido, que pereniza seu segrêdo em tempo virtual, são pressentimentos de uma presença secreta, ou de uma situação, como bem nos exemplificam as obras artísticas, do teatro, do gênero poético, da pintura, do romance, da música.

Que são estas obras, senão as expressões que faltavam ao segrêdo das coisas? senão êste mistério dos sêres comunicando-se a nós, apelando-nos a êles?

No *instante*, no *agora*, os sêres, seja o objetivo ou o sujeito artista, se encontram; o mundo da coisa na sua inefabilidade e o artista em sua *ποίησις*, e a obra de arte, feita de aparência, é um liberar à significação; é *no tempo*, conjuntamente, aparição e forma.

Artista como ser, portanto, de receptividade, enquanto na sua originalidade e propriedade de pessoa concreta, é o ser aberto às coisas, que as vê, as ouve, as sente; ser, tantas vêzes já aqui dito, de a-tensão, que concentra, re-une o que a-parece e o que dá fundamento.

Instaurador de novidades em auscultando sêres, não inovador ou artificioso, mas à escuta e na recepção dos sêres, êle é uma potência ativa para recriar tôdas as coisas e efetivar a própria criação, instauração do homem como ser do pensar e do agir.

Homem, ser de saber — *εἰδέναι* —, visualizador (1), ser que distingue as coisas e distingue as diferenças nas coisas. Êste distinguir pode ser entendido a tipo de saber do universal — *ἐπιστήμη* —, através de verificações fundamentadas em princípios, e há também o saber do particular — *τὸ καθ'ἕκαστον* —, da apreensão da singularidade, em conexão com o sensível — *αἴσθησις*.

O saber do homem não é apenas um conhecer intelectual; é um conhecimento, também, em que a inteligência se exerce em conexão com o sensível.

Para fazer conhecer o sensível, em sua singularidade, é o conhecimento do τὸ καθ' ἑκάστων, que é o melhor. Na expressão aristotélica êste conhecimento, porque do domínio da singularidade, em razão da penetração dêste singular, é um conhecimento “senhoril” — κυριώτατος (2). É o conhecimento da arte, porque o artista, agindo sôbre uma matéria que êle transforma, deve ter uma riquíssima experiência sensível, e uma precisão de concreteza, antes de uma penetração da natureza, ou do ser das coisas, que se fará após.

É o caminhar a uma ordenação e re-criação; uma form(a)-ação de sêres.

É essencialmente um saber de ser tempóreo, ser tenso, de relação entre não-ser e ser, matéria e forma, mas ser de unidade que fundamenta a criação, que é êste instaurar ser.

Homem e sua ação estão em relação ao objeto da arte. É uma realização humana que é visualizada; não apenas as ações humanas, mas os objetos mesmos como ações, meios de transmissão da ação humana, e de tôdas as possibilidades existenciais. Arte é uma representação do operar humano.

É a expressão de uma forma em um determinado meio sensível, através de sua apresentação, representação, interpretação (3), sejam côres, figuras, sons, ou mesmo ação, como no caso do teatro. Apresentação, representação e interpretação, em um todo completo, de “uma imagem de contornos bem traçados, na arte do desenho” ou “a imitação de uma ação e pela ação o imitar as pessoas que agem”. E para tanto estabelece-se que “a ação, vista como um todo, tenha comêço, meio, fim, grandeza e ordem” (4).

O artista, homem do pensar e agir concretos, que não busca soluções, oferece a visão da unidade e da forma no seu des-cobrir a realidade, assentada na verdade. “O imitador, poeta, pintor, ou qualquer outro criador de figuras, deve sempre, em relação às coisas, seguir um dos três modos de imitá-las: ou como elas eram ou são, ou como se diz e parece, ou como deve ser” (5). É êle as exprime traduzindo a dinamicidade da vida interior, que lhe propõe, então, uma moção: o realizar e efetivar o processo de recriação.

A obra de arte como instauração, como ποιήσις, é um apêlo do absoluto e do infinito que, afirmando a transcendência, nos mostra as coisas existentes numa integridade de realidade.

Educação é também arte, e como tôda arte tende a um fim: um objeto a realizar. Seu ser não poderá também ser apreendido, senão em visão de seus polos de relacionamento.

Educação é Form(a)-ação, é um realizar aquilo que foi entrevisto, a forma do ser do homem, e desta forma-vista à forma-fundamento há todo um processo de conversão, de dis-posição, de instauração do ser do homem enquanto homem.

É uma obra de form(a)-ção do homem que se realiza em conhecimento e reconhecimento, fidelidade e obediência, — verdade; em serviço e liberdade, — justiça; em cuidado e amor criação, a-tendendo ao que o homem é e *de-vém* o que *já é*, na forma de seu *dever-ser*, homem. É uma exigência de visualização do homem todo, do homem que se realiza com o tempo; do homem ser que pensa e que age, ser de relação, ser tenso, ser de passagem, ser *entre* (6).

A form(a)-ção do homem exige um dizer da experiência do homem, da tradição e da disciplina; memória mas também invenção do homem, ser criador e ser livre.

É um exigir de cultura, como o cultivo de múltiplos campos de trabalho em vista e em via à plenitude de homem, ser de natureza e de não-natureza, de auto e de hetero-educação, porque essencialmente é ser de relação, dêle consigo mesmo, dêle com outros, e com o Outro.

E aí cultura é a integração do homem no mundo das relações, no seu *aqui e agora*, no seu de-vir e na sua vocação de homem; o existir com consciência de seu ser de relação, o ser que *tem-sido* e é; o ser que *vem-sendo*, e que *ad-vém*..

Cultura como forma de ser de história e tempo, em que memória e profecia indicam seu próprio ato de vir-a-ser. Se ajuda ao homem a tornar-se plenamente, a desenvolver harmoniosamente suas qualidades, é “enquanto coloca, como dizia Nietzsche, a cada um de nós, diante de um só dever: acelerar em nós e fora de nós o filósofo, o artista, o santo, para trabalhar dêste modo na realização da natureza” (7).

Êste ser do homem é ser de tradição e disciplina, liberação e prospectiva, termo êste de Gaston Berger, que o digo, porque vejo nêle significado o poder de entender e agir, julgar e orientar o que há de vir a ser segundo o que já é, já existe, aplicando às situações o que é *devido* ao homem, ser de dinamicidade imanente e transcendente de ordenação temporal e de orientação histórica.

Cultura é um ajudar a pôr, como dever nosso, a originalidade de cada ser em plena realização, e é uma obra de

sinteressada. Não é ela o valor primeiro, uma vez que compete a ela o desenvolver as qualidades e valores que já existem; não é o valor mais eminente, porque deve subordinar-se a princípios e fins do homem; não é o valor mais profundo, porque só é valor enquanto mantém contacto com a vida criadora.

O mestre é artista; aquêle que amolda, plasma, e investe ou re-veste — *πλάττειν* e *ἐνσύνειν* — o homem segundo um modelo (8). É um *ποιητής* ou *μουσικός*; é o homem da medida, proporção, harmonia (9), enquanto também é o homem do desejo e da busca (10), o ser da co-moção que procura discernir além dos fenômenos a própria essência, forma do homem, através do processo dialético do impulso e da transcendência.

Mestre e sua função é o sensibilizar o educando para a verdade; é o ser da comunicação aos outros da verdade à qual já se adequou; é o ser da contemplação e da ação, aquêle que conhece e pronuncia, medita, reflexiona a verdade e a notifica, põe em ato.

Ser de criação a olhar e receber a herança da carne e do sangue, e a continuá-la através de um gesto criador, informador, instaurador e transfigurador da vida do espírito.

Não só um transmitir conhecimento ou ciência, mas é um comunicar ao espírito as coisas que são e operam o *ser homem enquanto homem*. É um dizer da realidade, *no que é, como é, tal qual é e deve-ser*; dizer do que se re-vela dos seres e do que se tendo re-velado é exigência e apêlo à nova re-velação.

Sua arte e sua obra: o des-cobrir a realidade dos seres de sua con-vivência,

de seu encontro, des-cobrir a realidade de cada ser.

É um ser de palavra, enquanto esta palavra é a palavra das coisas, dos sê-res. Palavra que exterioriza seu visualizar *a partir de...* e *de volta à* realidade. Ser de a-tenção ao dizer, porque *antes* e *após* é sempre ser de a-tenção aos sê-res. Não o falar apenas, mero pronunciar ou utilizar palavras, uma sonorização, mas o dizer, que é pronunciar a palavra dos sê-res.

É mestre o que sabe distinguir entre o necessário e o contingente, o absoluto e o relativo, o valor e o fator. É o homem *que sabe* dos critérios de seleção e das verificações dêste critério; homem do juízo da realidade e não justificador, contra as utilizações, rendimentos, e estimativas de coisas interessantes! sensacionais! e das discussões tornadas divertimentos!

Instaurador de novidades, êle o é, mas da novidade criadora, que no processo de verdade e no tempo do homem é fruto de um a-tender à acolhida decisiva da nossa história, que nos plenifica; novidade absoluta, resultante de uma liberação do homem, uma conquista, que só se realiza integralmente no re-conhecimento e decisão do seu ser de relação. É esta decisão é rompimento, como ruptura do passado no que êle tem de empecilho para a con-versão do homem a si mesmo, e para a con-versão do homem aos homens, que não seria mero retôrno sôbre sí, um fechamento egoístico ou dos individualismos de grupos, mas que é condução a um têrmo final, que é realização do homem no seu ser único e próprio.

A obra da educação e o ser do mestre como um aprender, escutar e a-tender,

um receber e dar. Sua ação é uma necessidade de dom e de acolhimento; é ação de re-conhecimento como forma mais perfeita de autêntico amor aos sê-res, aos quais êle é ser em dis-ponibilidade, de serviço a. Ser de recepção como doação e acolhida do mistério pressentido, do encontrar as coisas e re-velá-las.

Ser de educação, como a form(a)-ação do homem, é a ação vista como um todo de espírito que no visualizar a presença original das coisas, êste *único* de cada ser, e o *mesmo* diferenciado em cada um, se decide como ser de a-tenção, que con-centra e re-une o que a-parece e o que dá fundamento.

Sua arte é des-cobrir a realidade de cada ser; e sua experiência, não se traduz em têrmos de quantidade ou extensão, mas de profundidade, qualidade, perfeição.

Form(a)-ação do homem, obra de renúncia; um processo de verdade, do mistério do nosso existir, testemunhando o que é. Testemunho, fidelidade, verdade no conhecer e dizer, e no viver.

Verdade, como tantas vêzes já vos disse, que não é apenas um ser sincero, nem tão só a unidade do comportamento do homem com suas convicções, mas é o *ser na verdade*, que é ser na realidade, do que somos todos e do que são tôdas as coisas. Nem mero perceber intelectual, nem um progresso moral ou social. É um conhecer: penetrar, re-conhecer, aceitar, experimentar, viver fielmente, um ter parte a, e um dispor-se a.

A verdade do nosso tempo e da nossa história; nossa verdade do *aqui* e do *agora* é a des-coberta nossa, neste nosso movimento de exteriorização e de interiorização. Verdade de ser o que so-

mos, e o que devemos ser: artistas, mestres, como seres de experiência do nosso tempo vivido, do nosso historializar-mo-nos e temporalizarmos-nos, responsabilidade das nossas projeções, repetições, recriações. Fidelidade à realidade: sermos consciência dos nossos atos, que são instauradores de realidade e, portanto, sermos a-tenção às presenças presentes para formá-las segundo a exigência do que elas apelam.

Meus queridos paraninfados,
no visualizar *que são e o que são* as coisas, as vossas ações sejam marcadas pelo inteligir, re-conhecimento, fidelidade e obediência como constantes de vosso proceder em verdade para que elas tôdas venham a ser o que devem-ser.

Esta fidelidade ao próprio dever-ser, encontro do vosso tempo com um tempo de criação e re-velação, é a justiça.

E, para tanto, sejais continuamente em a-tenção, cuidado, amor devido para tôdas as coisas, para serdes autênticos criadores, "operadores com Deus". (1).

Discurso do paraninfo, na solenidade de entrega de diplomas aos concluintes da Escola de Belas Artes de Pernambuco, da Universidade do Recife, em 15 de dezembro de 1962.

(1) Cfr. ARISTÓTELES, *Metaph.*, A, I, 980 a 21-30. Usando como termo para designar o saber o εἰδέναι, que significa ver, fundamenta-se Aristóteles com o paralelo das sensações visuais e do próprio sentido da vista, como o sentido mais desinteressado, e o que nos faz adquirir o maior número de conhecimentos, e apreciar, descobrindo, o máximo de diferenças. Podemos assim assinalar a comparação que Aristóteles estabelece entre a vista e o próprio conhecimento intelectual, à base de ser a vista o mais imaterial dos sentidos, enquanto a visão dos olhos e a visão da inteligência indicam, em uma nota comum que convém aos dois, em modos diversos, um conhecimento, imediato e direto de uma presença de objeto ao sujeito.

(2) Cfr. *Ibid.* A, I, 981b,10.

(3) É neste sentido a compreensão do termo — imitação. μίμησις

(4) ARISTÓTELES, *Poet.*, VI, 20; VII 2-3,8.

(5) *Ibid.* XXVI, 2.

(6) Cfr. M. C. Tavares de MIRANDA, *Antropologia Filosófica e Teoria da Formação Humana*, Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco, ano V, 1961, n.º 2, p. 24.

(7) *Consideraciones intempestivas*, III parte, trad. Eduardo Ovejero y Maury, Buenos Aires, M. Aguilar ed. 1949, p. 215.

(8) Cfr. PLATÃO, *Rep.*, II, 377 b, c.

(9) Cfr. *Ibid.*, III 412 a "O que melhor souber combinar a ginástica à música e aplicá-las em melhor proporção à sua alma, êste será o homem a quem podemos considerar como perfeito e harmonioso místico, (μουσικώτατον), com muito mais razão do que aquêle que regula as cordas de um instrumento".

Poesia e música indicam arte, atividade que determina passagem do não-ser ao ser. Cfr. *Symp.*, 201, b, c. "Sabes que a idéia de criação (ποίησις) é algo muito vasto, desde que tôda atividade que determina encaminhamento do não ser ao ser é criação (ποίησις), e que os que as executam, os operários, são criadores (ποιηται). Sabes, que não os chamam de criadores (ποιηται), mas que êles têm outros nomes. Da totalidade da criação (ποίησις) destacou-se uma parte, aquela que diz respeito à música (μουσική) e à métrica, e é a denominação do todo que serve para designá-la. E é esta parte, somente, do conjunto da ποίησις (criação) que se chama poesia, e aquêles que possuem uma porção de criação, chamam-se poetas".

(10) Poeta e músico são possuidores do divino, e já o próprio nome de música é atribuído conforme observa L. Méridier, ed. *Crat.*, (Budé), p. 84, n. 2, segundo que "a palavra dórica (desejar, buscar), aparentada à épica μεμαώς, é encontrada em Epicarmo, Teógnis, e trágicos; e a forma dórica Μῶσα (por Μοῦσα) facilitou uma aproximação no espírito de Platão". Cfr. *Crat.*, 406 a. "Quanto às Musas e à música em geral, é do fato de desejar (μῶσθα), como parece, e da busca e amor da ciência φιλοσοφίας que foi dado êste nome". Cfr. *Ion*, 533 e. "Todos os poetas épicos, os bons poetas não o são por um efeito da arte, mas por serem possuídos e inspirados por um deus, é que devem todos êstes poemas".

(11) I *Cor.*, III, 9.

RÉSUMÉ

A PARTIR des expressions et des extériorisations d'une réalité unique, pleine et mystérieuse (celle de l'existence de toutes les choses et celle de notre propre existence) il s'établit un parallèle entre l'art et l'éducation, entre la mission de l'artiste et celle du maître.

C'est leur mission commune que la création ou l'instauration de l'original des êtres dans le temps et l'Histoire, que les analyses sur l'homme comme

être temporel, être de relations, de pensée et d'action, et les analyses de ses actes.

On délimite ainsi une théorie de la "forme — action" de l'homme (la mise en action de la forme entrevue), fondée sur une prospective, en tant que procès de vérité, de fidélité au "devoir — être", et de justice. Cette théorie réclame une attention des êtres aux présences pressenties pour les former selon leur exigence.

ABSTRACT

STARTING from the expressions and exteriorizations of a unique, pregnant and mysterious nature — reality as a symbol of the existence of all things and of our own existence — the author establishes a parallel between art and education, between the artist's and the teacher's office.

It is both the artist's and the teacher's job to try to restore the individual's original link with time and history, stemming from this view the analyses that follow of man as an essentially temporal being, a being of relations, capable of thin-

king and acting accordingly. There follows, also, an analysis of man's actions.

Explicitly, what is brought about is a form-action theory of man, that is, his putting into action some visualized form, based upon experience, tradition and discipline, liberation and perspective, as a truth seeking process, of faithfulness to a must-be and to justice, which claims for the focusing of attention upon human beings as to fulfill their needs and aspirations.

Experiência de Renovação no Curso Pedagógico

O CURSO PARA FORMAÇÃO de professores primários — em constatação não apenas local mas regional — vinha mantendo-se nivelado ao esquema de outros cursos em grau médio, embora acrescido de uma (talvez) razoável orientação didática. Porém um acréscimo não constitui formação nem substitui uma visão intencionada. Por isso, o erro de concepção reforçava a facilidade no improvisar-se mestre; facilidade pré-existente no modo depreciativo de encarar-se a educação elementar. Desde que não eram atendidos, conjuntamente, nem o aspecto de visão formativa — a partir de uma disponibilidade vocacional — nem a questão do relacionamento com as circunstâncias do espaço-tempo, o problema começou a existir e a exigir uma revisão, perspectivas novas. Da insatisfação de professorandas e da tomada de consciência de alguns educadores até as renovações solicitadas pela “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” — havia um trabalho a ser efetivado, não mais adiável.

Pensar na organização do currículo normal, em atendimento à sua natureza própria e adequado às nossas limitações, é uma tarefa-projeto, sobretudo uma tendência e encaminhamento para reformas posteriores: quando as falhas imediatas possibilitarão mais apropriadas.

Organizar um currículo, no sentido interno da expressão, equivale a ordenar um processo, um “curso”, fixando sem imobilizar um conjunto de matérias e atividades. Portanto, dois aspectos: o dinâmico e o estático, no currículo a ser organizado. Por dinamismo curricular entende-se a comunicação de experiências interdependentes, transmitidas em linguagem já tradicional como reunião de matérias e atividades que se completam e se interrelacionam. Neste significado dinâmico, o mais difícil a ser apreendido, abandonam-se os moldes rígidos, prevendo-se mudanças e adaptações. Atividades intra e extra-curriculares se aproximam; matérias e seus respectivos programas devem ser constantemente revistos.

Por outro lado, a palavra organização evidencia a positividade do elemento estático: quando necessário se faz estruturar dentro de certos limites, conduzir a flexibilidade por determinados princípios, orientar o currículo por uma lógica imanente. Princípios e lógica que se comprovam objetivamente pela finalidade do curso: formação de professores primários.

zagem de técnicas desvinculadas de um contexto, nem especulações destituídas de seus condicionamentos, implicações e futuras habilidades. Formação pedagógica que, na descrição de Flitner, “melhor consiste em um conhecimento harmônico e coerente, em um conhecimento da totalidade da reflexão pedagógica dentro do conjunto existencial formado pelos problemas e pela vida prática”.

(1) Compreende-se: uma teoria indispensável para uma atuação e, correlatamente, uma prática que seria incontrolada sem uma visão de fins e valores. Análoga perspectiva, agora fundamentada ontologicamente, a de Maria do Carmo Tavares de Miranda: “um adestramento do indivíduo, uma realização de seu ser. em sentido amplo, um realizar de experiências, um vir-a-ser de suas capacidades; um tornar-se instruído em certos fatores, uma aquisição de hábitos, um capacitar-se de utilização de técnicas, um tomar pôsto na sociedade, o tornar-se sujeito de conhecimentos, e sujeito de operações, na afirmação de seu ser, de sua pessoa; um responsável; ser de conhecimento com re-conhecimento, de volição com decisão; de emoção com consciência de sua receptividade e atividade” (2)

Quando se reflete assim uma formação pedagógica e busca-se o currículo que possa concretizá-la em grau médio, estão visualizados totalmente as bases, o conteúdo didático, as condições de realização e os objetivos educacionais. Nas bases desta formação, o ente humano descrito e analisado enquanto corpo, dado fenomenológico, um comportamento mutável, um crescimento bio-psicológico, suas fases de maturação, um temperamento e caráter, suas necessidades

internas e de relacionamento; mas um corpo que interpreta significados, um gesto que transparece valores, uma consciência que penetra e julga, uma intuição que vai além dos esquemas lógico-conceituais, uma intuição criadora; este corpo que é o de uma pessoa — ser de relação, de comunicação, de transcendência, de abertura para o Ser. Bases ou fundamentos que requerem e justificam uma apreciação do ser humano em concreta vocação — a de mestre. Problema-eixo da autenticidade, da missão, do corresponder interna e externamente, da veracidade, do plasmar intencional para uma específica formação. Específica, no caso do conhecimento e da integração com os problemas da escola elementar, mas nunca “funcionalizadora”; sem que o especializar-se negue uma afirmação ou se torne mutilador dos valores humanos — naturais, essenciais. Para que não se verifique esta cristalização ou embotamento, a organização do currículo apelará para uma correspondência vocacional, exigência interior do ser humano para consigo mesmo, exigência que se vai projetar e realizar-se em um todo social. Vocação pessoal e participante; da interioridade e do intersubjetivo. (Dêste ângulo, avalia-se a importância da Filosofia da Educação, de conteúdo essencialmente formativo, precedido de uma disciplina introdutória às questões centrais da pedagogia, e completando-se pelo destaque concedido à *Ética profissional*, onde as reflexões aqui esboçadas encontrariam melhor tratamento e profundidade legítima).

Como estas bases e fundamentos não são utópicos, deles se derivam o conteúdo didático e as condições de realiza-

ção. Derivam-se enquanto processo de concretização, aproximando-se sem falsificar a realidade. Representam o conteúdo didático, a serviço e em convivência com as bases, aquelas disciplinas e atividades que, longe da feição acumulativa dominante e do esvaziamento vocacional, procuram uma definição própria. Por que “Anatomia e Fisiologia Humana” em um curso de formação de professores primários? Ainda “Física” e “Química”. E “Biologia geral”? Por que não substituir “Higiene e Puericultura” pelo significado mais pedagogicamente concreto de “Educação Sanitária”?

Questão aberta pelo conteúdo didático transformado que não pode isolar-se das “condições de realização”, fatores de execução, de aceitação e planejamento, de renovação consciente.

Pelas condições, enfrentamos a preparação psicológica e técnica do quadro de professores: em palestras e seminários, em cursos de especialização e treinamento. Mesmo com verbas limitadas se poderia pensar na criação de uma Revista com esta finalidade, a exemplo da “Revista de Ensino (R. G. do Sul) ou talvez um Boletim informativo, que relatasse o processo de reforma, funcionasse como órgão de atualização do professorado e garantisse a unidade de um planejamento.

Desde que as condições propiciam e o conteúdo didático esteja condizente com as bases e fundamentos, os objetivos poderão ser esboçados, previstos no seu alcance. Formar um professorado mais consciente de suas tarefas, capaz de retomá-las, colocando-se na posição devida em face do atual momento brasileiro. Professorado apto para olhar de frente e solucionar — ou contribuir pa-

ra a solução — do problema da educação fundamental. Nesta perspectiva, releemos o pensamento de Il Kandel:

— “O reconhecimento da importância da educação para a segurança nacional e o progresso econômico, através do desenvolvimento dos recursos humanos de uma nação, ainda não encontram paralelo no reconhecimento público de que o êxito de um sistema educacional depende, em última análise, dos professores que o põem em prática”. (3).

A partir desses pressupostos, começa-se a elaborar o currículo normal através de um “processo selecionador e graduador”. (4) Currículo organizado para representar uma unidade globalizadora, embora nunca uniforme ou imutável. A unidade do currículo é realmente diversificada; admitindo e orientando uma variedade. De experiências e matérias que estão mais próximas uma das outras, por maior ou menor afinidade entre si, e por um critério de saber hierarquizado. Será possível falar em dinamismo do currículo, apoiado em uma organização departamental.

Departamentos que superam o isolamento das “cadeiras”, permitindo a vinculação das mesmas como aspectos de um todo:

I) *Departamento de Cultura Básica* — Visto na continuidade e aprofundamento dos cursos primário e ginásial, tendo como disciplinas integrantes: *Introdução à Filosofia da Educação, Iniciação às Artes, Português e Literatura Brasileira, Matemática, Inglês ou Francês, História e Geografia de Pernambuco*. Como prática educativa pertence a este Departamento a *Educação Física*.

II) *Departamento de Cultura Vocacional* — Sendo a vocação um “conjunto de aspirações e aptidões harmoniosamente coordenadas” (5), reunimos aqui as disciplinas que servem de fundamento teórico e assim contribuem para uma atitude reflexiva, possibilitando o lúcido exercício de suas funções. De acôrdo com o escalonamento básico: *Filosofia da Educação e Ética Profissional, História da Educação, Educação Comparada, Didática Geral, Fundamentos Bio-Psicológicos da Educação, Sociologia Educacional, Educação Sanitária, Artes Aplicadas e Recreação*.

III) *Departamento de Prática de Ensino e Pesquisas* — Não mera complementação dos anteriores, mas com a finalidade de valorizar o terreno da aplicabilidade, de conceder o tempo mínimo para experimentar no campo do ensino e para fazer a introdução de novos métodos e técnicas, fundamentadas por uma visão de fins e valores educacionais. Abertura imediata e lógica dêsse Departamento — sobretudo no setor de pesquisas — para uma articulação entre as Escolas Normais ou Institutos de Educação e os cursos superiores de Pedagogia das Faculdades de Filosofia. É confirmador o pensamento de René Hubert a êsse respeito:

“Conviria, . . . , tornar tão estreita quanto fôsse possível a ligação dos centros de ensino superior e de investigação científica com os institutos de formação pedagógica, não só com o objetivo de aumentar e afirmar a cultura dos futuros educadores, de iniciá-los diretamente aos procedimentos da investigação positiva e, em uma palavra, no espírito da ciência que se está forjando, senão também para permitir-lhes que aprovei-

tem imediatamente dos trabalhos que se realizam nos laboratórios das ciências que lhes interessam mais especialmente...” (6)

Constituem matérias e atividades dêsse Departamento: *Didáticas Especiais, Prática de Ensino, Psicopedagogia, Pesquisas Sócio-Educacionais, Auxílios Áudio-Visuais, Estatística e Administração Escolar*.

A significação profissional decorrerá como síntese dos três Departamentos, onde a cultura básica não se contentará com generalizações de classicismo ou eruditismo, mas indicará uma porosidade para receber a necessária formação teórico-vocacional, prolongando-se no fazer e agir da obra pedagógica.

Do primeiro ao quarto ano, (pois a nossa reforma do currículo prevê um ano *a mais* de trabalho especialmente relacionados com o “Departamento de Prática de Ensino e Pesquisas” — funcionando como estágio de confirmação vocacional —), os alunos participam das tradicionalmente denominadas “atividades extra-curriculares”: clubes de recreação, clubes de música, de folclore, cine-clubes, clubes de leitura e de estudos religiosos.

No último ano do curso, onde se resalta por necessidade a importância das Didáticas Especiais e da Prática de Ensino, os alunos serão motivados para organizar um “Centro de Estudos sobre Realidade Brasileira”, inspirado nas técnicas do estudo dirigido e nas múltiplas formas de debate. Através do Centro, os alunos serão chamados a conhecer

para transformar a realidade nacional, a interferir no processo de formação da opinião pública, a realizar as tarefas de uma educação fundamental urgentemente necessitada pela maioria da população brasileira.

REFERÊNCIAS:

- 1) Flitner, W. — "Pedagogia sistemática".
- 2) Tavares de Miranda, M. C. — "Conceito de Educação".
- 3) Kandel, H — "Uma Nova Era em Educação".
- 4) Cunningham, W. — "Introdução à educação".
- 5) Hubert, R. — "Tratado de Pedagogia General".
- 6) Idem.

DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS

<i>Departamento de Cultura Básica ou Fundamental</i>	<i>Departamento de Cultura Vocacional</i>	<i>Departamento de Prática de Ensino de Pesquisas</i>
Introdução à Filosofia da Educação	Filosofia da Educação e Ética Profissional	Didáticas especiais
Iniciação às Artes	História da Educação	Psicopedagogia
Português e Literatura Brasileira	Educação Comparada	Pesquisas sócio-educacionais
Inglês ou Francês	Didática Geral	Prática de ensino
Matemática	Fundamentos bio-psicológicos da educação	Auxílios áudio-visuais
História e Geografia de Pernambuco	Sociologia educacional	Estatística e Administração Escolar
Educação Física	Educação sanitária	
	Artes aplicadas e recreação	

ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

RÉSUMÉ

L'AUTEUR, notant que le cours de formation de professeurs primaires se situait au même niveau que les autres cours de degré moyen, propose une expérience de rénovation. Pour cela, il analyse les aspects dynamique et statique du programme à organiser, tout en réfléchissant aux bases, au contenu, aux conditions de réalisation et aux objectifs, de ce programme.

Ce programme de formation de professeurs primaires vise à présenter une vision globale du problème, sans être cependant une vision uniforme et immuable; il ne sera dynamique que dans la mesure où il s'appuiera sur une organisation administrative correspondante. Aussi l'auteur suggère la création de trois "sections":

I) *La section de culture de base*: Ayant en vue la continuité et l'approfondissement du cours "gymnasial", cette section réunirait les disciplines suivantes: Introduction à la Philosophie de l'Éducation, Initiation aux Arts, Portugais et Littérature

Brésilienne, Mathématiques, Anglais ou Français, Histoire et Géographie de Pernambuco. L'éducation physique s'ajoute au programme de cette section à titre de "pratique éducative".

II) *La section de "Culture de Vocation"*: Elle rassemble les disciplines qui, servant de fondement théorique, contribuent à donner une attitude de réflexion, et facilitent les fonctions intellectuelles, comme: la Philosophie de l'Éducation et l'Éthique Professionnelle, l'Histoire de l'éducation, l'Éducation comparée, la Didactique générale, les fondements bio-psychologiques de l'Éducation, la Sociologie de l'Éducation, l'Éducation Sanitaire, enfin les Arts Appliqués et la "récréation".

III) *La Section de Pratique de l'Enseignement de Recherches*: Elle a pour finalité de valoriser le terrain des applications pédagogiques, de donner le minimum de temps nécessaire aux expériences "sur le terrain" et à l'introduction de nouvelles méthodes et de nouvelles techniques. Elle rassem-

ble: les Didactiques Spéciales, la Pratique de l'Enseignement, la Psychopédagogie, les Recherches de Sociologie de l'Éducation, les Auxiliaires Audio-visuels, les Statistiques et l'administration Scolaire.

Pour finir, l'auteur suggère que pendant la dernière année du cours de formation de professeurs primaire, les élèves soient engagés à organiser un "Centre d'Études sur la Réalité Brésilienne".

ABSTRACT

A complete overhauling of the course for forming teachers in primary education is advocated by the author, who finds it advisable to disentangle all teacher training from the schemes governing courses at intermediate level. He proposes a new curriculum, the dynamic and static aspects of which are analyzed along with its bases, its didactic contents, its implemental conditions, and its educational objectives.

Such a curriculum, designed to represent a global though neither uniform nor immutable unit, will be a dynamic one as long as it is founded on a departmental organization, settled as follows:

I) *Department of Basic Culture*, to be seen as continuing and deepening primary and secondary education through the following subjects: Introduction to Educational Philosophy, Initiation into the Arts, Portuguese Language and Brazilian Literature, Mathematics, English or French, History and Geography of Pernambuco. Physical Education may be added as an educational practice.

II) *Department of Vocational Culture*, comprising all subjects connected with theoretical foundation so as to contribute to form reflexive attitudes

as well as to make possible a clear understanding of teaching work: Educational Philosophy and Professional Ethics, History of Education, Comparative Education, General Didactics, Bio-psychological Foundations of Education, Educational Sociology, Sanitary Education, Handicrafts, and Recreation.

III) *Department of Teaching Practice and Research Work*, aiming at valorizing the field of applicability, providing for teaching experiments with new methods and techniques; it is organized as follows: Special Didactics, Teaching Practice, Psychopedagogy, Socio-Educational Research, Audio-Visual Aids, Statistics, and School Administration.

The author ends "project of reform" by suggesting that senior students should be motivated to set up a Centre for Studies of Brazilian Reality. The Centre is expected to develop an awareness of, and a readiness to change, that reality, by intervening in the process of formation of public opinion and carrying out the tasks of a fundamental education, as urgently required by the great majority of Brazilian population.

JOSÉ RAFAEL DE MENEZES

Pedagogia do Estudo Dirigido

VIVEMOS UMA FASE DE EUFORIA no ensino secundário com a multiplicação das escolas, a flexibilidade dos currículos, a universalização das modernas técnicas de planejamento didático e manejo de classe. As lamentações ou as censuras por falta de ginásios ou por falta de adaptação desses ginásios às inclinações da época vão perdendo a sua razão de ser. O número de estabelecimentos cresce em ritmo quase inflacionário: 70% dos municípios do interior do Nordeste contam com ginásios masculino e feminino, e se todos ainda não os possuem é porque entre nós está sendo mais fácil criar-se um novo município do que instalar-se uma unidade escolar... Objetar-se-á que embora numerosa as vagas, o custeio do acesso ginásiano limita a possibilidade dos adolescentes. Reconhecemos a limitação, mas não a ponto de negar a popularização dos cursos; nas pequenas cidades do interior por exemplo, todo jovem inteligente que tenha feito o grau primário, aos 12 ou aos 15 anos terá acesso ao ginásio de sua terra, mesmo que pertença a família sem meios para o orçamento normal da seriação. Quanto menor a cidade, mais íntimos e humanos são os contactos e há sempre uma maneira de se superar a dificuldade; por outro lado, a institui-

ção federada, estadual ou municipal das bolsas de estudo possui amplitude bem democrática. Nos centros urbanos maiores, nas capitais então, os ginásios oficiais vão-se fazendo presentes, abertos para uma clientela que se torna pequena por insuficiência do ensino primário, êste sim bastante desfalcado nos níveis pré-ginásianos, de 4.^a e 5.^a série, aonde não chegam nem 10% dos que se matricularam para a alfabetização.

No que diz respeito às técnicas didáticas a evolução é animadora; se o surto quase inflacionário conduz ao funcionamento de acanhados estabelecimentos de ensino secundário, na maioria dos ginásios pela renovação do professorado, pela elevação através das Faculdades de Filosofia, dos Cursos de CADES, da maior colaboração cultural do Ministério da Educação consegue-se um padrão de instrutividade bem mais vivo e objetivo do que o inspirado pela mentalidade burocrática e enciclopédica de 20 anos atrás. Por que então há êsse descrédito do rendimento intelectual dos adolescentes de hoje descrédito comprovado em qualquer teste para escritórios, nos raros concursos públicos? Por que o tropeço escandaloso dos colegiais nos exames vestibulares? Um motivo nos parece forte: a deficiente estudiosidade.



Se estuda cada vez menos em condições cada vez piores. A geração anterior a que agora passa pelas classes ginásianas começava por receber da sua missão a consciência de uma novidade, de uma excepcional colocação sócio-econômico em que o sentido de elite funcionava pelas exigências como uma oportunidade a ser aproveitada. A popularização do ensino secundário lançou essas elites numa indiferença boêmica; enquanto os de origem modesta foram promovidos escolarmente sem correspondência estrutural.

O adolescente tem o seu tempo e a sua mente retalhado por solicitações de uma civilização sem unidade. A natureza humana que já sofre os impulsos interiores do seu crescimento, a ebulição do instinto, o ruído do nôvo nascimento, é simultaneamente puxado pelas exterioridades que a convidam ou coagem para pertencer a vários clubes diversionais ou esportivos, para frequentar muitas casas e participar de muitos problemas, para presenciar variados espetáculos de teatro ou de cinema, para ler os jornais matutinos e vespertinos, as revistas de ilustração e as histórias em quadrinho. Por outro lado sendo a vida mais dura e a condição de estudante mais popular a profissionalização se faz cêdo, na idade ginásiana até mesmo para aquêles jovens que não precisam, que poderiam por um padrão mais modesto de viver, "comprar" as horas do estudo. Sôbre os menores, sôbre os adolescentes típicos de 14 a 15 anos, pesam desfavoravelmente a incompreensão e inadaptação para o estudo dos ambientes domésticos, com os pais desordenadamente atarefados ou também atraídos para a vida fora do lar, como os espa-

ços minguados das construções coletivas metropolitanas, e o barulho urbano, "a barbarie do ruído", adensando a atmosfera, a intoxicar, a entontecer, a desviar, a irritar...

Sem meios para reagir contra isto, a educação secundária, bem ao contrário se acha pautada num estilo que asserberba o adolescente da responsabilidade de estudar; o professor se transformou num orientador. Provoca, desperta, interessa, aponta, sugere, corrige. E se o aluno não estuda, não segue o itinerário da pesquisa, da busca no livro, a aula se perdeu. Saimos do regime do *magister dixit*, da apostila, do semi-internato ou internato com o coativo censor de estudos, para o regime da pedagogia do auto-govêrno e da responsabilidade do educando, sem possuímos condições psicológicas e sociais ou técnicas para a mudança. O que está faltando a êsse educando para aproveitar os novos roteiros metodológicos, já que êle não conta com o ambiente da civilização adulta e enferma que tem por missão melhorar, é uma habilitação, quase diremos uma política, para que possa estudar, para que extraia do seu estudo, onde reside 70% de suas oportunidades culturais, o rendimento planejado pela pedagogia contemporânea. Esta habilitação que se faz tão necessária e que tem de começar como maliciosa política de auto-defesa e aproveitamento do tempo, possui muito de uma arte, é quase uma ciência em seu rigor sistemático, e se denomina *técnica do estudo dirigido*.

A Técnica do Estudo Dirigido

"O que mais notável um aluno apren-

deu no Curso Secundário, quando terminou, tendo estudado, não foi tanto o certo número de disciplina, como esta coisa essencial: *aprendeu a estudar*. Pode não guardar muito vivas as noções do que foi armazenado na memória, superficialmente decoradas num dia e esquecidas no outro. Mas se de fato êle estudou tem agora uma ciência básica: *sabe estudar*. Está capaz de empreender por conta própria a aprendizagem das matérias dos cursos superiores". Estas sábias observações de Medeiros de Albuquerque escritas em 1913, quando o ensino secundário brasileiro arrastava-se volumosamente, sem seriação e sem didática, constitui uma lição tanto mais atual quando apesar de tanto processo da educação típica dos adolescentes, continuamos sem conseguir oferecer essa virtude e essa habilidade essenciais: amar o estudo e saber estudar! É entretanto animadora a universalização da consciência do que precisamos. Quer entre os professôres como por parte dos alunos. Os dois tipos de estudantes secundários que o Prof. Mário Gonçalves Viana adjetivou num paralelo em que a responsabilidade dos mestres estaria implícita: "O adolescente que, ao abandonar as aulas, se julga detentor de tôdas as ciências do mundo, é um inconsequente; mas aquêle outro, que sai da escola com aversão aos livros e com ódio ao estudo é um insensato' — são bastante fictícios. A escola secundária de hoje venceu a batalha da conceituação da aprendizagem. Sabe o que quer. Consegue ser sincera e estimulante.

Se não produz o que dela se esperava é porque se esperou sòmente dela. Não se aglutinaram à sua missão os outros fatores do complexo educacional: dis-

posições mentais dos alunos, tempo para a escolarização, meios econômicos, ambiente doméstico, diversões, caráter da civilização. Sem adiarmos para uma expectativa històricamente reformista, o aspecto mais vulnerável da educação dos adolescentes, cremos ser possível nas atuais circunstâncias salvarmos as belas conquistas do ensino nesse nível se acentuarmos o papel do *estudo dirigido*, suas possibilidades em classe e seu maior aproveitamento, no programa individual de cada estudante. Na sua conceituação seguiremos o espírito e os dados dos dois maiores didatas de língua neo-latina, os cubanos A. M. Aguayo e Diego Gonzalez.

Estudar é uma operação complexa. Não basta o ato físico de percorrer as páginas de um livro. O simples esforço que "fotografa" o rastreio gráfico, por mais prodigioso que seja, é um simples momento da operação que se não for desdobrado conduzirá a uma indigestão mediocre: a decoração. "O estudo compreende várias operações ou processos mentais relacionados com o trabalho que vai ser executado ou com o problema que vai ser resolvido — diz textualmente Aguayo. E especifica: a) observação atenta; b) compreensão do assunto; c) trabalho de imaginação criadora; d) exercício de memória lógica; e) juízos e raciocínios; f) experiência; g) apreciação moral ou estética... Comprometido com todo o seu ser — biológico, intelectual e espiritual — o adolescente (ou quem quer que estude) não pode executar com proveito tarefa, se não se dispõe, se não se organiza, advertindo-se, selecionando, ampliando, as condições necessárias ao trabalho. A começar pela prepara-

ção do ambiente. O ritual do estudo possui lugar e hora marcada. Não há de ser executado no terreno devassado por onde a rua flui, nem na sala de jantar junto ao ruído doméstico. Precisa de um esconderijo, como a oração, local arejado, mas discreto, silencioso. Convém que seja sempre o mesmo, para que nêle se aproveite o fluxo místico de outras jornadas vitoriosas, do sucesso de outros familiares. Estudar em hora propícia, guardando-se certa distância das refeições, nunca logo após o almôço, é medida que todos conhecem, mas pouco seguida pelos adolescentes interessados em se “verem livres” das obrigações estudantis lançam-se ao estudo (?) apenas terminadas as refeições. O romantismo de base científica das proveitosas horas matinais, torna-se impraticável entre nós: as aulas são preferentemente no 1.º turno do dia e seria ilusório, senão rigor pouco saudável, cortar momentos úteis de sono para madrugadas estudantis. Duas a três horas bem cuidadas, constantes, num turno ou noutro do dia claro asseguram real progresso aos adolescentes de desenvolvimento normal. Em sua *Didática General* (versão espanhola) Schmeider emite considerações bem objetivas sobre o ambiente doméstico propício à aprendizagem: “A quota de responsabilidade no trabalho escolar que corresponda ao lar paterno se desconhece ainda demasiadamente. Tanto maior é o dever do mestre de fazer sentir a necessidade dessa complementação didática. Deve recomendar ao aluno que não se ponha a trabalhar imediatamente depois do almôço. Um adolescente não deve mover-se durante meia hora, o mais nervoso deve dormir uma hora antes de come-

çar a trabalhar. Quem se acha excitado ou aflito, trabalha quase sem resultado. Antes de que o adolescente comece a fazer seus deveres em casa, deve mudar suas vestes com que foi à Escola, para outras mais leves, mudar de sapatos e lavar-se; também todo cuidado deve se pôr para que nenhum ruído atinja o quarto de trabalho. É importantíssimo que o estudante divida o seu tempo com plena consciência, que não se deixe distrair por nada e que aprenda a distinguir a energia gasta nos jogos com a atividade do trabalho sério”.

Para os de menores idade, os púberes (de 12 a 14 anos), como para os menos dotados ou menos habilitados em função do deficit imposto pelo meio, pela civilização desordenada das metrópoles, essas condições por si sós não produzem frutos pedagógicos culturais ou cientificamente expressivos. Êles precisam de uma orientação amadurecida no próprio ato do estudo. Êles precisam de companhias adultas e cultas, para que possam alcançar um impulso até a zona de auto-educação que dificilmente se localizará abaixo dos 15 anos. É para êstes que o estudo dirigido em sua formulação didática mais exata há de se fazer indispensável.

Estudo Dirigido

As sugestões apontadas, as recomendações clássicas para o aproveitamento do esforço juvenil junto aos livros, valendo como medidas de organização discente, não chegam a ser estudo dirigido. Êste pede ambiciosamente: a) Delimitação do tema de estudo; b) justificação de sua importância ou motivação; c) condições ambientes; f) presença de um professor-monitor.

Tôda uma ordem didática posta a disposição da personalidade do educando segundo energias de estímulo e coordenação, estruturas de serviço e ação, semelhantes, senão mais complexas do que as exigidas para uma aula. Todo um planejamento científico, pois como o define Diego Gonzalez o *estudo dirigido* é “uma plano ou técnica para guiar e estimular o aluno nos métodos de estudo e do pensamento reflexivo”.

Assim entendido em suas características pedagógicas, o estudo dirigido exige tempo, local e equipe própria. Não há de ser obra doméstica, nem parcela das sobras dos horários nos colégios e ginásios. Se na divulgação de suas técnicas e na revigoração do seu conceito podemos alcançar reflexos úteis para uma melhoria da estudiosidade privada; se por uma curiosa tendência à atualização alguns educandários esposam a técnica e com elas fazem ensaios periódicos, na verdade só temos *estudo dirigido* quando aquelas etapas são consideradas intensivamente, na disciplina de um processamento quotidiano, numa complementação sequencial ao exposto ou recomendado em aula. A ponto de ser proporcional o tempo de estudo, ao tempo da preleção, os meios didáticos e a disponibilidade do especialista, como se não houvesse a mínima interrupção entre a aprendizagem do processo-aula e a do processo-estudo. É bem a pedagogia do tempo integral. Talvez exposta à crítica pelo que representa de encarecimento, de compromisso aristocrático numa nação subdesenvolvida,

com milhões de analfabetos e 70% de sua juventude à margem do ensino médio. Abusando de um tal raciocínio poderíamos ter que menosprezar ou adiar os gastos com o ensino superior, onde na verdade há muita sobra, ou pelo menos franquias orçamentárias desproporcionais aos outros graus. A inclusão do *estudo dirigido* nos colégios ou sua programação em institutos especializados — públicos ou particulares — vale o preço que compromete: asseguraria à geração atual a oportunidade de um acabamento pedagógico em nível ginásial ou colegial; por menor que fôsse o número dos beneficiados estaria garantida a estabilidade dos grupos de liderança.

Os riscos do aristocratismo entendido em sua corruptela capitalista, como decorrendo do privilégio dos que pagam, poderia ser corrigido pelos institutos públicos, pelas bolsas de estudo. Mal maior é o desperdício atual quando só se considera, altamente custosa ao bolso dos pais ou aos cofres da nação, o processo de lançamento da matéria, a conformação do ensino ao tempo-aula. O desdobramento dêesses recursos ou como acréscimo ou como divisão, para custeio do tempo-estudo, na sua rigorosa definição de *estudo-dirigido*, está na hora de ser feito com a coragem anti-demagógica de uma política seletiva — seja pelas posses, seja pelo talento. Na preparação de elites, de aristocracias autênticas, pois sem elas, como nos adverte SCIACCA (e brasileiroamente bem o sentimos) a democracia é uma farsa.

RÉSUMÉ

LA SITUATION de l'enseignement secondaire au Brésil multiplie les chances pour les adolescents:

a) par la création de nouvelles unités; 70% des départements administratifs (municipios) du Nord-

Est du Brésil possèdent déjà des gymnases (cours secondaire, premier cycle); b) par les facilités des bourses d'étude, accordées par le pouvoir public; c) par la modernisation des techniques didactiques des professeurs, en permanent processus de renouvellement, surtout moyennant les campagnes de la CADES.

Malgré ces avantages, on remarque une chute de la capacité intellectuelle des nouvelles générations formées par l'enseignement secondaire. L'on confirme cette faillite dans les tests professionnels, dans les concours publics, dans les examens pour l'admission au cours supérieur (vestibulaires). La cause principale de cette situation est l'insuffisance et l'état précaire de l'étude des adolescents: a) parce qu'ils étudient trop peu; b) parce qu'ils ne savent pas étudier.

La concentration des principes et des règles en vue de la récupération, moyennant l'étude organisée, intensive, continue, adéquate, cette concentration nous apparaît comme un très important

thème pédagogique, que les professeurs, les parents et les leaders administratifs et sociaux doivent penser et développer, comme une fonction civique. Toute une PEDAGOGIE DE L'ÉTUDE DIRIGÉE, selon les leçons de la valorisation didactique et de la mise en route technique, doit être mise sur pied parmi nous. L'enseignement secondaire devient chaque fois plus un éveil et une suggestion, une orientation et un encouragement à la recherche et à la réflexion. L'attention au milieu familial, la fixation des heures convenables et la fixation des règles pour la lecture et pour la prise de notes, tout cela constitue les préliminaires de l'ÉTUDE DIRIGÉE, dont l'exacte réalisation ne réussira qu'avec la disposition des moyens didactiques, des horaires et du personnel spécialisé. Cela coûte cher au pouvoir public ou à l'initiative privée, mais les résultats qui seront obtenus dans l'affirmation des élites indispensables à la vie démocratique, ces résultats payeront largement l'effort.

ABSTRACT

THE PRESENT state of Brazilian High School education is one in which we can detect a number of increased facilities and opportunities for the youngsters: a) the creation of new establishments; about 70% of all administrative districts in the Northeast of Brazil already have High Schools; b) the distribution of a considerable number of scholarships by the Government; c) the work of CADES towards the modernization of teaching methods and techniques, among High School teachers.

Despite these improvements, however, one may notice something of a fall in the intellectual capacity of High School students among the newest generations. Professional selection tests, Civil Service examinations and College entrance examinations have been consistently confirming this general picture of Brazilian High School education today. One of the main causes for this seems to be bad studying habits and practices on the part of the youngsters. That is, they either are not working hard enough on their textbooks or they

do not know how to work properly and effectively on them.

The author considers it a very urgent task, as regards teachers, parents and social workers, the collection of the principles and rules according to which the recuperation of all low-standing students will take place. There has to see the light, among us, a new Pedagogy of Guided Studies. Proper attention towards the family circle, the scheduling of home-work hours, the selection of practical rules for efficient reading and for taking notes in class, these all are some of the preliminary steps that will have to be considered with a view to Guided Studies, together with information media, good time schedules and specialized personal. This will cost the Government or private enterprises a considerable amount of money, but the results will soon show up in the preparation of the *élites* whose main job is to assume the leadership of a democratic nation.

DOCUMENTOS ESTUDOS

CALAZANS FERNANDES

Angola: Depoimento

AS AUTORIDADES portuguesas espalharam rumores nos últimos dias de que padres católicos nativos estão ministrando o Sacramento da Comunhão com Óstia envenenada para matar os brancos. Não é esta a primeira vez que circulam boatos dêsse tipo. Noutras ocasiões êles foram seguidos de violenta campanha contra os religiosos.

Isso é prenúncio de que a PIDE planeja uma nova incursão contra conventos e igrejas protestantes em tôda Angola.

A perseguição contra o clero e os pastores protestantes, é parte dos preparativos para a grande ofensiva projetada para os primeiros meses de 1962, quando voltam as chuvas e, com elas, os nativos voltam a controlar todo Norte, o interior, obstruindo estradas, pontes e esbarrando a marcha do Exército português contra os redutos nacionalistas localizados nas selvas. Na repressão contra os que lutam pela independência, além do negro parece ser a figura do padre, do pastor, a mais visada. Muitos padres já morreram, outros estão presos, outros desaparecidos.

A colonia de Angola, a que o Govêrno de Lisboa chama enfaticamente de

“Provincia Ultramarina”, é quase do tamanho da Europa Ocidental e 12 vezes maior que Portugal. Nela vivem 4.500.000 habitantes, dos quais apenas 200 mil são brancos, incluindo aí fôrças do Exército, da Marinha, da Fôrça Aérea, funcionários civis, agentes da Polícia e portugueses emigrados da metrópole para a riqueza fácil na “provincia”.

Angola é o nome de um antigo reino africano descoberto pelos portugueses no século XV e que até metade do século XIX não tinha ainda controlado, senão uma fina faixa de terra litorânea, cuja efetiva pacificação e ocupação começou mesmo a menos de 100 anos. A presença portuguesa sempre despertou sérias resistências, que se alastraram até hoje. Os acontecimentos de agora são, porém, os mais amplos, maiores que a famosa revolta de “Ovimbundu”, de 1902 e também que o levante de “Bakongo”, de 1913.

Escrito em outubro de 1961 em Luanda, onde o autor se encontrava na qualidade de enviado especial de revistas e jornais do sul do país, o presente documento ainda não foi divulgado. Daí a importância da presente publicação.

Aqueles que se oponham a êsta escôlha arguindo um tratamento jornalístico ser inadequado a uma revista universitária respondemos previamente que ainda não é por uma forma jornalística de exposição que se comprometerá a seriedade intelectual que “Estudos Universitários” visa desenvolver.

(Nota do secretário).

Contra a resistência dos plantadores portugueses, em 1850, fizeram-se tentativas de acabar com a escravatura (o trabalho forçado existe ainda hoje) nas fazendas do interior. Da escravidão permanente passou-se para a “servidão periódica”. Esse disfarce de escravatura é que perdura nos tempos atuais sob o nome de “mão de obra contratada”, e que, segundo informação constante de pesquisas officiosas, “emprega” em campos de trabalho do Govêrno ou particulares, 379.000 angolanos.

Fundamenta-se (a contratação”), numa lei que obriga o angolano (menos o assimilado) a trabalhar para um empregador europeu, durante um período de seis meses, cada ano. A lei estabelece: “cada homem adulto fisicamente habilitado”. Os “contratados” são recrutados pela fôrça, ou presos pela autoridade, arrebanhados nas aldeias, nas cidades, nos sítios, nas estradas, na selva. A reação pode implicar na morte sumária, dependendo de uma simples comunicação do patrão à Delegacia de Polícia mais próxima.

Jack Wodis, no seu livro *África, Raízes da Revolta* diz à página 87 (“os 379 mil escravos de Angola”), referindo-se à África Portuguesa e citando outro autor, que o Comité de Trabalho Forçado *ad hoc* das Nações Unidas “expressou, em 1953, que a crença de que, embora o trabalho forçado estivesse proibido, houve certas restrições e excessão na legislação que permitiu o trabalho forçado ou compulsório”. Prossegue Wodis afirmando que o mesmo autor, num estudo sôbre Angola, afirma que ali há “hoje mais escravos... do que há 50 anos”.

O sistema “e o de que cada africano

do sexo masculino em Angola, ou na prática, os que tiverem a idade aparente superior a 10 anos, é obrigado a provar que trabalhou por seis meses no ano anterior, ou está trabalhando no momento em que lhe tomam a informação. Se não estiver ocupado em alguma coisa, é enviado a um trabalho forçado”. Segundo Wodis foram verificados. . . . 379.000 “contratados” no Departamento de Assuntos Nativos de Luanda. Refere êle a um diálogo com um senhor Monteiro, gerente geral das plantações de açúcar de Cassequel, em que o citado senhor confessa que para os recalcitrantes o remédio é o Posto Policial, onde começando pelo castigo da palmatória, a surra pelo açoite, de acôrdo com o número de golpes, o nativo vai até a morte.

Depois de anos de trabalho forçado os sobreviventes regressam às suas aldeias, de mãos vazias, porém calejadas, onde tentarão a integração na comunidade tribal, já cansados, decreptos, inaptos para a agricultura, a pesca e a caça.

As primeiras manifestações de reação política, ainda fracas e clandestinas, surgiram no começo de 1950, em parte como consequência e repercussão de agitações políticas ocorridas em países vizinhos. A Polícia sempre respondeu com o fuzilamento os movimentos oposicionistas. Em 1960, as autoridades de Luanda julgaram e mataram 45 nativos e 7 portugueses ocupados em atividades “perigosas para o Estado”. Em junho do mesmo ano, entre 52 africanos presos, estava o padre Joaquim Pinto de Andrade, chanceler do Arcebispado católico de Luanda e o dr. Agostinho Neto,

poeta, médico querido entre o povo e um dos cabeças do movimento de resistência. A prisão dêsse médico, de fundas ligações populares, teve repercussão maior que a Polícia supunha. Surgiram rumores sôbre uma marcha de protesto contra o Palácio do Governador Português em Luanda. Na Europa publicaram-se notícias filtradas diretamente de Luanda dando conta de um massacre executado por soldados portugueses em aldeias indígenas. Meses depois, um relatório publicado em Londres contava que a 8 de junho, nativos da aldeia de Agostinho Neto (a este de Luanda) foram a Catête pedir sua libertação, sendo repelidos a bala e morrendo 30 deles. No dia seguinte, os soldados marcharam sôbre "Benga" e "Icolo", aldeias de onde procediam os manifestantes e, aí, mataram e prenderam centenas de nativos.

A 1.º de julho o Congo Belga transformou-se em República do Congo. A mudança logo surtiu seus efeitos em Luanda: as matas do Norte, na fronteira com o Congo, transformaram-se em QG de uma guerrilha cautelosa. Os membros da tribo "Bakongo" (os mesmos da revolta de 1913) confraternizaram a independência dos irmãos congolezes, que lhe estenderam as mãos do outro lado. A confraternização ascendeu nêles, mais uma vez, o fôgo da liberdade.

Durante todo 1960 a tensão aumentou ainda mais. Uma carta de um pastor africano, chegado à Nigéria, assim pinta a situação: "...o toque de recolher em tôda Angola é às 22 horas. Mas isto não

quer dizer que um africano encontrado antes nas ruas de Luanda não possa ser preso ou mesmo assassinado. Os colonos ameaçam os nativos com uma guerra de destruição. Aviões realizam vôos razantes sôbre aldeias, levando o pânico e também bombas incendiárias. Por tôda Luanda surgem as paredes pixadas com "vivas à indepência". A reação portuguesa surge com maior ferocidade. 1961 começa com a revolução aberta, uma nova fase para Luanda, a fase da redenção. A primeira reação de 1961 começou com o ataque da prisão de São Paulo, em Luanda, quando os africanos resolveram responder a violência com mais violência. Pegaram a Polícia de surpresa e morreram alguns homens. Na noite do mesmo dia, Polícia e Exército, ajudados por colonos armados, invadiram os bairros africanos, mataram, espancaram. Uma testemunha que depois conseguiu fugir de Luanda conseguiu ver, só ela, 49 cadáveres, centenas de feridos e centenas de prisões. "Time Magazine" diz que um motorista de praça confessou ter visto passar cinco caminhões carregados de cadáveres. O relato termina com acenos animadores para a vitória.

No Norte, logo a 15 de março (1961), os "Bakongo" responderam com uma ação maciça. Terror e vingança escondiam-se na floresta. Casas e plantações de europeus foram invadidas e houve pelo menos 200 mortos. Foram divergentes as informações surgidas sôbre o verdadeiro número de mortes nesse massacre. Correspondentes ingleses, em Luanda, fizeram publicar em Londres, que a cifra subia a 500 e mais de 500. "Time" disse que não passaram de 350. Mas a "Diamond Angola Company" afirmou

com tóda autoridade que “só morreram 200”. De Lisboa chegaram notícias (17 de abril) de que Salazar decidira intervir com mão forte e iniciara preparativos para uma ação militar à altura, com o envio de mais 25.000 homens para combater os “Bakongo” nas selvas do Norte.

Os portugueses residentes em Luanda, a essa altura, partiam para a ação isolada por plena autorização do Governo. Num período de 7 semanas, até 3 de maio, foram matados a tiro, 30.000 nativos, conforme foi dito pela imprensa londrina, dando como fonte depoimentos colhidos em Luanda. Logo em seguida, referindo à aproximação da estação da sêca (época da colheita) o “Observer” disse que 50 mil negros haviam sido mortos e outros 100 mil colaboracionistas estavam sendo caçados. O “Mirror” publicou um relato dramático de seu repórter em Luanda, que viu um africano ser jogado de um edifício de seis andares, enquanto, no quarteirão em frente, outros brancos esquartejavam um negro. A 19 de maio “Time” disse que num subúrbio de Luanda mais 33 negros foram mortos durante uma batida (“operação limpeza”) da polícia que procurava um depósito de armas. Essa informação foi confirmada pelo próprio Departamento de Informações e Turismo do Governo através de notas nos jornais locais.

Em Lobito (400 quilômetros de Luanda) foram feitas 1.500 prisões e os detentos jogados numa prisão com capacidade para 100 pessoas. Para ser preso bastava que o nativo possuísse uma bíblia, uma gramática, um rádio, um livro, um símbolo de feitiçaria inidentificável para o branco. Esse tipo de prisão estendeu-se por tóda Angola, atingin-

do muitos padres, que foram mandados para Lisboa. O esforço para destruir o nativo com alguma cultura centralizou-se principalmente sôbre o clero nativo. Uma carta do Rvemo. C. J. Parsons, da Sociedade Missionária Batista de 18 de julho, ao “Guadian”, diz que pelo menos 17 padres foram mortos, enquanto outros 30 estavam presos e mais 90 desaparecidos.

Do outro lado da fronteira Norte de Angola, no Congo livre, foram chegando em média 800 refugiados por dia. E em junho, o Exército e a Polícia já tinham dado provas de que estavam incapacitados para agir. As bombas incendiárias, as descargas de metralhadoras, iam matando inocentes e deixando vivos os reais combatentes, dispostos em táticas de guerrilha, em bandos armados de “katana” (cacête com pontas de prego ou facão), bacamartes feitos de canos roubados e arame, lanças, flechas, que aos poucos iam sendo substituídas por modernas armas contrabandeadas do belga.

Em 4 de junho, quatro meses depois do ataque à prisão de São Paulo, jornais de Londres narravam que os terroristas haviam atacado uma aldeia a menos de 10 milhas do porto de Ambriz, a apenas 87 milhas da capital. Em 22 de junho sitiaram Ambriz, 300 insurretos entraram nas suas ruas, tomaram o aeroporto. A êsse tempo, grande parte de Angola estava sob contrôle dos revoltosos e o próprio Governo português confessava que a ação terrorista já se deslocava do Norte em direção ao Sul, para além do rio Cuanza, em região até então considerada fóra de perigo. A 190 quilômetros de Luanda, em Nôvo Redondo, a seguir, a Polícia descobria uma orga-

nização terrorista com planos para matar todos os brancos e nativos a êles fiéis. Em Pôrto Alexandre, a 125 milhas ao Norte da fronteira, foi descoberta uma conspiração de 300 operários entre 5.000.

A Polícia continuou soltando informação desse tipo. Antes de justificar a sangrenta repressão contra os negros, elas serviam mais para provar o caráter nacional da revolta e baixar o moral das populações brancas. Coincidiu essa fase com a chegada a Paris e Londres de grupos de refugiados, que aí deram depoimentos de viva voz sôbre a verdadeira situação em Angola. Mostraram os refugiados, como não só os "Bakongos", lutavam mas também os "Kimbundus" (habitam entre o Rio Bakongo e o Cuanza) e os "Ovimbundus" (ao sul do Cuanza). E lutava-se também ao longo da parte ocidental margeando a estradã de ferro de Benguela.

No Norte as fôrças portuguesas já haviam forçado 130 mil crianças, velhos e mulheres a procurar refúgio no Congo, levando no corpo as queimaduras produzidas pelas bombas de "napalm". A revolta prosseguia em "Nambuangongo", Luanda, Icolo, Bengo, na terra dos "Kimbundus". E ao mesmo tempo em que prosseguia a caçada indiscriminada de negros nas ruas de Luanda, já se começava a falar entre os brancos em luta 'apenas por mais um ou dois anos'.

Aproxima-se Janeiro, a estação das chuvas, quando os negros são donos das matas, das estradas, das vias de acesso, porque êles mais que os brancos conhecem os segredos da terra. O Governo

português já despejou aqui um total de 45 mil homens, entre paraquedistas de 18 e 20 anos, sem a experiência de guerra na floresta. Para operações em praias onde os revoltosos já tomam posições, estão chegando contingentes de fuzileiros navais. A 31 de outubro vimos desembarcar no cais de Luanda, mais 500 desses jovens alegres, ante os olhares ameaçadores de trabalhadores nativos da Aduana. Vimos, no cais, centenas de caminhões para transporte de tropas, jipes, pequenos carros de assalto, com o emblema das Fôrças Armadas de Portugal, mas todos trazendo ainda no chaciz o número de referência dos depósitos de material da NATO. Portugal arma-se com a ajuda da NATO e sem essa ajuda êle não terá condições de enfrentar por mais algum tempo a luta em Angola. A Noruega recusou-se a vender armas a Salazar e condenou públicamente a política colonialista portuguesa em África. A Inglaterra é, por enquanto, o maior aliado de Lisboa.

Ao mesmo tempo em que um funcionário do Governo português diz que a revolta de Angola é obra comunista, outro acusa os americanos de serem os fomentadores e apontam o clero como instrumento do "imperialismo ianque". A opinião divide-se e confunde-se e os jornais de Luanda (destacando-se a "Província de Angola") desmandam-se em ataque à ONU, a que chamam de corja de "celerados, casa de vândalos". Mas foi o próprio Ministro das Relações Exteriores de Portugal, Franco Nogueira, quem confessou (em julho) que o número de refugiados angolanos no Con-

go já sobe a 100 mil, desmentindo, por outro lado, que o número de mortes atinja 50 mil, quando é sabido e dito nas ruas de Luanda que pelo menos 200 mil negros já foram massacrados em menos de dois anos.

Portugueses salazaristas ou da oposição não escondem mais esses crimes, assim testemunhamos em Luanda, inúmeros depoimentos sôbre as barbaridades aqui praticadas em nome da luta “contra o comunismo e o imperialismo americano”. Muitos se gabam de ter matado e poder continuar matando. “A esses cachorros mataremos todos” — disse-me um motorista português, sem que eu lhe perguntasse nada, só por vir passar na rua um negro que cruzava a frente de seu carro.

O Reverendo Malcolm McVeigh, de Stanhope (Nova Iorque), missionário da Igreja Metodista, em Angola, foi um que escapou do cêrco da PIDE e pôde chegar aos Estados Unidos para contar o que assistiu. Num documento publicado a 1.º de julho, nos Estados Unidos, o padre conta a sua experiência de Angola entre 1958 e 1961. Começa dizendo que desde a Guerra da Coréia surgiu em Angola (e em tôda África) movimentos em prol da independência. Cita os grupos atuantes (Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA — do intelectual negro Mário de Andrade e a União dos Povos Angolanos — UPA — chefiada por Holden Roberto. E diz que “é errôneo considerar êsses movimentos comunistas ou organizados no exterior”. Comenta que, a se admitir que a reação angolana tem apoio no

Leste “êsse estado de coisas se deve ao ceticismo quanto ao interêsse por parte do Ocidente na Libertação dos povos africanos”.

Depois de confirmar os massacres que se sucederam ao ataque à prisão de São Paulo, em Luanda, diz o missionário americano que se seguiu à revolta na Baixa de Cassange (nunca noticiada), ocorrida em princípios de fevereiro. Os africanos atacaram as plantações e plantadores, mas não sequearam as casas. Foi uma demonstração mais contra a “Cottonag”, emprêsa do Govêrno para a plantação e industrialização do algodão. Um general foi incumbido de esmagar a rebelião. E conta o reverendo:

“As informações que temos vieram principalmente de fontes africanas, pois a imprensa portuguesa nada divulgou a respeito. Nenhum missionário foi autorizado a penetrar na região, mas sabe-se que o número de mortes sobe a várias centenas. Muitos africanos fugiram para o Congo. Suas aldeias foram bombardeadas e contra elas desfechadas a “operação limpeza”. Visto que Malange foi o ponto de partida, podemos afirmar que centenas de soldados foram mandados para lá e que se viram muitos aviões voando naquela direção. Um sacerdote informou que o cheiro de cadáveres era quase insupportável”.

Joaquim Monteiro (Governador de Malange e natural do Cabo Verde) apurou que os africanos tinham razão, nas queixas contra a “Cottonag”. Fêz distribuir panflêtos na língua nativa garantindo que nunca mais seriam tratados daquela maneira. Dois meses depois Joaquim Monteiro foi chamado a Lisboa e, sob promessa de que inte-

graria uma comissão na ONU, afastado do cargo. Relata o missionário americano que "a brutal repressão da revolta da Baixa de Cassange mergulhou na mais completa melancolia a população africana do distrito de Melange, mas os jornais portugueses nunca disseram uma só palavra sôbre o assunto. Dessa maneira contribuíram diretamente para o assassinio, um mês depois, de quase mil portugueses brancos em fazendas isoladas do Norte de Angola".

A 15 de março os negros lançaram uma ofensiva que matou centenas de portugueses, incluindo mulheres e crianças. O massacre foi noticiado em detalhes pela imprensa. Nada se disse, porém, sôbre a repressão. Foi rápida e violenta. "Estávamos realizando reuniões religiosas — conta o missionário — quando os ataques começaram. Estivemos alí até 18 de março e podemos afirmar honestamente que os africanos residentes na região não sabiam o que estava ocorrendo. Êles sabiam tanto quanto nós. A 18 de março o chefe do Pôsto Policial veio ver-nos para pedir que partíssemos imediatamente porque "iriam bombardear as aldeias".

O bombardeio atingiu todo Distrito de Bembo e do Congo. Os que não morreram ou fugiram, foram presos. "Nossos pastores e membros da Igreja nas regiões de Golumbo Alto, Ambaca, Don-do, Cacusó e do Libolo, foram presos e muitos dêles mortos. Começou, então, um reino de terror".

A Igreja Metodista possui missões em Angola desde 1885. Possui Igrejas em três regiões atingidas: Baixa de Cassange, Luanda e Dembos. Segundo o reverendo Malcolm, noutras partes, ainda que alí não houvessem atividades re-

beldes, os padres foram presos ou mortos. Diz êle: "dos 167 pastores e professôres da região de Luanda, 26 provavelmente ainda se encontram na região; 21 foram mortos; 34 ainda estão em liberdade, enquanto se desconhece o paradeiro de 76".

Na Missão Católica de Luanda, entre padres capuchinhos italianos, o capitão-tenente Nelson Campos Penteado (da Ordem Passionista), capelão do "Custódio de Melo", ouviu o relato de fatos que corroboram as informações sôbre a perseguição aos religiosos que se dedicam à tarefa de catequese e educação das populações nativas.

Segundo relataram os capuchinhos ao capelão brasileiro, de 30 padres da Missão Católica restam 21: três foram assassinados, um envenenado e outros desapareceram. Padres seculares nativos desapareceram e continuam desaparecendo. Contra êles os portugueses espalharam entre a população branca que estavam ministrando a comunhão com Óstias envenenadas. A Polícia se encarregou de forjar provas, nem que para isso tivesse que recorrer ao sacrilégio e profanação de Igrejas.

Nas sedes das paróquias católicas, as escolas foram destruídas e todos os negros que tinham alguma instrução presos ou mortos. As crianças, com mêdo de serem perseguidas, continuaram refugiadas nos conventos, mas recusando-se a comparecer às aulas. Um professor prêso, encarregado de uma escola católica, contou aos capuchinhos que, sob suspeita de estar colaborando, teve que dar explicações durante oito dias. O

regime de suspeita é dos dois lados. Os negros também prendem e matam quando desconfiam de traição.

Os capuchinhos queixam-se de serem incomodados pela PIDE sob acusação de estarem ajudando os negros. O clero católico da metrópole, pela mesma razão, recusa-se sistematicamente a vir para Angola. Acontece freqüentemente Bispos portugueses desrespeitarem ordens de Roma nesse sentido.

Por fôrça das circunstâncias, é reconhecido que o clero nativo angolano identificou-se com o movimento nacionalista e, para cada padre morto, há sempre mais um que entra para os quadros rebeldes. Esse clero nega a ausência de qualquer influência comunista no movimento revolucionário. No entender dos capuchinhos italianos se há comunismo influenciando os angolanos, por enquanto êle está no Congo, ainda não atravessou a fronteira. Eventuais ataques negros dirigidos contra conventos e Igrejas podem fazer parte de ação isolada de comunistas. Mas, explicam os capuchinhos, que os assaltos praticados pelos negros, em Angola, contra conventos, foram sempre à procura de alimentos ou elementos materiais, como canos e pregos, para fabrico de armas grosseiras.

Enquanto paraquedistas com suas roupas malhadas e pesadas botas de couro de búfalo "made in USA" iam cruzando o passeio do Hotel Turismo, naquela manhã de domingo, em Luanda, Cruz Leal, Chefe do Setor Imprensa do Departamento de Informações e Turismo do Govêrno português, vai tentando

me convencer de que tudo está em paz, em Angola e a imprensa brasileira, nem o Brasil, "nada têm a ver com os assuntos internos de Portugal, porque não têm autoridade moral para isso".

“Lá, vocês matam os índios a fome e sede e Portugal nunca se meteu a dar palpites” — diz êle, dando à voz, a entonação de quem dirige uma advertência. E logo a seguir, como quem procurando remendar alguma coisa, arre-mata:

“Não é admissível que vocês brasileiros falem outra linguagem conosco, senão a de irmãos, ligados por laços sentimentais e históricos, todos com a mesma alma”.

Durante quatro dias que estivemos em Luanda encontramos sempre pela frente êsse português falante e por vezes gentil. Êle conhece os jornalistas brasileiros pelo nome e o nosso êle já tinha no bolso quando desembarcamos em Angola. A sua função é cercar os jornalistas estrangeiros de atenções. Antes de nos conduzir ao hotel por êle indicado, Cruz Leal nos levou ao Departamento de Informações e Turismo, onde um funcionário anotou meu nome por extenso junto a outros registros policiais. Aí eu vi uma arma primitiva, do tipo usado por bandoleiros no começo do século nas caatingas do Nordeste brasileiro: uma espécie de bacamarte, onde a espoleta para produzir a chama é uma cabeça de fósforo e a carga explosiva uma mistura de pólvora com vidro moído, cabeças de prego e veneno. Ela fôra apreendida durante uma “operação de limpeza” nos arredores de Luanda.

Após uma explicação sôbre o manejo da arma, Cruz Leal fêz-me um gentil convite, em nome do Govêrno português,

para um vôo de avião até à fronteira do Congo, onde garantiu que eu não viria nada daquilo que os “bandidos da ONU dizem existir por lá” e, depois, um descanso em Luanda, para em seguida voar pela TAP até Lourenço Marques, do outro lado da África, em pleno Índico, para pegar o “Custódio de Melo”, evitando assim o desconforto de uma travessia de nove dias pelo lendário Cabo das Tormentas. O convite não foi aceito.

Gentilezas dêsse tipo, como muitas outras aqui dispensadas aos brasileiros, nunca conseguiram disfarçar o que se escondia por traz. E nos contactos com jovens oficiais do Exército, e até agentes da PIDE, ouvimos confissões assombrosas. Um oficial paraquedista exibiu-me (não concordou em que fotografasse) um colar de orelhas de negros tombados à mira de sua pistola. Outro mostrou-me um chaveiro com uma orelha pendurada à guisa de “souvenir”. Um motorista de praça a quem perguntei porque haviam tão poucos negros em Luanda, respondeu-me com uma gargalhada:

“Aqui não há mais dêsses animais. Matamo-los todos”.

Uma tarde fui ao aeroporto de Luanda levar despedidas a um amigo brasileiro que regressava ao Brasil. Já, por traz da fila de aviões comerciais, vi bombardeiros portugueses recebendo bombas de “napalm” sob as asas para mais uma incursão contra os rebeldes do Norte. Na volta ao hotel, perguntando a outro motorista quem êle julgava responsável pelos distúrbios em Angola, ouvi dêle esta resposta surpreendente:

“São os americanos. Demos cabos de alguns dêles e expulsamos outros”.

Duas vêzes assisti em portas de “ca-

barets” conflitos entre paraquedistas e a Polícia Militar local. Sem perceber, Cruz Leal deu-me a explicação para a origem da rixa: os paraquedistas se julgam os únicos com autoridade para bater e matar os negros, privilégio que a Polícia quer partilhar. Exemplo dêsse estado de coisas testemunhou o guarda-marinha brasileiro Vicente de Paula Casales, acidentalmente envolvido num episódio ligado à luta de brancos contra pretos. Surpreendeu êle, nos fundos do Hotel Turismo, quatro brancos espancando um negrinho de 14 anos (dois seguravam e dois batiam com pau e pedaço de mangueira). Revoltado, o guarda-marinha libertou o negrinho das mãos dos espancadores, no justo momento em que chegava um cabo paraquedista.

“O brasileiro tem razão. Soltem o negrote. Vocês não podem bater nos negros. Nós estamos aqui para isso” — disse o cabo, dirigindo-se aos quatro brancos.

Um funcionário do Consulado Brasileiro em Luanda falou-me da existência de um campo de trabalho forçado nas proximidades da capital. Aí, segundo êle, os trabalhadores são acordados pela madrugada a chicotadas e quando resistem, são jogados numa prisão onde passam a milho sêco, bebendo a própria urina.

Um marinheiro negro, que fêz camaradagem com a guarnição do “Custódio de Melo” e passou a fazer refeições a bordo, recusou-se sistematicamente a dizer-me onde estão a mulher e os filhos.

“Desapareceram” — disse-me êle, por fim, quando lhe perguntei se era verdade que os irmãos de sua mulher eram revoltosos no Norte.

Outro marinheiro branco, português, contou-me que êle e qualquer militar tem poderes para interpelar qualquer negro que encontre na rua. Se a resposta não for considerada satisfatória (geralmente não é) pode prendê-lo ou matar. Disse-me que geralmente a cena é rápida: puxa o revólver e pergunta ao negro se êle sabe o que é aqui-lo. Depois manda que abra a bôca. "Assim eu acerto bem no fundo da garganta".

Um jovem cabo paraquedista, que foi obrigado a interromper seus estudos universitários para vir combater em Angola, queixou-se de que os saltos sôbre a mata são perigosos. "Estou escalado para saltar por êsses dias e não sei se voltarei com vida". Acusou o alto comando português de dirigir, da metrópole, uma guerra em terreno e condições que não conhece.

O descontentamento parece lavar entre as camadas civís e os soldados. Há informações de que pais, mães, queixam-se da sorte de seus filhos jogados na guerra de Angola. As noivas queixam-se da ausência de seus noivos. Enquanto o "Custódio de Melo" esteve atracado em Luanda, a Polícia portuguesa manteve um pôsto policial para controlar a entrada e a saída ao cais, temendo pedidos de asilo. Um comerciante branco angolano contou-nos que o mêdo domina tôdas as áreas do Govêrno. Citou, a exemplo, o caso do petróleo, que continua no sub-solo, enquanto o Govêrno teme explorá-lo, a fim de não despertar mais ainda os sentimentos nacionalistas. Sabe-se que Angola é uma

das maiores reservas de petróleo da África. As prospecções começaram em 1952 e já em 1955 iniciava-se a exploração de 3 campos, onde funcionavam 15 poços, com índice médio de 700 barris diários. O número de campos e poços é muito maior e dentro da própria Luanda há muitos prospectados, porém lacrados.

Para garantir a situação e levantar o moral das populações brancas, a concentração de tropas aumenta dia a dia. Até agora há 45 mil homens. Novos aviões estão chegando e com êles mais bombas de "napalm". Pequenos aviões de reconhecimento realizam batidas sucessivas, levando na barriga a sigla "UPA", para atrair os nativos, truque êsse que êles já descobriram. Os preparativos têm vistas a Janeiro, quando se iniciam as chuvas.

Por outro lado, ninguém esconde que Portugal caminha para o desastre econômico e que o Exército não conseguirá em Angola os objetivos planejados para o período da sêca. Dá-se como perda dois têrços da safra de café. De 100 mil homens de que o Govêrno necessitava para a colheita no Norte, não conseguiu reunir 2.000 em Luanda. Cada dia de trabalho está custando ao Govêrno 2 milhões de escudos. As reservas cafeeiras de 1960 já estão se esgotando.

O Govêrno português não dá explicações sôbre a situação financeira da metrópole e da "província". A Bolsa de Londres acredita que Portugal estará em bancarrota dentro de dois anos. As operações militares obrigam a um aumento de mais 44 bilhões de cruzeiros no orçamento próximo.

É sabido que o Govêrno português está dividido entre a hierarquia e o que

se pode chamar de “contingente”. O estado maior, os altos comandos, os velhos generais, brigadeiros, almirantes, que sustentam a ditadura e nela se sustentam, não têm um perfeito conhecimento da guerra na selva. Tentativas para remediar essa situação são feitas com cursos especiais ministrados por oficiais franceses e ingleses especialistas em manobras na Argélia e no Quênia.

As mobilizações são feitas de última hora, improvisadas e cada vez mais aumenta o número de deserções entre jovens oficiais angolanos “assimilados” que se recusam a vir combater a sua gente. Estes, com cultura militar, engrossam as fileiras de Mário de Andrade, com mais de 100 mil jovens oficiais e intelectuais entre Acraa e Elizabetville, prontos para a ação militar de apôio aos terroristas de Holden Roberto.

Assisti, em Luanda, uma das muitas manifestações com que o Governo português tenta preparar o povo para resistir aos apelos nacionalistas. A concentração lembra muito as reuniões fascistas: muita bandeira, muitos “vivas” e um alto-falante gritando patriotadas e músicas. Tratava-se de uma homenagem ao Ministro de Ultramar, Adriano Moreira, a quem, segundo se diz em Luanda, uma cúpula da metrópole instrui para numa eventualidade substituir Oliveira Salazar no poder.

“Deus, Pátria e Portugal”, dizia um cartaz. “A Pátria nos une”, lia-se noutra, ao lado de muitos outros com coisas assim: “Obrigado, Salazar; obrigado

Adriano”; “nós já nascemos portugueses”; “nós vamos morrer portugueses”; “Viva Portugal, vivam os governantes da Nação” e “Fóra bandidos da UPA”, “Morra Roberto Holden”.

Antes, no imenso pátio frente ao Palácio do Governador da Colônia, pés no chão sôbre o asfalto quente, ao compasso da rítmica de tambores e instrumentos nativos, conjuntos folclóricos, representando tribos de diferentes regiões, trazidas de caminhões oficiais, dançaram os passos de uma dança contagiante, cantaram cânticos guerreiros, debaixo de bandeiras portuguesas. A dança e o batuque terminaram quando o funcionário do Govêrno viu que o moral da gente ali concentrada já estava suficientemente levantado para enfrentar discursos e xingamentos de 10 oradores. À distância, sonolentos, à sombra das árvores, sob o pêsso de metralhadoras, fuzís, material de campanha, soldados negros não pareciam à espera do sinal para entrar em ação.

Aos discursos, seguiu-se uma distribuição de pequenas bandeiras, depois de uma acirrada barreira de “urras”, “vivas” e gritos de brancos de “morra Roberto Holden”. Meninos, meninas, desnudos, subnutridos, lançaram-se uns sôbre os outros, atiçados pelo fanatismo. Súbito, de um canto da praça, irrompeu um grupo que se misturava ao povo e que, avançando sôbre funcionários portugueses, tiraram-lhes das mãos molhes de bandeiras, passando a rasgá-las com fúria. Os soldados continuaram na sombra onde estavam. Eles eram negros como negros são os quatro milhões e meio de nativos que lutam pela independência de Angola.

MARCIUS FREDERICO CORTEZ

Cinema e Educação

“CINÉMA — un oeil ouvert sur le monde”, tornou-se lugar comum esta expressão de Georges-Michel Dovay. Quando se aborda qualquer prisma do cinema em relação à alguma coisa, ela é obrigatoriamente citada. E hoje, quando o cinema acarretando o seu poder de *olhar* sobre as coisas e de distribuir nas múltiplas dimensões o produto do que foi “olhado”, transforma-se numa força desumanizadora, desde que nega diante o seu poder emocional, a condição do homem como centro do mundo. O cinema faz parte do que o cerca. Mas, a desumanização decorre da maneira de como dêle se participa, no caso inverdadeiramente.

Dessa forma, pretendemos, seguindo uma linha geral de atitudes do espectador comum colocá-lo frente aos problemas de uma realidade nacional ou de uma realidade por ser o que é na órbita geral de coisas existentes. Objetivo: uma educação cinematográfica dentro das limitações do cinema como elemento de utilidade pedagógico-prático.

1 — *O Espectador Comum em choque com o Filme de Arte*

O alto grau do poder emocional do cinema vinculado à força participadora da imagem intensifica a participação verdadeira ou inverdadeira do especta-

dor. A predominância da segunda sobre a primeira se justifica diante da limitação do espectador sem formação. Êle passa a participar do mundo “dentro” da imagem e participando nessas condições, êle passa a julgar de “dentro para dentro”, sem o conhecimento do que vem a ser o que lhe foi apresentado, pois o hábito inconsciente ou consciente de se entregar ao que está sendo projetado na tela desperdiça seja qual fôr o valor da obra em questão. Êle se reduz a um “participante-não-participante”, isto é não atinge a função da imagem como elemento *para a provocação* e o seu conceito da função exterior da imagem limita-se com êle, porque não chega a existir.

Pondo o exemplo do espectador comum em choque com o filme de arte, mesmo êle sentindo o impacto de algo diferente, pois não consegue nem se manter fixamente como “participante-não-participante”, êle reage: denuncia-se o seu juízo crítico viciado por uma sensibilidade própria criada pelo poder de imposição da imagem e respectivamente pela facilidade de “tornar agradável” do cinema.

Partindo dêsse sentimento, o espectador comum dificulta o trabalho de coordenação da unidade cinemato-

gráfica (a montagem) — o trabalho da exposição, da situação e da idéia. Sem uma unidade espaço-temporal na imagem não se concretiza a participação verdadeira, e essa unidade o espectador não chega a captá-la. A imagem lhe compete apenas como elemento de comunicação para “vencer o tempo”. Entretanto, por êle ignorar a capacidade da imagem e por êle distinguir a sua utilização, êle acredita mesmo participando inverdadeiramente como observador do que está “dentro” da imagem e posteriormente ligado a estrutura do argumento do filme, que participa integralmente, podendo tirar as suas conclusões e interpretar as atitudes dos personagens, o que lhe interessa ao seu modo.

Todo êsse procedimento do espectador comum está relacionado com o poder emocional do cinema. A sensibilidade criada sob o impacto desse poder nas próprias casas exibidoras deixa em tal espectador uma mentalidade pré-fabricada. Êle passa a racionar de acôrdo com a participação que os elementos contribuintes para a formação da sensibilidade fazem existir no cinema. O espectador sòmente dá importância ao que acontece com os personagens, por justamente está mais ligado a êles mediante a sua participação “dentro” da imagem.

A participação verdadeira está condicionada a uma atitude idênticamente verdadeira. O “participante-não-participante” através da sensibilidade adquirida nas casas exibidoras, adquire também como produto desse sentimento um parecer crítico. Crê que dispõe de argumentos para pôr abaixo uma crítica construtiva, mesmo ignorando os fundamentos dessa crítica. Sente-se a despersona-

lização, não exclusivamente nêste sentido como muitas vêzes no comportamento exterior. Daí, porque o crítico cinematográfico é fator negativo diante da mentalidade já bem acentuada dos que são formados pela essência comprometedora do cinema moderno. Vê-se os efeitos da formação da mentalidade cinematográfica como decorrente da gratuidade crítica do público sem formação. O aspecto negativo dessa gratuidade, desde que, se encontrando no cinema uma forma conciliatória de fazer ver uma realidade, se encontra também nêste meio de expressão uma forma de fazer sentir a irrealidade, a qual aparenta ser a realidade; mediante o trabalho de participação-não-participante do espectador comum.

Por outro lado, essa gratuidade crítica provoca a indecisão, pois faz com que o espectador obedeça a sua intuição sob os reflexos da sensibilidade que foi criada pelo poder emocional do cinema. Quando o espectador comum chega a perceber as conseqüências da fixação dessa sensibilidade, que lhe impuseram sem que êle sentisse que era o maior contribuinte para tal através do seu enfraquecimento intelectual, pois submisso ao poderio da participação englobante da imagem, êle já está fixado num mundo de sonhos. Logo, com a economia do esforço intelectual há a estagnação do conhecimento, a limitação torna-se envolvente. Havendo, inclusive, a possibilidade de se manter firme uma preguiça mental em relação aos acontecimentos cotidianos.

Dessa estagnação, sente-se o princípio anti-cultural que realiza o cinema, quando segue essa ordem de coisas. Êsse princípio anti-cultura continúa mesmo

com a superação da gratuidade crítica do público; superado os gostos que mantêm essa gratuidade, os produtos fabricam novas formas, a fim de mantê-la. A gratuidade é a segurança, que faz parte de um jôgo contínuo, que se eleva em proporção aos elementos que constroem tal jôgo; elementos reduzidos, mas beneficiados pelo seu meio de expressão, o cinema. O que é o "vedetismo", o grande espetáculo, os filmes de sexo, as novas técnicas do cinema, etc.?

Pouco a pouco, o cinema vai se definindo como elemento anti-cultura.

2 — *O Sub-Desenvolvimento e o Risco do Cinema como Elemento Anti-Cultura.*

Dessa definição do cinema sujeito a condição anti-cultura atingindo a uma área sub-desenvolvida implica o perigo de afirmação. O público igualmente subdesenvolvido se submete a atitude de um simples consumidor, nada reclama: a aceitação geral embrutece o resto da sensibilidade que ainda lhe pertence, dando-se por fim, o domínio completo, em vista da ausência de movimentos abalizados, que aniquilam a reação, a qual o espectador comum possa sentir, dado o choque do seu contacto com o filme de arte. Então, surgem as possibilidades para a efetuação de uma análise de si mesmo frente a sua gratuidade crítica: de um espectador que se analisa, êle passa a ser um espectador que se confunde.

Negado o trabalho da participação "dentro" da imagem, reage a idêntica participação que a palavra pode provocar — acentua-se a limitação do espectador que esboça uma reação, dificultando

o seu refazer crítico, para pelo menos superar a gratuidade crítica. O seu caráter de espectador que se confunde vai se restringindo até a sua volta normal à casa exibidora: prevalecem as forças do cinema. É a comprovação de que a palavra está ligada a situação psica-social do homem e com isso mantêm-se mais ainda o poder emocional do cinema, com a recusa da imagem pelo espectador, a palavra lhe faz voltar ao lugar de partida. Além de uma estagnação intelectual, o cinema funcionando como elemento anti-cultura num regime subdesenvolvido permite também a estagnação da posição pública, negando-o. "O povo: uva total sempre verde da rapôsa trústica", (Décio Pignatari. Participação, produto, consumo". ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, pág. 39, n.º II).

O fenômeno de uma alienação, como sendo fruto de uma mentalidade a base da participação inverdadeira no cinema mesmo se enquadrando nos princípios burgueses-capitalistas, têm fundamento na área subdesenvolvida referente aos pequenos burgueses, que aderem também envolvidos pela participação "dentro" da imagem ao estado de alienação inconsciente, que êles negam em obediência aos seus princípios. A negação é total. O subdesenvolvimento ajuda a não solucionar.

O cinema caminha livre.

3 — *O Subdesenvolvimento Condicionado ao Aproveitamento do Cinema como Elemento de Cultura.*

O que poderá ser o cinema em relação ao espectador comum que vem seguindo uma ordem de coisas e para onde o cinema o levará, se o subdesenvolvimento

acarreta apenas um serviço retrospectivo, afastando-se de uma meta a seguir: a meta de uma educação cinematográfica. Meta essa que se pode constatar com uma inversão de funções — o cinema servindo como elemento de valor a ser aproveitado como objeto de estudo e pesquisa. Salientando ainda, o seu poder de exposição (a realidade nacional é vista por intermédio das principais realizações do chamado “cinema nôvo” brasileiro — “Cafajestes”, “Assalto ao Trem Pagador”, “O Pagador de Promessas”) ou a sua força de motivação diante da estrutura do que vem pela imagem, relacionando o homem com o seu mundo, dando-lhe pela fácil assimilação da imagem uma visão de si mesmo e daquilo que o cerca.

Sujeito à dependência dêsse trabalho de aproveitamento, o cinema provoca um impasse, justamente por êle próprio atingir sem investigar.

Enquanto, êle sendo incluído num projeto educativo tem que atingir o nível da mentalidade intensificando uma participação verdadeira de um público enfraquecido pelas conseqüências da formação de uma sensibilidade pré-fabricada e subdesenvolvida, produto dêle mesmo.

Uma forma de se superar a pretensão de atingir o nível é a elaboração do método de educação à base de introduções (palestras), as quais deixarão parcelas a ser preenchidas pelo público educado, após o contacto com o filme escolhido pelos educadores. A especificação das introdução e a meticulozação na escôlha da película a ser debatida sugerem pelos seus resultados a constatação do grau de formação da sensibilidade própria adquirida nas casas exibidoras: o

nível é quem se revela a nós. Conforme os efeitos denunciados pelo nível se intensifica a “introdução-reconstrução” ou seja o elemento que vai reagir contra a força da sensibilidade criada, geradora do fenômeno “participação-não-participante”. Decorrente, dos efeitos contraditórios, os quais se acumulam no espectador já atingidos pela “introdução-reconstrução”, tem-se o protótipo para a reação. Mostrando-se a reação, há a denúncia da insatisfação ou do sentimento ignorado diante da ausência de movimentos recuperadores, frente ao cinema que caminha livre. Se normalmente existem possibilidades para a reação, é lógico que mediante um serviço de introdução, haja a recuperação da economia do esforço intelectual deixado pelo cinema numa massa mal informada.

Ainda, a pretexto do cinema frente ao subdesenvolvimento, sendo aproveitado como elemento de cultura tem-se o caso do cinema didático ou seja dêsse meio de expressão explorado como algo dependente, entretanto, tendo vinculação a êle próprio, devendo ser aproveitado autenticamente dentro de uma visão já incluída numa teoria crítica cinematográfica. Não foi somente Giulio Santini, diretor do 1.º Ensino do Ministério de Instrução Pública da Itália, que sentiu a necessidade de um aperfeiçoamento na película didática, o seu aperfeiçoamento diz respeito a sua autentificação — evitando a confusão entre o filme de cultura pròpriamente dito, e o do ensino em geral com possibilidades criadoras. Outro ítem importante: o seu material e a sua distribuição com tempo de utilização infinita. A disposição de lugar para o filme de ca-

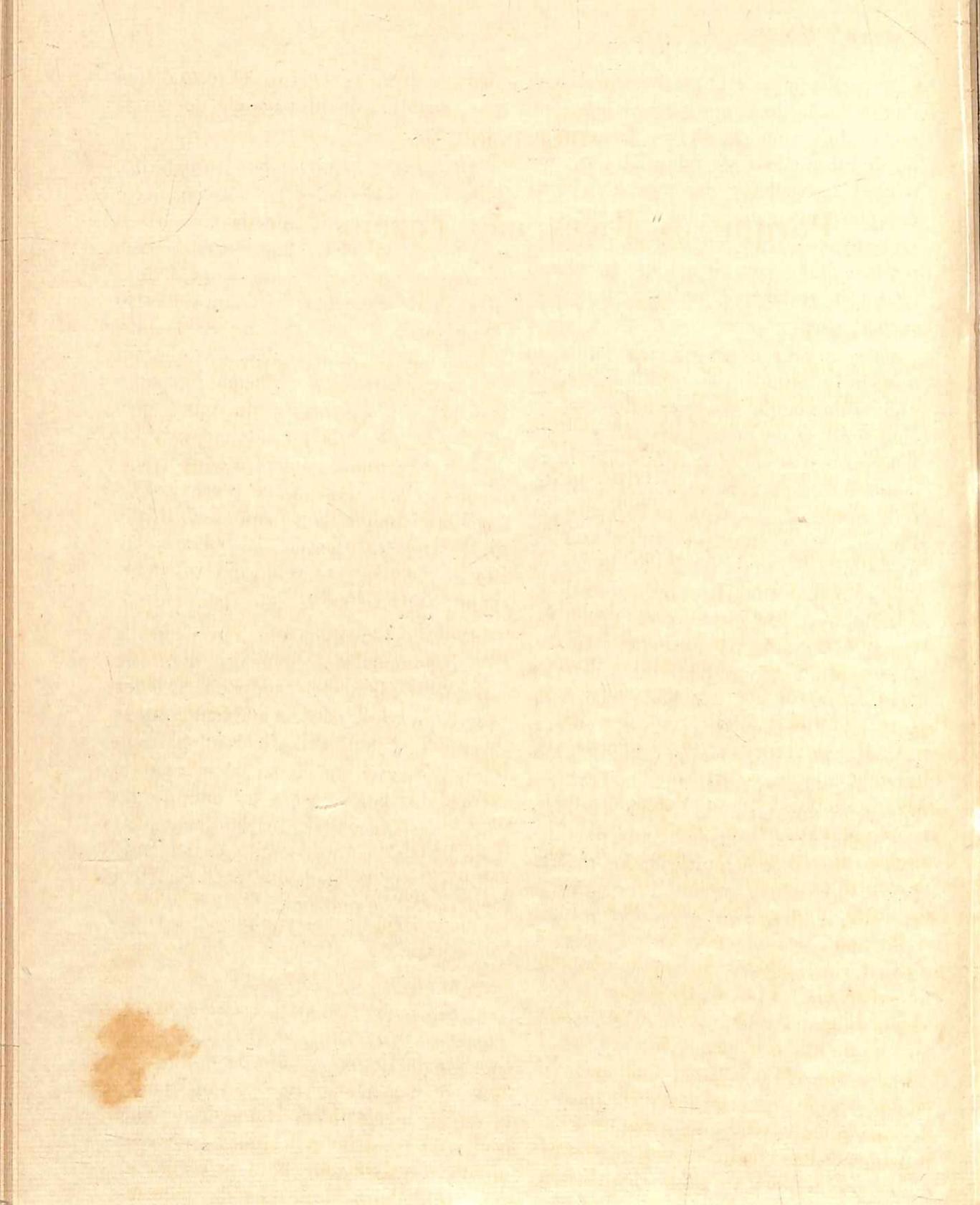
ráter pedagógico elimina êsse problema da limitação do tempo para o funcionamento do mesmo. Dispondo de um campo de atividade a ser intensificado, com o qual se venha a desempenhar papel de relevância nada se oporá a sua concretização — êle sendo bem realizado também lida com o poder emocional conferido ao cinema, embora em moldes verdadeiros.

O resultado dêsse cinema junto ao método introdutório já auxiliado com os efeitos do choque do espectador comum com o filme de arte, provocaria em rebate ao que se dá com o fascínio do cinema contemporâneo uma reação instintiva: uma reação para a recuperação. Por sua vez, promoveria o incentivo para a assimilação mais fácil das fontes do conhecimento científico ou cultural, se não fôsse a sua escassez de produção. Diante do estado da cinematografia nacional, ainda não se pensou em algo semelhante a "De Vry School Incorporated" ou a "Cooperative de l'Enseignant pour la Cinematographie", levando às escolas mais distantes da França a educação por meio de missões projectores ambulantes. Por enquanto, poucos semisemi-documentários são realizados explorando o regionalismo, a miséria ou em alguns casos os pontos turís-

ticos de diversas regiões. O resto é apenas, material de propaganda de governos, etc.

Diante do estado subdesenvolvido das coisas, só poderá ser dado ao cinema o seu valor em conformidade com o seu objeto, quando êle atingir através dêle mesmo e de uma equipe coordenadora o grau de elemento de cultura mesmo em relação à precariedade econômica-financeira de uma região. O cinema educando através do cinema e com a afirmação do conceito do seu objeto dentro de um ambiente subdesenvolvido; objeto êsse que se enquadra em perspectivas de cultura, nos aspectos estéticos de uma criação que lhe dê responsabilidade pela sua autentificação. É o cinema contra o cinema, mas o cinema educando pelo próprio cinema.

O subdesenvolvimento não deterá a força autônoma do cinema, que está apenas condicionado ao poder criador que o propaga, não ao ambiente que se destina. A ambientação é fator resultante do poder emocional dêsse meio de expressão, pelo cinema há uma forma de se despersonalizar exteriormente. O espectador comum sente participando "dentro" da imagem que o cinema tem o seu próprio ambiente.



GADIEL PERRUCCI

Porque os Ricos não Fazem Greve

PELA PRIMEIRA VEZ, no Brasil, começam a se entender escritores e povo. Entramos incisivamente numa fase cultural em que a massa é estimulada a pensar. Do pensamento às definições, destas à ação. Estamos no início de um processo de democratização da cultura, de cujos benefícios esta geração, talvez, ainda venha a gozar.

Com os "Cadernos do Povo Brasileiro", procura-se o diálogo e o debate sobre os nossos mais importantes problemas sociais. *Por que os ricos não fazem greve* (Editôra Civilização Brasileira, S.A., Rio de Janeiro, 1962), quarto volume da coleção, é escrito pelo sociólogo Álvaro Vieira Pinto, um dos nomes mais representativos de uma sociologia brasileira desalienada e preocupada em descobrir e aclarar a essência e origem de nossa ainda adolescente sociedade.

Partindo de uma posição sociológica do real, do concreto, do homem enquanto existência, AVP verifica que a essência humana está intimamente ligada ao fato de que o homem é um ser social e que a sua característica fundamental, como espécie, está no estabelecimento de uma relação vital com a natureza no provimento das condições indispensáveis à sua vida. Relação vital, identificada no *trabalho*.

Enquanto o animal utiliza-se daquilo que encontra ao seu alcance, o homem atua sobre a natureza a fim de produzir o que não lhe está imediatamente dado. É, portanto, essa *atuação* para *produzir* que constitui a essência do trabalho. Mas, se o trabalho é que distingue o homem, a sua própria essência não se realiza isoladamente, mas em conjunto. O trabalho, cuja finalidade é a produção dos bens, assume um caráter social, criando vínculos peculiares, formando um sistema de relação sociais. Fora do conjunto social, o homem, para AVP, é uma mera abstração. O que de fato existe, é o homem concreto, real, material (em oposição a ideal), lançado no mundo da existência através de relações sociais ou produtivas: e a forma, por que o homem produz, determina seu pensamento e seus desejos, condicionando, por consequência, também a vida comunitária, a estrutura econômico-social, o sistema político e ético, etc.

E, como trabalho significa *criação* ou *auto-construção*, numa identificação de si com a natureza em estado de produtividade ativa e não passiva, é importante investigar as condições atuais de desempenho do trabalho e a situação do seu sujeito, o trabalhador, para se chegar a uma verdadeira definição do homem

contemporâneo ocidental, inquirindo-se, por conseguinte, das razões de sua fuga à sua própria essência, do seu existir sem essência, enfim, de sua completa alienação da vida e das suas possibilidades de realização como pessoa e como espécie.

Mas, é impossível se chegar a uma teoria justa do trabalho, e, portanto, da essência do homem, se não nos colocarmos na posição de quem trabalha, ou seja, do trabalhador. Para isto, é preciso considerar o homem enquanto concreção, “definindo a sua essência pelo conjunto de suas relações sociais, pela totalidade das influências objetivas a que está submetido, representadas por sua situação num contexto nacional, desenvolvido ou subdesenvolvido, numa classe, exploradora ou explorada, numa modalidade de trabalho, industrial ou agrícola, desempenhado com instrumentos modernos ou primitivos”.

Partindo desses pressupostos, chega-se a conclusão de que somente o sujeito do trabalho, o trabalhador, por si só, ou através de seus intérpretes intelectuais, está verdadeiramente qualificado a redefinir o homem e a sociedade, sua destinação, seus métodos de realização e de sobrevivência e a destruir o binômio “ricos” — “pobres” para uma verdadeira teoria da realidade humana.

Surgem, então, na sociedade capitalista, duas posições humanas: o “rico” e o “pobre”, ou ainda, o capitalista e o trabalhador. Da análise dessas duas categorias econômicas, ou antropológicas para Marx — parte AVP para seu assunto principal: a greve.

A posse dos meios de produção e a acumulação dos respectivos bens excedentes, criaram uma sociedade dividida

entre “ricos” e “pobres”. Além disso, o número de “ricos” decresce, cada vez mais, pela apropriação da riqueza, desde que o número de “pobres” aumenta proporcionalmente, no regime capitalista.

O “rico” não considera o “pobre” como seu antagonista, visto que a atual estrutura social lhe é dada como fato imutável originado da vontade divina. O seu antagonista é, pelo contrário, o outro “rico” na sua opinião, o único “rico” — passando para êste “outro” toda a responsabilidade dos problemas morais e sociais que a sua riqueza acarreta. Dialéticamente, no entanto, aspira a derrubada dêsse “outro” para usufruir, em “melhor” e mais egoística situação, as riquezas produzidas pelo trabalhador, cujo trabalho seu capital compra.

Mas, além de poucos, os “ricos” conseguem permanecer como tais, isto é, conseguem manter domínio sobre a maioria pobre. Para isto, êles não precisam enganar diretamente a massa trabalhadora. Alugam ou patrocinam dois sistemas de dominação: um material e outro ideológico. Evidencia-se, para AVP, que toda a máquina governamental, administrativa e policial, serve aos interesses da classe dominante. No entanto, o seu principal instrumento é constituído pela aliança com os criadores das influências ideológicas — sacerdotes, legisladores, magistrados, deputados, professôres, jornalistas, artistas e intelectuais em geral — que se encarregam de paralizar ou entorpecer a consciência das massas. Como conseqüência, gera-se a oposição paralela a “ricos” e “pobres”, ou seja “elite intelectual” e “massa ignorante”. Como massa inculta, os “pobres” são conven-

cidos de que não podem pensar por si próprios. Essa elite cultural alienada, para AVP, subsiste apenas em função da própria alienação do trabalhador, ainda em fase de trabalho primitivo, considerado como simples mercadoria, ou objeto do trabalho, e não seu sujeito.

Ainda mais, pela sua visão unilateral do universo, o "rico", para aumentar o seu capital, contraditariamente, opera a transformação qualitativa do operariado. Acontece que, qualificado, o operário tem mais oportunidade de pensar sobre si mesmo e de descobrir a verdadeira essência do processo material que pratica, e que disso depende a sua própria condição humana. Assim, pensando acumular mais riqueza, a classe dominante condena-se a si mesma, tornando-se vítima de sua própria pregação.

Outro aspecto a considerar é o sentimento de honra a que aspira o "rico", vez que somente é rico porque é capaz e honesto para isso. Honestidade que significa "crédito bancário", no seu idioma ético. E se é o mais honrado, conclui que deve deter em suas mãos o poder na comunidade. Em consequência, "pobreza" é sintoma de incapacidade e de mediocridade e, portanto, estado normal e aceitável. Por outro lado, os trabalhadores tomam cada vez mais consciência da realidade e sentem que são "pobres" porque não recebem o valor integral do seu trabalho, mas parte dêle, vez que a maior parte é confiscada pelo capitalista.

É justamente da opressão e repressão ao processo de consciencialização ou desalienação do trabalhador frente ao seu trabalho, que surge a necessidade de considerar-se o problema da greve, como uma das formas de resistência às injus-

tas espoliações do capital sobre o trabalho.

AVP parte da consideração de dois fatores quanto à greve, que ocupam, alternadamente, o papel principal e o secundário: a) a contradição entre o capital estrangeiro e o nacional; b) a contradição entre capital e trabalho.

Perante o trabalhador, a situação é a mesma. Apenas oscila entre vender sua força do trabalho estrangeiro ou a grupos nacionais. Perante o capital há o conflito natural entre o estrangeiro e o nacional, se bem que ambos tenham em comum a exploração do trabalhador. Aparentemente, portanto, o capital nacional passa ser "simpatizado" e defendido politicamente pelos trabalhadores. Como a aliança entre os grupos estrangeiros e os nacionais é instável e de má fé, os trabalhadores encontram nessa incoerência meios de desenvolver seus interesses aliando-se sempre ao capital nacional, instigando-o a expulsar o estranho, debilitando-o, por consequência, como classe exploradora.

Dessa forma, vê-se o capital nacional numa encruzilhada ou contradição, que será, para o autor, sua inevitável perdição, expressa em dois pontos principais: a) impossibilidade de defender o capital estrangeiro, pois já se sente apto a tomar o comando dos meios de produção do país; b) impossibilidade de se aliar aos trabalhadores, pois perderia a sua condição de classe. É, portanto, essa dupla personalidade das classes dominantes que determina a política de ação dos trabalhadores.

Num país subdesenvolvido, como o Brasil, em que o trabalho tem dois patrões, a greve também dependerá desse mesmo contexto. Para AVP, a greve,

definida superficialmente, é a recusa simples e voluntária a trabalhar. No entanto, se se examinar a essência do trabalho no sistema atual, verifica-se que o trabalhador trabalha *para outro* — o dono do capital — e não *para si*, pois que êle possui apenas a fôrça de trabalho e não os meios de produção. Como êle não recebe o valor integral do seu trabalho, é claro que *outro* se apodera ilegítimamente do que não possui, pois não é trabalhador, mas capitalista. Socialmente, portanto, o trabalhador aliena compulsoriamente o resultado do seu esforço, visto que os bens produzidos não são distribuídos equitativamente; trabalha, em suma, *para o outro* — o capitalista.

Assim, a greve é uma recusa a trabalhar *para outro*, e uma reivindicação do valor do trabalho não pago; não é um “não trabalhar” absoluto, mas relativo, visto que não querendo trabalhar *para outro*, procura trabalhar *para si*. Além disso, é no processo grevista que o trabalhador percebe que o capital não é indispensável, mas sim o trabalhador, considerado no capitalismo como simples mercadoria ou objeto do trabalho e não como seu sujeito e titular. Verifica, então, a possibilidade da apropriação social da totalidade dos bens produzidos e não parte dêles.

Uma conclusão necessária dêsse ponto de vista é a impossibilidade de greve num regime socialista, visto que, não haverá *contra quem* fazê-la; seria, além de um contra-senso, um suicídio, pois num regime solidarista, o trabalhador trabalha *para si* e não *para outro*.

Na greve, descortina-se, objetivamente quem é o sujeito do trabalho, pois só quem faz greve é quem trabalha; daí por

que os “ricos” não fazem greve” — porque não trabalham. Explica AVP êsse aparente paradoxo, afirmando que o “rico”, na verdade, sociolôgicamente não trabalha, mas empresa ou aluga o trabalhador por um preço que lhe parece justo. O “rico” apenas coordena de determinada forma, injusta, exploradora e desumana, o trabalho verdadeiro — o dos trabalhadores. A rigor, o objeto do seu “trabalho” é que é o trabalho. Limita-se, portanto, a fazer os outros trabalharem, não participando do mundo do trabalho, mas do capital. O antônimo do verbo trabalhar, conclui AVP, é o verbo capitalizar.

Por outro lado, para o capitalista, toda greve fracassa, porque o sistema rapidamente se recompõe, com a majoração dos preços dos produtos acima, quase sempre, das reivindicações dos trabalhadores. Mas isso é a forma simplista de se considerar a greve — na superfície e não na essência.

Para o trabalhador, no entanto, a greve não fracassa jamais, pois se constitui num verdadeiro treinamento vital, aclarando-lhe, cada vez mais, sua condição humana de sujeito do trabalho. É nesse “existir em greve” ou “existir como trabalhador” que, para AVP, desenvolve-se a verdadeira sociologia, como ciência do social, quer dizer, das relações do homem com o seu trabalho.

Mas, a greve pode ser ainda considerada como prelúdio revolucionário. Com efeito, não há diferença essencial entre greve e revolução social. A primeira é uma revolução de curta duração, com aspecto negativo, a segunda é uma greve definitiva, sob forma positiva de exercício do trabalho livre e desalienado. A greve é, assim, uma fase

do processo revolucionário que, evoluindo qualitativamente, matura-se em revolução social. Para AVP, o último degrau grevista estaria nas chamadas "greves múltiplas" com motivo obrigatoriamente político. O Brasil começa a ingressar na fase múltipla, em que greves, com nítido caráter político, sacodem o país constantemente. Fase, portanto, como já foi definida por Celso Furtado, pré-revolucionária.

Explica-se dessa forma o título do livro "Por que os ricos não fazem greve?".

Porque não trabalham, visto que "a ocupação do tempo" pelo "rico", às vezes exaustiva e fatigante, apenas serve para comprar a força de trabalho. Além disso é absurdo pensar-se que o capital é capaz de fazer greve, pois, é de sua essência não poder parar de se multiplicar. Para o capital, a greve é uma fraude e um crime, pois interrompe o seu ciclo reprodutor. O "trabalho" do rico significa vigilância do capital, e esta é ininterrupta.

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

Em Torno de um Ensaio Sôbre a Moderna Idéia de Partido

"Le malheur d'une république c'est lorsqu'il n'y a plus de brigues, et cela arrive lorsqu'on a corrompu le peuple à prix d'argent" (Montesquieu, De l'Esprit des Lois, I. II, ch. 2)

No TOMO PRIMEIRO, consagrado à parte histórica, da publicação coletiva *Le Pouvoir* (por R. Mac Keon, C. J. Friedrich, R. Polin, S. Cotta, J. J. Chevallier e G. Langrod o primeiro tomo, e por G. Davy, J. Maritain, H. W. Schneider, H. B. Acton, T. Ruysen, G. Leibholz, A. J. Zurcher, E. Mac Whinney e A. Sauvy, o segundo, Institut International de Philosophie Politique, P. U. F., 1956 e 1957), aparece o ensaio de SÉRGIO COTTA, "Les partis et le pouvoir dans les théories politiques du debut du XVIIIe siècle".

São sem dúvida de alta valia, de modo geral, os ensaios contidos em ambos os volumes, mas êste nos chamou a atenção, já pelo tema, de extremo interesse e importância, já pelo modo de tratá-lo.

Não se perde Cotta na enorme literatura que já existe a respeito do século dezoito, nem se demora em explanações já batidas; ataca o seu assunto com deliberação e clareza de vista, arrancando textos reveladores e expondo coisas realmente dignas de reflexão. Dispensa, além

da literatura a que nos referimos, os numerosos trabalhos sôbre o problema dos partidos, de Ostrogorski e Michels a Duverger e Dipiero. Seu objetivo, não visado suficientemente por nenhum destes, é destacar o lugar e o papel da idéia de partido na evolução das teorias políticas contemporâneas (pág. 92). E vai aos textos.

O autor parte da relação de continuidade que apesar de tudo existe entre os séculos XVII e XVIII, destacando com bastante relêvo a tendência dos grandes escritores políticos do primeiro a rejeitar a idéia de partido. Estão no caso Hobbes, Locke (sic), Spinoza (pp. 94 a 97). Naquêlo século o preconceito teórico e o ressentimento prático determinaram o emprêgo do termo "facção" para designar os grupos partidários (tal como certas escolas filosóficas eram chamadas "seitas"), em evidente sentido pejorativo.

Observa (pág. 96) que esta atitude do século XVII se integra na tradição da doutrina político-social clássica, de fundo aristotélico-platônico, para a qual a idéia do *bem comum* sugeria o ideal de uma uniformidade ética do corpo político de molde a não deverem existir dissensões.

Para Cotta, e contra muita aparência ou muita opinião corrente, a tendência a desestimar a idéia de partido percorre todo o século XVIII. O unitarismo político de Jean-Jacques seria expressão genuína deste fato.

Na Inglaterra, desde Harrington (o famoso autor do "Oceana"), havia a condenação aos partidos. A idéia de "Commonwealth" não consentia brechas, nem lutas internas.

Entretanto, passa a expôr, surgem os conflitos. Mantém-se por muito tempo o preconceito ético-social, mas a realidade dos partidos vai-se impôr. Bolingbroke, por exemplo, adota a condenação *in abstracto* da idéia de partido, pespegando-lhe a denominação de "facção". Não podia porém aquele inglês metido nas grandes intrigas partidárias típicas das primeiras décadas do século dezoito, deixar de reconhecer a validade por assim dizer fática dos partidos como agentes políticos, como entidades históricas (pág. 104). Assim chegou Bolingbroke a reconhecer a diferença entre posições partidárias, e a oferecer sua preferência por um determinado tipo de partido.

Depois, David Hume, que também se acomoda por uma parte ao que parecia ser na época a necessidade de condenar moralmente as "facções". Há porém em Hume, e isso (págs. 112 e 113) está bem acentuado, uma nítida diferenciação entre reprovar os males contidos na noção de partido (virtualmente facção) e negar a existência dos partidos, fazendo tal diferenciação, segundo aprecia o autor do ensaio, como um ato de separar juízo de fato e juízo de valor. Aceitando os partidos como fato, o grande filósofo os classificava em reais e pessoais,

podendo os reais ser de várias espécies. O importante, todavia, é que Hume chegou a reconhecer (pág. 116) que em todo govêrno o equilíbrio se deve à existência de diferenças que atuam, e que a luta partidária dentro dos Estados corresponde à pugna entre princípios que não se podem jamais anular inteiramente um ao outro.

Finalmente Montesquieu, que segundo o autor do ensaio deu o passo mais decisivo, enxergando e afirmando um vínculo essencial entre liberdade e divergência política. Adverte Cotta que foi em Macchiavelli (o Macchiavelli dos Discorsi) que o autor das "Letras Persannes" hauriu sua idéia de que os contrastes e as divisões eram necessários à manutenção das energias sociais e das liberdades civis em uma república. No exemplo inglês também, certamente.

Trata-se sem dúvida de um bem logrado ensaio (e amplo, apesar de incompleto), apresentando uma revisão enormemente sugestiva, se bem que o conteúdo vá além do título, que falava apenas no "comêço" do século dezoito.

É realmente neste século que a herança racionalista e geometrizarante do século anterior passa a acompanhar o processo de transformação da sociedade no sentido da fundamentação do liberalismo político. A corrente de idéias diversifica-se caracteristicamente. Como dissemos uma vez (num trabalho sobre "Os relativismos do século XX e os movimentos comparatistas em Direito e em Economia"), a partir dos séculos XVII e XVIII é que a pluralidade crescente

de filosofias e pontos de vista passa a ser regra geral. Nisso se encaixa o sentido da idéia liberal da liberdade de pensamento (que iria dar no desejo romântico de cada homem ter individualmente a sua visão das coisas); nisso se engrena a tendência à coexistência de partidos. A grande idéia sôbre a qual germina tudo isso é porém a da tolerância, nascida inclusive após lutas religiosas, e a respeito da qual se pronunciaram, cada um por seu século, Locke e Voltaire. E à coexistência de opiniões, tornadas livres pelo laicismo antidogmático e pelo liberalismo antiabsolutista, corresponde na ordem interna o jôgo dos partidos, tal como na Internacional (se bem só no plano teórico, por muito tempo ao menos) a harmonia entre nações. Tôdas aquelas aceitações gradativas da idéia de partido levaram ao clímax do ideal demoliberal, que é o ideal do relativis-

mo social (no sentido já expôsto por Kelsen), em que nenhuma posição pode excluir as demais.

Certo que dentro da democracia liberal lavrava (entre muitas) a dificuldade de tolerar tudo, e que outras e justas reclamações viriam, acompanhadas da denúncia de que os partidos doutrinários do liberalismo eram no fundo iguais por serem órgãos de uma mesma classe social. Mudaram muito os aspectos dos partidos no mundo de hoje. Certo também, entretanto, que a superação da democracia liberal ameaça trazer, seja onde fôr, dogmatismos novos, podendo um dia ser difícil discutir-se se uma determinada organização de poder tem direito a ditar verdades. Êste é um problema especial. Terá o relativismo pluripartidário, então, sido um período curto na história? E como poderemos ser lúcidos depois?

Resenhas

L'ÉDUCATEUR

AS ORIGENS da revista *L'Éducateur* remontam a 1924 (começou a ser publicada quatro anos depois), quando C. Freinet começou a pensar e desenvolver as suas técnicas pedagógicas, conhecidas na França como *techniques Freinet*. Freinet era, em 1924, um professor primário, apaixonado pelas novas doutrinas e experiências pedagógicas. Numa escola rural do sul da França, iniciou sua reforma, fazendo os seus alunos imprimirem os textos que êles próprios haviam redigido (texto livre). Isso foi apenas o ponto de partida para uma profunda renovação dos métodos de ensino, renovação baseada em técnicas de expressão que estimulam o poder criativo da criança, além da prática do *texto livre*, que é preparado em comum. O sistema de fichas redigidas e impressas pelos alunos, tendo em vista especialmente os recursos do meio local, substituiu os manuais escolares. Essas fichas são intercambiadas entre as escolas, de diversas regiões, que praticam o mesmo método, enriquecendo assim a documentação dos alunos. Freinet elaborou assim toda uma concepção duma *educação popular* que apela, ao mesmo tempo, para o trabalho individual, para o trabalho de equipe e para a prática cooperativa. Nasceu daí o movimento chamado da *École Moderne*, que é orientado e animado por Freinet, e que agrupa milhares de mestres e mestras, constituindo um dos fatores mais ativos de evolução pedagógica na França, e cuja influência cresce no estrangeiro. Freinet continua suas experiências na *École de Vence* (Alpes-Maritimes), que êle fundou em 1955.

A característica pois do método de Freinet são as suas técnicas, concentradas especialmente no *texto livre*, o qual serve para descobrir os interesses dos alunos e permite a expressão destes. Sua escola se baseia no livre desenvolvimento, na espontaneidade, nos interesses das crianças, a partir dos quais elas são guiadas para a aquisição e organização dos conhecimentos. O desenho, a poesia, as atividades artísticas em geral, têm lugar importantíssimo, como decorrência do cuidado com o desenvolvimento da expressão, baseada no *texto livre*. Os textos livres, desenhos, etc., são reproduzidos e publicados, constituindo uma biblioteca de trabalho que conta atualmente com 530 títulos, que cada escola pode possuir. Ideal de Freinet: levar a criança a disciplinar-se livremente pelo trabalho e pela cooperação, para que cada um desenvolva em si "o máximo de humanidade e de dignidade".

Temos em mãos o número de *L'Éducateur* de 1.º de outubro de 1962, primeiro do ano letivo

62-63 (ano letivo europeu). A revista é bimensal e é publicada pelo *Institut Coopératif de l'École Moderne*. O número em questão contém um artigo de Freinet sobre as metas e planos da *École Moderne* em 62-63. "Nós nos ocupamos de tudo, pois a educação depende de tudo". Falando dos instrumentos de trabalho, à frente dos quais coloca a revista *L'Éducateur*, escreve: "Com êstes instrumentos provados, para os quais elaboramos a técnica de utilização, poderemos abordar uma outra pedagogia. Antes, só podíamos ler, escrever, estudar e recitar lições, fazer exercícios. Agora podemos escrever, imprimir, correspondermo-nos, desenhar, fazer gravuras, trabalhar com fichários auto-corretores, enriquecer e organizar o fichário documentário, gravar em fitas, recortar maquetes, montar cartões elétricos, construir motores". Em seguida há outras colaborações, dentro das rubricas habituais, assinadas por P. Le Bohec, Elise Freinet, Mme. Berteloot, J. Peticolas e outros. Há também o habitual fascículo com fichas, esquemas, planos de trabalho, etc. R. Grosso nos põe ao par da fundação de um *Centre International de l'École Moderne*, em Aosta (Itália). Enderêço do I.C.E.M.: Institut Coopératif de l'École Moderne, Boite Postale 282, Canne (A.-M.) — França.

JURACY ANDRADE

REQUISITOS SOCIAIS DA DEMOCRACIA

"ALGUNS requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política" — Seymour Martin Lipset — in *Revista Brasileira de Estudos Políticos* — n.º 13, janeiro de 1962.

Êste estudo foi dado a público em 1958. Para o seu autor a democracia só pode ser, claramente, a democracia burguesa. Parou, do ponto de vista filosófico, no século XVIII e, economicamente, na revolução francesa. Assim define a democracia: "A democracia (numa sociedade complexa) é definida como um sistema político que oferece oportunidades constitucionais regulares para mudança dos governantes. É um mecanismo social para resolução do problema de tomada de decisão societário entre grupos de interesse em conflito, o qual permite à maior parte possível da população influenciar estas decisões, pela sua capacidade de escolher entre competidores alternativos para o exercício político". Essa democracia resume-se na mudança e na escôlha dos governantes. Mesmo

que a escôlha seja entre seis e meia-dúzia a democracia ocidental estará salva.

Mais adiante lemos: "... se um sistema político não for caracterizado por um sistema de valores que permita o 'exercício' pacífico do poder — a concordância dos de 'fora' com as decisões tomadas pelos de 'dentro' e o reconhecimento pelos de 'dentro' dos direitos dos de 'fora' — não pode haver democracia estável. Este tem sido o problema enfrentado por muitos países latino-americanos". Ora, Mr. Lipset sabe muito bem que o problema enfrentado por muitos países latino-americanos não é de 'exercício pacífico do poder', nem de concordância dos de 'fora' com os de 'dentro' no clubezinho da politicagem. Trujillo exerceu o poder pacificamente durante mais de trinta anos com o beneplácito e o apóio do governo democrático exemplar dos EUA. Igualmente Stroessener exerce seu poder pacificamente e é muito bem visto pelos democratas do dólar. E os políticos de 'fora' sempre concordam com os de 'dentro', contanto que esteja assegurada uma partilha razoável do espólio do povo, este sim fora de qualquer participação na política. Mr. Lipset, o problema dos países latino-americanos, que tanto o preocupa, é o saque imperialista que mantém a imensa maioria dos nossos povos na mais negra miséria, privando-os da evolução econômico-social-política e mantendo-os deseducados e doentes. E aqui estamos de acôrdo com o autor, quando considera o desenvolvimento econômico como um requisito para a democracia. Mas creio que não estamos em condições de esperar ou promover um desenvolvimento econômico em bases capitalistas, e é quando o autor ficará escandalizado, pois sua evolução filosófica parou no século XVIII e sua evolução econômica parou no capitalismo. Ao tentar explicar a sua classificação dos países em 'mais' ou 'menos' democráticos, diz claramente: "É possível que Max Weber estivesse certo quando sugeriu que a democracia moderna, em suas mais claras formas, pode somente ocorrer sob as especiais condições da industrialização capitalista". Está tudo dito: democracia mesmo é a democracia burguesa, fora do sistema capitalista não há democracia... Os critérios usados para dividir em 'menos' ou 'mais' democráticos os países são puramente formais e arbitrários, como formal e arbitrário é o conceito de democracia do autor. Se definirmos, duma maneira mais realista, a democracia como a participação de todo o povo nas conquistas e progressos modernos, em todos os campos: política, cultura, ciência, técnica, educação, saúde, etc., nesse caso um só critério deveria ser adotado para medir o grau de democracia em qualquer parte do mundo. Não seria preciso adotar um critério para a Europa e EUA e outro para a América Latina, unicamente para conformar-se aos interesses burgueses. Para a Europa e EUA um critério mais rígido, pois são as metrópoles, são os donos do mundo, devem dar o bom exemplo (e ademais sabem o que é democracia, basta citar o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, l'État Français de Pétain e a OAS na França, a segregação

racial e o macartismo nos EUA). Para a América Latina um critério menos rígido, mais paternalista, pois são semicolônias: basta que não tenham uma vida política por demais escandalosa.

Que diferença faz, seja para os interesses imperialistas, seja para os interesses da burguesia local, seja para o homem do povo marginalizado, que diferença faz que a Venezuela, p. ex., seja governada pelo ditador Marcos Pérez Jiménez ou pelo "democrata" Rômulo Betancourt?

A página 17 Mr. Lipset cai em aberta contradição quando escreve, com poucas linhas de diferença: "... a democracia está relacionada com o estado de desenvolvimento econômico. No campo concreto, isto significa que, quanto mais rico um país, tanto maiores serão as possibilidades para a manutenção da democracia". "... a face moderna da tirania é o comunismo ou peronismo..." (o estudo é de 58, senão leríamos fidelismo...). Ora, Mr. Lipset, nos países comunistas e socialistas o desenvolvimento econômico é uma realidade palpável, é um ideal coletivo. Serão, então, conforme a teoria de Mr. Lipset, os países mais democráticos do mundo e não a face moderna da tirania. O quadro que o autor põe nas páginas 19-21 para provar que os países socialistas, os países da América Latina e outros, são pobres e tiranizados não vale, pois a grande maioria dos países socialistas começou a sair, há poucos anos, das trevas do subdesenvolvimento e do semicolonismo, não podendo competir com as metrópoles superdesenvolvidas porque superexploradoras e superimperialistas. Idem para os seus comentários a respeito.

A educação, para o autor, é fator importantíssimo de democracia e nisto creio que todo mundo está de acôrdo. Mas, acrescenta Mr. Lipset, não se deve estabelecer inferências otimistas a respeito da democracia na URSS, apesar dos elevados índices de educação ali registrados. Sempre o preconceito anti-socialista, muito pouco científico.

O formalismo e o apriorismo do autor continuam a funcionar na parte do estudo referente à legitimidade política. Dá grande importância a símbolos como a monarquia e a outros símbolos das classes dominantes. Mas esta resenha já está se alongando demais. Ainda uma referência ao infundado otimismo de Mr. Lipset quando diz, à página 58, que "os trabalhadores ganharam a sua luta pela cidadania e pelo acesso político, isto é, o direito de tomar parte em todas as decisões do corpo político em nível igual aos outros". Ainda chegaremos lá, Mr. Lipset, mas então a Ford Foundation, controlada pelos seus trabalhadores, não subvencionará mais estudos como o seu.

Achamos positivo no trabalho de Seymour Martin Lipset: a) a ênfase dada à educação para a democracia; b) a ênfase dada ao desenvolvimento econômico, como base para a democracia; c) a importância dada às associações não estatais para o equilíbrio democrático, o autor podia ter frisado mais o papel dessas associações como grupos de pressão; d) as observações sobre a atitude anti-democrática das religiões estatais, sobre-

tudo a secular oposição da Igreja Católica à democracia. Concordamos plenamente com êle (ver nosso estudo, a sair brevemente, *A Igreja na Cidade*).

Terminamos lembrando a Mr. Lipset que ser ocidental não é critério de verdade e lhe pedindo que procure entrosar-se com o progresso filosófico e político do mundo inteiro, oriente inclusive.

JURACY ANDRADE

NÓVO MALTUSIANISMO

— DE ACÓRDO com as estimativas mais exatas, baseadas em dados históricos e arqueológicos seguros, centenas de milhares de anos decorreram até que a população mundial atingisse os 250 milhões do tempo de Cristo, e dezesseis séculos mais para que duplicasse (era cêrca de 500 milhões, em 1600). Em contrapartida, serão necessários apenas 35 anos para que a atual população do mundo (3 bilhões, em 1960) duplique, se a taxa atual de crescimento populacional permanecer constante. E, a partir de então, muito menos de 35 anos para que atinja os 12 bilhões, desde que o índice de crescimento demográfico (1%, em 1945, e 2% 1960) persista crescendo.

Estas as observações que, século e meio depois do *Essay on the principle of population*, em tom igualmente dramático e igualmente profético de seus efeitos sôbre “o futuro desenvolvimento da sociedade” e a “felicidade humana”, publica o “Center for International Economic Growth”, em estudo intitulado *Does overpopulation mean poverty*, de Joseph Marion Jones, Washington D. C., 1962. Sem dúvida, há, ultimamente, preocupação muito grande com o que passou a se chamar de *explosão demográfica*. Muitos — o nosso autor, inclusive — consideram o crescimento demográfico excessivo, que assistimos hoje, o problema mundial mais grave, afastado o perigo oposto de uma guerra nuclear. O Population Reference Bureau, Inc. por exemplo, que edita, também nos Estados Unidos da América, o *Population Bulletin*, tem constantemente enfatizado a questão, assumindo, no entanto, posições mais acomodadas. Sua edição de outubro do ano passado analisa o problema América Latina (*Latin America and Population Growth*), e o número de fevereiro dêste ano (*Population Growth and Economic Development*), opõe o aumento populacional, em vários países, às taxas cumulativas de crescimento do produto, tão grande o primeiro a ponto de anular o esforço empreendido pelo desenvolvimento econômico.

O trabalho do professor J. M. Jones é mais obra de divulgação. Um tanto ou quanto jornalístico, a partir mesmo da apresentação do problema, da importância dada a depoimentos, do sistema de perguntas e respostas adotado, da própria linguagem. Nem assim, deixa de interessar, inclusive a especialistas.

Para o autor, os progressos da medicina e da higiene no mundo subdesenvolvido de certo modo

alteraram “o equilíbrio precário da estabilidade quantitativa da espécie humana” (cita Einstein). É-lhe evidente que a sociedade “que pratica o controle da mortalidade (death control), deve ao mesmo tempo praticar o controle da natalidade”, que “o corolário da higiene e da medicina preventiva é a contracepção” (citação de A. Huxley). Conclui que “não há tempo a perder”, pois, se não agirmos prontamente, “o problema do incremento, em progressão geométrica, da população mundial pode tornar-se incontrolável”.

Pensa Mr. Jones que “uma redução nas taxas de crescimento demográfico (...) ajudaria a acelerar o desenvolvimento econômico e a incrementar os níveis médios de vida”. Que a “quase unanimidade dos economistas internacionais” pensa assim.

Certo, se bem que haja algumas correções a fazer para alguns dados apresentados — o crescimento demográfico anual em Gana, por exemplo, como sendo de 4,9%, mais do dôbro do que se estimava, e virtualmente impossível, do ponto de vista fisiológico, reflete antes a grande inexatidão dos censos anteriores — não resta dúvida de que a “explosão demográfica” é problema sério. Basta observar que, mantida uma taxa de crescimento populacional de 3% ao ano (a do Brasil, de acôrdo com dados de 1950), ter-se-á que poupar e investir cada ano 9%, pelo menos da renda global para simplesmente manter a renda média por habitante, e 15% para se obter um aumento anual da renda *per capita* de apenas 2%.

Contudo, o problema do crescimento demográfico não é tão simples, nem se esgota em considerações baseadas em raciocínio rígido de causalção linear. Um aumento populacional não produz sempre os mesmos efeitos. Pode mesmo funcionar como força de pressão estimulando o desenvolvimento. Para um país determinado, considerando-se uma quantidade conhecida de recursos naturais e um nível dado de tecnologia, existe um *ótimo* populacional que, atingindo, eleva o produto social ao máximo. O problema demográfico deve ser considerado, portanto, ao nível das quantidades relativas, tendo-se em vista a proporcionalidade dos fatores e técnicas de produção. A partir de então, um elemento de racionalidade penetra um problema que aparentemente só contém contradições insolúveis.

R. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

DUARTE COELHO

ESTUDANTE um seu tanto encantado com o século XVI dá-nos Costa Porto em *Duarte Coelho* (OS CADERNOS DE CULTURA — 127 — Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura) mais um capítulo de suas pesquisas. Monografia elaborada num sugestivo “à vontade” de exposição, sem rigorismos, se bem que marcanamente de louvor ao estadista luso, em nada sacrifica a verdade histórica e o saber tirar conclu-

sões novas — e certas — com que o historiador pernambucano caracteriza sua obra.

A técnica de buscar na substanciosa correspondência de Duarte Coelho elementos de fundamentação foi feliz, porquanto todo o espírito do homem nela se encontra; às vezes, em frases curtas; outras, em expressivas palavras soltas no meio do período. Ainda: até grande parte das conclusões a que chegou o Autor estão como que antecipadas nas epígrafes da plaqueta, quase tôdas extraídas de cartas duartinas.

Costa Porto tem afinado, constantemente, com Gilberto Freyre na defesa dos elementos humanos com os quais Portugal colonizou o Brasil. Em *Duarte Coelho* insiste na mesma tese (pág. 4), alegando, inclusive, com o rigorismo da legislação criminal da época: “nem todo degredado era, necessariamente, um criminoso no sentido rigoroso da palavra, pois às vezes se puniam com degrêdo pecadilhos, faltas leves” (pág. 47). Apesar de ser este o ponto de vista mais acertado não tem faltado quem afirme ser uma escória compacta os que, deixando Portugal, vieram para o Brasil. A palavra autorizada de Costa Porto, referendando um seu parecer, já anteriormente expresso, repudia esta condenação pura e simples aos portugueses que aqui estiveram nos séculos XVI e XVII, notadamente. O que o Autor destaca, neste capítulo, é a participação majoritária entre os colonos daqueles originários de províncias agrícolas (pág. 17) o que ajudou aos propósitos do donatário de, em Pernambuco, estabelecer autêntica “colônia de plantação”.

“Áspero no repreender e moderado no castigar” foi como que a divisa governamental de Duarte Coelho que lançando em Pernambuco as bases de um eficiente programa colonizador, classificado pelo Autor como “o ponto mais alto da experiência portuguesa nos trópicos”, revelou-se, a todo instante, um pioneiro”. Pioneiro no dar ao campo lugar precedente à mineração; pioneiro até na defesa do povo contra o que chamou de os seus ES-FOLADORES; pioneiro na proteção aos humildes contra aquilo que à época já era de poderosos — também de aristocratas — o chamado império da cana-de-açúcar.

Vencido pela intriga e pela má-fé, de igual sorte pela ciumada de Tomé de Souza, conforme deixa ver Costa Porto, e ainda pelo isolacionismo característico do sistema donatário, acabou caindo de pé. Duarte Coelho é, no dizer do historiador, um “velho marinheiro, amadurado nas lutas do expansionismo lusitano” (pág. 21).

“Para o de Deus e para o de meu Rei a poucos darei vantagens, assim do passado, como do porvir, confiando em Deus” (carta de Duarte Coelho em 20 de dezembro de 1546). E foi assim, defende Costa Porto, o trabalho de Duarte Coelho, não poupando inclusive as suas finanças para obter, como exceção, sucesso de implantação administrativa na capitania.

MARCOS VINÍCIOS VILAS

O PROBLEMA DA LITERATURA A SERVIÇO

AS ESQUERDAS brasileiras já atingiram um grau de repercussão popular suficiente para que uma crítica a pontos de vista seus não implique necessariamente em se fazer o jôgo da reação. Nesta fase passa a se tornar fundamentalmente, ao lado da continuação de um trabalho de esclarecimento político das massas, uma busca agora mais séria de aprofundamento das idéias. Negar esta necessidade será próprio dos crentes em que uma transformação social seja um processo quase biológico como que doada ao homem pelo determinismo da natureza sócio-econômica. É claro então que para estes a arte deva ser uma preocupação para depois. Mas, como ela existe, que se converta em útil para o povo.

Tomando o ensaio de Haroldo de Campos, poeta e crítico paulista, sobre Maiakóvski (“Maiakóvski em Português: Roteiro de uma Tradução”, Revista do Livro, julho-dezembro de 1961), pretendemos mostrar para onde pode conduzir idéia semelhante. Procuremos, por isso, antes formulá-la.

A julgar pelas declarações do C.P.C., pelos autos apresentados por membros seus ou realizados em colaboração por autores de movimentos correlatos, como o M.C.P. do Recife, parece se depreender que as esquerdas brasileiras, quando se preocupam com o problema da arte, raciocinam da seguinte maneira: em uma área subdesenvolvida, de altíssimo teor de analfabetismo, a cultura precisa ser simplificada para que atinja o povo. E mais: essa simplificação deve ser feita para conduzir à consciencialização política do povo, mostrando a sua exploração (a exemplo de *24 Horas na Vida de Brasilino*), a crueldade dos latifundiários, o descaso ou conivência ou “alienação” das autoridades, a coragem do homem do povo, a sua decência, etc.

Não negamos a importância social e a utilidade da arte assim instrumentalizada. Apenas nos perguntamos: a) o papel da arte deve se restringir a consciencializar politicamente a comunidade?; b) há-de se sujeitar a qualidade estética à didática como condição prévia ou geralmente necessária para o alcance pretendido para a obra? Responda-se que assim é devido na fase atual. Perguntaríamos então se sempre não haverá um problema que pareça dever ser atacado e realçado didaticamente. Dêste modo, a concepção da arte engajada, como está sendo apresentada, parece-nos que não tem um sentido meramente faseológico. Como pode ser empregado em qualquer ocasião em que seja útil ao Estado. A situação ainda vigente em uma Rússia não mais subdesenvolvida parece confirmar o ponto de vista. E a sua gravidade resulta de que assim, em última análise, a concepção postulada é antagonista à essência criadora mesma da arte. A arte é uma atividade consciencializadora, mas o é através de uma transfiguração da realidade inserida ao nível do imaginário. Nele o real não é negado mas enriquecido pela conversão dos acontecimentos em esteios de uma representação significativa do mundo. Mas para que isso não pareça demagogia metafísica,

tomo um exemplo em Guimarães Rosa. Em ligeiro parêntesis esclareço que não estou pensando em propor a substituição dos autos participantes pela leitura de Guimarães Rosa. Tomo o seu exemplo para mostrar o que representa um texto realmente de arte e em consequência, a complexidade com que se põe o problema de uma execução de fato criadora.

Em "Soroco, sua Mãe, sua Filha", o simples mundo do acontecimento seria o canto das duas mulheres dementes, que Soroco depois então, por saudade e sem-razão e em que o povo que o acompanha se incorpora. Entretanto este mundo se estrutura para que faça perceber um outro subjacente. Que o canto, canto que ninguém entendia, brote no começo das dementes e, depois, "a vezes tão altas" parta de todos indica um significado para as coisas do mundo. O acontecimento se transfigura ao apontar para um significado visto do mundo. No acontecimento residiam três elementos básicos, a demência, o canto, a comunhão final do povoado. Mas na verdade o segundo e o terceiro elementos são variantes do primeiro, pois a demência não é só das loucas, o canto brota sem razão lógica, a comunhão se plenifica sem que se entenda bem por que. Assim o acontecimento de Soroco aponta para a demência que acompanha o destino do homem. Demência no sentido de que a razão não é capaz de tomar conta da inteireza do seu ato. O ato humano então é sempre um desafio à cegueira que o persegue sobre o mundo. Ao mesmo tempo, porém, na integração pelo canto se formula o sentido da liberdade. Ela não é usada por cálculo como se usaria uma régua. Tampouco ela é imposição das circunstâncias. Ela é essencialmente risco, entrega consciente ao que não se pode compreender por inteiro. É assim que Soroco e o povo se solidarizam: através do canto que não entendem, mas que sabem que diz a sua dôr comum.

Não pretendemos trazer Guimarães com a leitura para as camadas populares de hoje. Mas isso não quer dizer que não encontremos autores brasileiros de qualidade literária que, aptos para essa divulgação, no entanto não o estão sendo. Cremos que "Morte e Vida Severina" de João Cabral, poemas e crônicas de Carlos Drummond, a leitura de Graciliano Ramos, peças de A. Suassuna pudessem se incorporar de logo ao trabalho de democratização da cultura e desenvolvimento da cultura popular. Divulgando as suas obras, ao lado das essencialmente didáticas ou politizadoras, não só se estimulariam novos autores para que trabalhassem neste campo, como evitaríamos o perigo de uma servilização da cultura.

Mas para isso é necessário, por sua vez, o amadurecimento dos críticos e intérpretes de arte. Sem esse amadurecer as afirmações continuarão ingênuas ainda quando bem intencionadas. Lukacs poderia servir de exemplo do que pretendemos. Lembra a seu respeito o protesto de alguém que ouvia conferência sua, quando Lukacs dizia que o personagem central em Tolstoi, oculto sob todos os seus nobres e aristocráticos, era um obscuro camponês. Para que afirmação chocante como es-

sa contivesse verdade e não demagogia fôra necessário a Lukacs uma penetração e uma sensibilidade que lhe fizesse ultrapassar o que o Partido apresentava como a quintessência da arte progressista. O que, em última análise, portanto, criticamos é a aceitação e o emprêgo exclusivo do teatro didático politizador. Este não deve ser eliminado, reconhecemos o seu papel pedagógico. É necessário, porém, enlarguecer o nosso sentido mesmo da educação popular. Quando as esquadras brasileiras se recusam a pensar nesta complexidade das relações da arte com a comunidade assumem uma posição ativista, que não encontra exemplo em Marx e que nega ao homem o direito de ser criador. Levanta-se assim este terrível paradoxo: no intuito de libertar o homem da sua escravidão econômica nega-se a êle a educação para a criatividade. Não se diga que ao povo não interessa ou que êle ainda não tem condições para ser criador. Não é preciso recorrer à poesia dos povos primitivos, ou ao cancionário africano recolhido por um Senghors. Basta-nos recordar as frases que foram recentemente coletadas na experiência de alfabetização da cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. "Janeiro em Angicos é muito difícil, porque Janeiro é cabra danado prá judiá da gente", "quero aprender prá seguir nas leis se puder ser", "servir a mim e a quem precisar e votar em quem merecer", "ser o que a sorte der", "eu gosto do circo por causa das capiloçadas dos palhaços". Frases como estas trazem uma beleza simples e dolorosa que é preciso aprender para que não se entregue ao povo mensagens que podem politizá-lo mas distorcendo a riqueza da sua expressão da realidade. Quando assim se faça se compreenderá melhor mesmo um autor como Guimarães Rosa na sua linguagem vastamente impregnada de coloquialismos e construções populares.

O trabalho de Haroldo de Campos que sugeriu estas considerações assume dentro do quadro exposto uma importância particular. Percebe o autor que negligenciar o exemplo de Maiakóvski na sua luta contra os burocratas do Partido será facilitar uma asfixia da cultura igual àquela contra a que o poeta estêve inútilmente. Não se entenda, porém, que assim Haroldo de Campos escreva um libelo político ou de defesa das idéias sociais de Maiakóvski. Haroldo Campos o que faz é se acercar de um texto do poeta, no caso o poema "A Sergei Iessênin" e, buscando recriá-lo em português dêle retirar tôdas as suas ilações estéticas e ideológicas. Se Haroldo de Campos é levado à análise das idéias de Maiakóvski — a idéia da poesia como produção, projetada para o futuro e destinada a círculos vários de consumidores, desde os outros criadores até às camadas populares — é por efeito do texto mesmo para o qual procurava um correlato em português. Isso vale dizer, por sua vez, que Maiakóvski a elas chegara por efeito da poesia de vanguarda, desburocratizada que construía. Com isso se comprova o que dissera o próprio Maiakóvski: "Não há arte revolucionária sem forma revolucionária".

Os nossos autos participantes repelem a idéia,

no entanto. Eles visam ser diretos, humanos e demonstrativos. Eles são úteis, no entanto a sua exclusividade nos faz perguntar: no Brasil renovado que queremos, a arte há de ser considerada como um instrumento secundário, subordinado a propósitos didáticos de simplificação ou se deve encarar a como a forma por excelência de clarificação — além do nível do ideológico — da existência no mundo?

A denúncia de Maiakóvski contra a arte alistada, denúncia de quem não era um conformista, nem um contra-revolucionário, deve ser pensada com urgência por nós.

LUIZ COSTA LIMA

DIMENSÃO DE RUPTURA

SERIA a literatura de Robbe-Grillet uma confissão definitiva de que o romance não pode concorrer com o cinema? A pergunta é feita por Maurício Rittner, no Suplemento Literário do *Estado de São Paulo* (26-1-63), a propósito de L'ANNÉE DERNIÈRE À MARIENBAD, obra de Robbe-Grillet/Alain Resnais.

Segundo MR, "Robbe Grillet atingiu um dos possíveis limites da expressão romanesca, através de uma lente registradora de imagens que é capaz de coincidir com o olho do escritor no instante da criação literária. E assim o cinema vem a socorro do romance, com amplas possibilidades de salvá-lo da exaustão e da senectude. Talvez mesmo possa salvá-lo da morte, como outrora salvou o teatro".

Mas aí perguntaríamos: e quem salvaria o cinema do seu não menor desgaste? A menos que a visão de MR, por pouco crítica e muito entusiástica, não perceba o cinema também em crise. Mas este engano parece natural diante de um suporte filosófico da natureza seguinte: "Desnecessário encarecer o caráter utópico do cinema puro, que mergulharia, fundo num universo de objetos. Estes nunca serão completamente desumanizados, pelo simples fato de só existirem, em concreto, como resultado da percepção do homem". O que nos parece equívoco dos maiores.

Entretanto, como se tal rasgo de idealismo houvesse saído por acaso, vem-nos de MR a declaração de que "... as imagens de MARIENBAD procuram encontrar nas coisas o seu sentido primitivo, anterior aos conceitos" e também de que o filme sugere "... que a verdadeira vida se consegue quando nos libertamos de um preexistente universo monolítico de conceitos". Depois, afirma melhor que "... a objetividade de MARIENBAD é uma subjetividade reconquistada, certamente mais essencial. Nos objetos já estão os dados da fatalidade que leva o personagem à ação". No que acreditamos.

A seguir, traz MR para o seu artigo uma verificação mais importante. Para ele, "MARIENBAD é um filme totalmente construído sobre as dúvidas e incertezas do pensamento ocidental, que

não se conforma em encarar o homem apenas como um fenômeno objetivo a mais. Assim é objetiva a pessoa humana, na medida em que isso é possível, pelo único caminho que encontrou aberto: o do zen-budismo". De tal modo, "... a condição de subjetividade garantida pela narração na primeira pessoa é constantemente negada (ou melhor, superiormente afirmada, de acordo com o ideal Zen) pela identificação das pessoas com os objetos que permite conhecê-los em essência profunda. Essa identificação tem no filme um sabor de vitória sobre o "eu", vitória que não destrói o sopro de humanismo que o percorre, mas justamente o preserva".

Sobre o problema da memória, que a crítica sempre analisa em Alain Resnais, distingue MR a estrutura de HIROSHIMA da de MARIENBAD. Enquanto haveria, em HIROSHIMA, o processo mental de associações livres para contar algo, MARIENBAD seria um filme sobre o próprio processo mental, sem contar nenhuma história. Por fim, após comparação a obras de Hitchcock e Bergman, chega MR à conclusão de que o filme de Robbe-Grillet/Alain Resnais "comunica uma sensação de ruptura". Afirmativa que é bastante genérica para indicar o valor essencial de qualquer obra de arte.

OSMAN DE FREITAS

CADERNOS DA CINEMATECA — Objetivando proporcionar aos estudiosos dos fenômenos fílmico e filmológico, do Brasil, elementos orientadores relativos ao universo multifacial do cinema, a Fundação da Cinemateca Brasileira, sediada em São Paulo, acaba de lançar duas publicações — *Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil e Cinema e Infância*, como início de um grande plano de divulgação, que contará com trabalhos elaborados por filmólogos nacionais e pessoas do corpo de colaboradores da importante instituição de defesa da sétima arte.

As publicações, que recebem a denominação de *Cadernos da Cinemateca*, são obras que servirão de "instrumentos de trabalho e informação" e "seu intuito será mais o de suscitar o desenvolvimento dos estudos (cinematográficos) do que propriamente opinar", como destaca a nota de apresentação de lançamento das edições.

A primeira das publicações, *Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil* foi escrita por Rudá Andrade, conservador da Cinemateca Brasileira e um dos responsáveis pelo progresso que a entidade paulista vem tendo no panorama da cultura cinematográfica no país. Embora o autor afirme de que se trata de "um rascunho" e que "omissões" são comuns em obra de tal porte, a *Cronologia* no que se refere especialmente à região nordestina se apresenta pobre de informações, deixando de registrar fatos bastante significativos e de conhecimento de toda a crítica brasileira. Para exemplificar: a existência e atividades das Associações dos Críticos de Cinema da Bahia e Parai-

ba (esta existindo há oito anos) não são mencionadas; a publicação de páginas semanais em torno do cinema pela imprensa nordestina também não fez referência e até mesmo o papel desempenhado por Lauro de Oliveira, em Pernambuco, José Rafael de Menezes, na Paraíba, Aldo Medeiros, no Rio Grande do Norte, na criação de cine-clubes e realização de cursos acerca do cinema não são registrados. Há lacunas que, no entanto, são imperdoáveis, como a não citação entre os livros escritos no Brasil de *Caminhos do Cinema*, do prof. Rafael de Menezes.

A Cronologia toma como ponto inicial do aparecimento da cultura cinematográfica, no Brasil, a organização de uma Cinemateca, em 1910, por Roquete Pinto e faz um levantamento de todo o movimento cultural em torno do cinema até o ano de 1960.

Embora apresente omissões verdadeiramente inexplicáveis como as apontadas acima, o que poderão ser corrigidas em outra edição, a *Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil* deve ser lida e é de grande utilidade para os professores brasileiros, especialmente por aqueles que vêm o cinema, não como um espetáculo de diversão, mas, sim, como um fator de civilização.

Já *Cinema e Educação* (Plano de Estudos e Orientação Bibliográfica), de autoria da professora Ilka Brunilde Laurito é algo de maior significação e de grande interesse para todos os psicólogos e sociólogos, críticos e, mais de perto, a todos os que se preocupam com o estudo da criança. É trabalho, como anota sua autora, para "um tipo de gente que ama a criança e cinema e que deseja fazer criança amar cinema".

Sendo um esboço de preparo inicial teórico para os que desejam entrar na prática do cinema infantil em suas diversas modalidades (produção, direção, difusão, cine-clubes, etc.), a publicação representa um depoimento de alguém que vem lutando, há anos, pelo estabelecimento de um cinema infantil. Os comentários que precedem os vários capítulos, dando indicações de ordem teórico-prática sobre a problemática do filme infantil são bastante didáticos e ricos de informações especializadas, o que valoriza o trabalho.

Cinema e Infância é fruto de um pensamento que se preocupa com a marcante, influência que o cinema vem tendo junto à criança, quase sempre negativa, e como o problema vem sendo encarado pelas autoridades, exibidores, pais de família, etc. Representa, no fundo, um grito de protesto contra a atual situação.

Duzentas e quarenta publicações foram catalogadas, examinadas, criticadas e sumariadas pela professora Brunilde. O que empresta ao livro um aspecto dos mais interessantes são os comentários que abrem os vários capítulos, notadamente por apresentarem uma preocupação bastante prática e nunca especulativa, sem cabimento em uma obra como a presente.

Seis temas são desenvolvidos na apresentação dos 240 trabalhos: Educação Artística, Iniciação Cinematográfica, Cinema e Infância (Prática), Cinema e Infância (Teoria), Cinema e Educação.

Pensando como Ilka Brunilde em que "no campo do cinema para a infância, no Brasil, tudo está para ser feito", tem o valor de um marco, um acontecimento-dinamo, o aparecimento de "Cinema e Infância".

WILLÍS LEAL

RESENHA DE JORNAIS

"A POESIA de Maiacóvsky era considerada obscura e, com respeito a isso, êle assim argumentou, em seu artigo de 1928, *Os Operários e Camponeses não te Compreendem* "Ainda não ouvi, para se vangloriar, ninguém dizer: — Como sou inteligente, não compreendo a aritmética, o francês ou a gramática. Mas o brado eufórico — eu não compreendo os futuristas! — ecôa há quinze anos, cai e se ergue novamente, excitado e jubiloso"... "Um simples nós não te compreendemos não constitui um veredicto"... "Há uma especulação e uma demagogia a respeito da incompreensão".

Quem relembra essas coisas é José Lino Grunewald, no *Correio da Manhã* de 12.1.63. O tema é oportuníssimo, pois "quando o maior poeta soviético da revolução (e que, nela, também participou física e pessoalmente) assim se exprime, está induzindo, de imediato, uma diretriz para encerrar o chamado problema da participação". Acrescenta J.L.G. que o artista "automeado participante", tende para "uma espécie de derivativo simbólico dos fuzis" nas épocas "em que se aguçam as crises político-econômico-sociais".

Mas o pior — continua êle — é que o tema político é menos universalizante do que, por exemplo, o do amor, e a massa terá dificuldade em penetrá-lo. Em razão disso, "o artista dá o pulo para traz, vai facilitar, vulgarizar a sua linguagem, quer dizer, retorna à redondilha maior, ao sonetão derramado, à pintura ou desenho figurativo, a esculpir melancólicos jangadeiros ou astronautas eufóricos"... "Enquanto isso, gritam em volta dêle os cartazes luminosos, telegramas, rádio, TV, fotografia, cinema ou, já, as máquinas de texto do filósofo Max Bense". E aqui cabe uma pequena ressalva, a de que, mesmo reconhecendo obviamente que o tema do amor é mais universal, nem por isso deixamos de constatar antes, a dificuldade das massas em penetrar *qualquer obra poética de elevado nível cultural*. O problema, portanto, é de democratização da cultura, o que não se consegue tornando-a vulgar (assim seria apenas a democratização da incultura) mas simplesmente pela democratização do ensino. A questão, na verdade, não é entre arte versus política, evidentemente, mas sobre o problema mesmo de arte e não arte, ou seja, de nível de expressão artística.

JLG, adiante, diz que é uma "falada balela" a literatura marxista. Pois, assim, teríamos de falar em uma literatura cartesiana, aristotélica, sofista etc. Além do mais, é mutilar Marx envergá-lo apenas tendo em vista seus interesses vinculados ao logocismo histórico das lutas de classes, quando foi

o mesmo autor de *O Capital* que afirmara “o homem é um ser existente por si próprio, quer dizer, um ser genérico”; e que falam ainda, no inter-subjetivismo humano”, situando-se, dessa forma, “na raiz da fenomenologia”.

E recusando o simplismo conteudista de epcs proliferantes, cita Merleau Ponty: “O sentido de um quadro ou de um poema não fica destacado da materialidade das cores e das palavras, êle não é criado nem compreendido a partir da idéia. Não se compreende a coisa percebida senão depois de se tê-la visto e nenhuma análise, nenhum relatório verbal, pode substituir essa visão”. (Daí porque arte não se faz mesmo, apenas, com boas intenções; e sem forma satisfatória não existe arte, por mais que se cante contra ou a favor do camponês).

Explica que, com a descoberta da lei da relatividade, e a queda “do critério antigo da hierarquização de valores absolutos que vigoravam sob a égide da mecânica de Newton”... “torna-se válido, hoje, orientar o conceito do belo no sentido do funcional, pois a palavra função denota a primazia de um contexto de relações puras e/ou qualificação dos dados providos pelo conhecimento”. (Nota: mas o que é mesmo funcional? Desde quando uma determinada obra de arte deixa de ser funcional?).

Depois de dizer que é necessário repensar a própria revolução política, desde que não convence a mera troca de classes dominantes, conclui que “a revolução do artista, através da obra, é a de um humanista e não a de um político”. Embora não vejamos incompatibilidade entre humanismo e política. Mas, de qualquer forma, a arte, como tal, vai mas além de qualquer revolução.

F. A. B. M.

SOB o título de “Uma Pergunta Pateta”, R. Magalhães Júnior, no Suplemento Literário do *Correio da Manhã* de 12.1.63, respondeu, acremente, à crítica de um crítico do *Jornal do Brasil*. Estranhara êste que RMJ, “um brasileiro do século XX”, tivesse “saído dos seus cuidados para escrever uma comédia de assunto francês, *A Canção Dentro do Pão*”.

Observa o autor da peça: “Vê-se que o crítico tem um ponto de vista absoluto, intransigente, inarredável: brasileiro só deve escrever sobre assunto brasileiro. Por extensão muito lógica e por forçosa via de consequência, francês só pode escrever sobre assunto francês, inglês sobre assunto inglês, italiano sobre assunto italiano, russo sobre assunto russo e assim por diante. Tenho, de mim para mim, que é a mais revolucionária de tôdas as teses formuladas nos últimos tempos”.

Quatro quintos do seu artigo RMJ consome em exemplos sobre autores — desde Shakespeare, a Molière, Goldoni, Byron, Lamartine, Stendhal, até a Allan Poe, Marck Twain, Henri James, Eugene O’Neil, Thorton Wilde, Alexandre Dumas, Bernard Shaw, Jules Verne, Somerset Maugham, Jules Ro-

main, Sartre etc. etc. etc. — escritores de todos os quilates — que escreveram obras cuja ação se passa “no estrangeiro”. O que sempre foi muito natural.

O que nunca foi natural — ressalte-se — foi o gênio de alguns dêsses escritores, que, escrevessem sobre o que escrevessem, tornavam-se imediatamente universais. O contrário da maioria dos escritores de todo o mundo, que, escrevendo com estilo emprestado sobre temas emprestados, fazem obras imprestáveis. Alienados de qualquer interesse, nacional ou internacional.

F. A. B. M.

NO SUPLEMENTO Literário do Estado de São Paulo, de 2/3/63, Wilson Martins — que presentemente está em Kansas, nos Estados Unidos — escreve um artigo sobre um tema sempre oportuno: “As Contradições do Comunismo”. Restringe-se praticamente, aliás, a citar enxertos do livro *The New Soviet Society*, de Herbert Rítvo, que, por sua vez, analisa o *Terceiro Programa do Partido Comunista Soviético*.

O artigo procura desfazer algumas das idéias que comumente se propagandeam do que seja a atual URSS. Nêsse sentido, lembra que “pensões de enfermidade, incapacidade e velhice, sômente nos próximos 20 anos serão estendidas aos membros dos *kolkhoses*”. Adiante, com ironia, que “de tôda evidência a União Soviética está igualmente necessitada de uma reforma agrária, tanto mais que, segundo se sabe, é justamente na agricultura e na produção dos bens de consumo que se encontra o ponto fraco de todo sistema. Acrescenta que a administração russa também não foi capaz de solucionar o problema da habitação, considerado tanto no segundo (1919) como no terceiro (1961) o “mais agudo” ou “tarefa mais imediata” para o bem estar do povo soviético.

Contudo, o sr. WM chega a cometer distorções inexplicáveis dentro de um contexto de seriedade crítica, quando diz, por exemplo, que “quarenta anos de um regime instituído, antes de mais nada, em nome do camponês, conserva-o na mesma miserável condição que conhecia sob a autocracia czarista” (!). A afirmação, de si só, compromete todo o artigo. Mas o que desejamos ressaltar é que se quer negar o comunismo sob a alegação de que alguns setores da economia soviética ainda não atingiram um nível desejado, é cair no mesmo erro daquêles que pretendem negar o capitalismo com base nalguns problemas — como o do desemprego nos Estados Unidos, por exemplo — que êle não conseguiu ainda resolver, ao menos completamente.

Ademais chove desnecessariamente no molhado quando procura comparar os estágios atuais do desenvolvimento russo e americano, pois não há ninguém que tenha dito a sério que êsses dois países já possuem níveis idênticos de bem estar social. É o próprio Kruschév que avisa, repetidamente, que isso só se dará por volta de 1980. O que há

de importante são os saltos de desenvolvimento que têm sido possíveis à Rússia dar em 40 anos e à China em pouco mais de 10 — o que não pode ser negado por ninguém, nem mesmo por aqueles que, em vista de uma ou de outra razão, não aceitam a ideologia ou a praxis necessária ao caminho desse desenvolvimento.

Hoje, portanto, é acadêmica qualquer discussão sobre se o capitalismo (vide os Estados Unidos) ou o socialismo (vide a União Soviética) são possíveis caminhos de enriquecimento. O que se discute é a relação entre esses ou outros caminhos e a maior ou menor cota de sacrifício de ordem político-social imposta a um povo que busque se desenvolver.

F.A.B.M.

TENDO o Recife contado nos últimos anos com apenas um suplemento literário e mesmo este de qualidade muito ruim é, sem dúvida, um sinal animador o caráter de seriedade de que revestiu o suplemento do Jornal do Comércio de 2 de julho de 1963. Trata-se-á de um acaso ou de uma mudança de orientação? É verdade que mesmo na segunda hipótese não é de se esperar nenhum milagre. Certo tipo de colaborador tradicional continuará eternamente em busca de polêmica, ou-

tro em busca de elogios, outro em elogiar o mais novo "mestre" e assim por diante. Os que tenham alguma experiência de redação em um meio intelectualmente pobre como é o Recife saberão que é quase inevitável a presença daquela espécie de colaborador. Que ao seu lado, no entanto, passe o suplemento do JC a contar com colaborações inteligentes e corajosas como a do pintor Francisco Brennand, presente neste número, e a se preocupar com o movimento dos poetas novos da terra e da região é um sinal inequívoco de renovação de um meio hoje intelectualmente quase estagnado. Na medida em que essa orientação, que por ser prudente não deixa tampouco de ser inovadora, seja efetivamente assumida nos próximos números do SJC terá o público condições de verificar que no Recife não existem apenas medalhões e que no Recife não precisamos de ser meros receptores de manifestos e direções muitas vezes só não mais grosseiros porque empacotados com o importante Made in Rio. A este respeito merece atenção particular, na página "Cinco Poemas Sociais", o poema de José Almino de Alencar. Embora se encontre um desenvolvimento irregular, ainda grosseiro, pouco flexível e com marca visível de influência, de toda a maneira ele ingressa em um caminho participante sem nada do panfletário que vem se tornando em moda a partir do exemplo de certos bons moços do Sul.

L. C. L.

Recife. Universidade

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do Recife, [V.] 1— , jul.-set.— — , 1962— . Recife, Universidade do Recife [Imprensa Universitária] 1962—
v. 26 cm. trimestral.

Diretor: 1962— , João Alfredo Gonçalves da Costa Lima
Resumo em francês e inglês.

1. Educação superior — Periódicos. I. Título.

378.5 (C.D. 16. ed.)
378.4(05) (C.D.U.)

Univ. do Recife
S.C.B. 62-1278

F. D. R.

378

R 297 e